

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL/RO
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO

JOÃO RICARDO MARQUES NOGUEIRA

**LEI SECA: O TESTE DO ETILÔMETRO E O DIREITO A NÃO
AUTOINCRIMINAÇÃO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
MONOGRAFIA

CACOAL – RO

2017

JOÃO RICARDO MARQUES NOGUEIRA

**LEI SECA: O TESTE DO ETILÔMETRO E O DIREITO A NÃO
AUTOINCRIMINAÇÃO**

Monografia apresentada à Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação da Prof^a M.^a Sônia Mara Nita e co-orientação da Prof^a M.^a Daeane Zulian Dorst.

Cacoal / RO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Fundação Universidade Federal de Rondônia
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

N778l Nogueira, João Ricardo Marques.

Lei Seca: o teste do etilômetro e o direito a não autoincriminação / João Ricardo Marques Nogueira. -- Cacoal, RO, 2017.

103 f.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Sônia Mara Nita

Coorientador(a): Prof.^a Ma. Daeane Zulian Dorst.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Lei Seca. 2. Princípio da não autoincriminação. 3. Embriaguez ao volante. 4. Teste do Etilômetro. I. Nita, Sônia Mara. II. Título.

CDU 34:351.811

**LEI SECA: O TESTE DO ETILÔMETRO E O DIREITO A NÃO
AUTOINCRIMINAÇÃO**

Por

JOÃO RICARDO MARQUES NOGUEIRA

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

Prof^a M.^a Sônia Mara Nita – UNIR - Presidente

Prof^a M.^a Daeane Zulian Dorst – UNIR - Membro

Prof. Esp. Jônathas Siviero – UNIR - Membro

Conceito: 99

Cacoal / RO, 20 de julho de 2017.

Dedico esse trabalho à Simone Marçal, companheira de todos os instantes, ser humano fantástico, pessoa que sempre me deu força nos momentos de maior turbulência, e que nunca mediu esforços para me ajudar na consecução desse objetivo.

AGRADECIMENTOS

O pior defeito do ser humano, desde os primórdios da existência é não dar o devido e reconhecido valor àqueles que durante a aridez da caminhada foram fundamentais para que no final da jornada o objetivo pudesse ser atingido com a plenitude da palavra: êxito.

Agradeço a Prof.^a Sônia Mara Nita, por ter orientado esse trabalho e pelo esforço incondicional em viabilizar meios para que eu pudesse realizar esse projeto.

Agradeço a Prof^a Daeane Zulian Dorst, pela colaboração na elaboração dessa pesquisa, através de seu imenso conhecimento jurídico, e por acreditar que ela seria possível.

A todos os professores do Departamento do curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles que foram importantes na minha vida acadêmica, sem os quais não teria sido possível chegar ao desenvolvimento desta monografia.

A minha querida vó, pessoa a qual devoto todo meu amor, carinho e admiração.

A minha família Daniela, Rafaela, Cleusa e Márcia.

Aos nobres colegas: Erika, Felipe, Valesca, Valmir, Rayhane, Taís, Marilene e Evandro, grandes companheiros no exercício dia

rio das atividades acadêmicas, e que serão lembrados pelo resta da vida por terem marcado de forma especial a minha existência.

Ao grande José do Rego Antunes, Zito, a quem guardo imensa admiração, respeito, carinho, exemplo de inteligência e sabedoria, profundo conhecedor da vida e seus mistérios.

Ao meu amigo/irmão Jalcir Granzotto Arruda, pessoa de um coração gigante, o qual carrego no lado esquerdo do peito.

A Mônica e Izadora, pessoas que só tenho a agradecer pelo carinho que sempre dedicaram a mim.

Ao tio Luiz Carlos de Almeida, Luca, e tia Miriam, grandes incentivadores de minha caminhada.

Aos amigos: Carlaile, Dona Clô, Jane, Klinger, Fábio, Alexandre, Joelma, Alesson, Sônia Mara, Velino, Jackcilene, Eleonice, Camila e André, pessoas de inestimável valor, sempre muito queridas e admiráveis.

Pois o belo muda, o saber muda, a inteligência muda, a medida muda. Mas o desejo é inalterável.

Rubem Fonseca

RESUMO

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo analisar se a submissão ao teste do etilômetro contraria o direito do cidadão a não gerar provas contra si mesmo. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, com caráter qualitativo e o método hipotético-dedutivo. A promulgação da Lei nº 11.705, 09 de junho de 2008 e suas alterações, denominada “Lei Seca” enrijeceu as penalidades para os condutores que dirigem veículos automotores em estado de ebrez. A exigência do teste do etilômetro como meio de prova da infração penal é um tema bastante polêmico, pois é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que todo cidadão tem o direito a não gerar provas contra si mesmo, com fulcro no princípio da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*). Os resultados apontam que a exigência ao teste do etilômetro não fere o princípio da não autoincriminação fundamentado nos argumentos de diversos juristas, a exemplo de Eugênio Pacelli de Oliveira. As intervenções corporais que não coloquem em risco a integridade física e psíquica do agente envolvido em processo penal não encontram óbice nos princípios constitucionais. Ademais, a supremacia do interesse público sobre o privado (princípio do interesse público ou da finalidade pública), princípio implícito na atual ordem jurídica, significa que os interesses da coletividade são mais importantes que os interesses individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Lei Seca. Princípio da Não Autoincriminação. Embriaguez ao Volante. Teste do Etilômetro.

ABSTRACT

ABSTRACT: The research had as objective to analyze if the submission to the test of the ethylometer contradicts the right of the citizen not to generate evidence against itself. We used the bibliographic research, with qualitative character and the hypothetico-deductive method. The promulgation of Law No. 11,705, June 9, 2008 and its amendments, called "Dry Law", has hardened the penalties for drivers driving motor vehicles in state of drunkenness. The requirement of the test of the ethylometer as a means of proving the criminal offense is a very controversial subject, since it is guaranteed by the Federal Constitution of 1988, that every citizen has the right not to generate evidence against himself, with a focus on the principle of non-self-incrimination (*Nemo tenetur detegere*). The results indicate that the requirement to test the ethylometer does not violate the principle of non-self-incrimination based on the arguments of several jurists, such as Eugênio Pacelli de Oliveira. Corporal interventions that do not endanger the physical and mental integrity of the agent involved in criminal proceedings are not impeded by constitutional principles. Moreover, the supremacy of the public interest over the private (principle of public interest or public purpose), an implicit principle in the current legal order, means that the interests of the collectivity are more important than individual interests.

KEYWORDS: Dry Law. Principle of Non-Self-incrimination. Drunk Driving. Ethometer Test.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 DIREITOS HUMANOS E PRINCÍPIOS	12
1.1 DIREITOS HUMANOS.....	12
1.2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	18
1.3 PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO	24
2 CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	34
2.1 LEI SECA.....	43
2.1.1 Caracterização da embriaguez na direção.....	52
3 O TESTE DO ETILÔMETRO E O DIREITO A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO.....	63
3.1 TIPOS DE PROVAS QUE COMPROVAM A EMBRIAGUEZ AO VOLANTE.....	63
3.1.1 Teste do Etilômetro.....	71
3.2 ABORDAGENS SE A REALIZAÇÃO DO TESTE DO ETILÔMETRO FERE O PRINCÍPIO A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	87

INTRODUÇÃO

É garantido pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ao estabelecer que o Brasil é um Estado Democrático de Direito, que todo cidadão tem o direito a não produzir provas contra si mesmo. Essa premissa é um dos direitos fundamentais que assegura ao cidadão a garantia de que não sofrerá nenhum tipo de arbítrio por parte do Estado, ente que possui poderes extremos quando não controlados.

Com o intuito de desestimular a junção entre direção veicular associada ao consumo de bebidas alcoólicas, prática extremamente nociva à sociedade que vem aumentando nos últimos tempos no Brasil, o legislador institui legislação voltada ao trânsito e à segurança pública.

Para tanto, estabeleceu que o condutor que for flagrado dirigindo seu veículo em via pública sob a influência de álcool ou outras substâncias que alterem a capacidade psicomotora, incorre tanto em crime quanto em infração de trânsito na esfera administrativa.

Cabe ressaltar que essa maior severidade na maneira de identificar a embriaguez ganhou ou incorporou elementos de provas antes não permitidos, pois passou a ser possível a constatação da embriaguez alcoólica não somente com o conhecido teste do etilômetro (popularmente conhecido como teste do bafômetro), mas também com a utilização de prova testemunhal e gravação de vídeo, a fim de demonstrar a alteração da capacidade psicomotora do condutor.

Porém, esse endurecimento na maneira de se constatar a embriaguez, não ficou adstrito à inovação nos meios de prova possível, teve reflexo na forma como o condutor é convidado a submeter-se ao teste do etilômetro, uma vez que quando solicitado pelo agente de trânsito, a simples recusa já acarreta a notificação de trânsito (multa) por embriaguez na direção de veículo automotor, bem como a medida administrativa decorrente da infração, o recolhimento da carteira nacional de habilitação.

Frente a essa maneira como o Estado vislumbra a necessidade de uma fiscalização,

questiona-se: a obrigatoriedade do teste do etilômetro na atual dinâmica efetivada pelos órgãos de trânsito fere o princípio da não autoincriminação consagrado pela Constituição Federal de 1988?

Nesse cenário, para responder o referido questionamento a pesquisa elenca como objetivo geral: analisar se a submissão ao teste do etilômetro contraria o direito do cidadão a não gerar provas contra si mesmo; e, como objetivos específicos: identificar os pontos importantes das alterações sofridas pelo Código de Trânsito Brasileiro no tocante a caracterização da embriaguez na direção e suas penalidades; discorrer acerca do princípio da não autoincriminação, garantia assegurada do direito da presunção de inocência, bem assim dos princípios da dignidade da pessoa humana; e, sopesar quais os efeitos produzidos pela Lei Seca em detrimento ao direito individual de não produzir provas contra si mesmo em contraponto aos princípios da dignidade da pessoa humana.

É notório que o número de acidentes de trânsito no Brasil vem crescendo de maneira abrupta em todos os estados do País, principalmente pela funesta combinação entre álcool e direção, o que está levando a morte de diversas pessoas, principalmente cidadãos inocentes.

O reflexo do crescente número de usuários das vias públicas que se veem envolvidos em algum sinistro de trânsito é notado principalmente nos hospitais da rede pública de saúde, onde milhares de pessoas são submetidas a tratamento médico-hospitalar, com isso onerando em muito os cofres públicos.

Como resposta a essa situação de contornos trágicos, o governo federal resolveu adotar medidas no sentido de buscar diminuir o número de motoristas e pedestres vítimas do trânsito, tendo como uma das atitudes a aprovação da Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012, e suas alterações em 2014 e 2016.

A referida lei trouxe em seu bojo, várias mudanças na forma de identificação da embriaguez ao volante, tanto no que diz respeito ao enquadramento pelo crime, quanto ao procedimento administrativo referente à multa de trânsito por dirigir sob a influência de álcool ou qualquer outro tipo de substância que cause alteração da capacidade psicomotora do condutor do veículo.

A exigência do teste do etilômetro como meio de prova da infração penal é um tema bastante polêmico, pois é assegurado pela Constituição Federal de 1988, que todo cidadão tem o direito a não gerar provas contra si mesmo, como evidenciado em seu artigo 5º, LXIII. Porém, há argumentos de que o objetivo das alterações elencadas pela Lei 11.705/08 (BRASIL, 2008) e suas retificações com a promulgação da Lei nº 12.760/2012 (BRASIL, 2012) visam a garantia da vida e segurança no trânsito com prevalência do interesse da

coletividade sobre o interesse privado.

Pretende-se nesse trabalho evidenciar os princípios que envolvem a temática aqui abordada, no sentido de apresentar a dicotomia entre a exigibilidade do teste do bafômetro e o direito a saúde e segurança no trânsito, enquanto elemento importante na caracterização e efetivação da dignidade da pessoa humana, frente a não autoincriminação, no tocante a prerrogativa de não ser compelido a gerar provas contra si, mantendo assim a efetividade do devido processo legal.

Essa colisão de princípios constitucionais traz à baila a necessidade de um equilíbrio entre os preceitos contidos no bojo da Constituição Federal de 1988, onde há a existência dessa divergência, um princípio terá que ceder, com isso não afirmando que o outro seja inválido, mas que somente tem precedência sobre o primeiro em determinados casos, conforme ensina Alexy (2008).

O trabalho está organizado em três capítulos, que visam compreender o funcionamento da justiça para os crimes de trânsito. O primeiro capítulo apresenta as fundamentações legais quanto aos direitos humanos e os princípios da dignidade da pessoa humana e o princípio da não autoincriminação. Já o segundo capítulo aborda a temática do Código de Trânsito Brasileiro, discorrendo sobre a Lei Seca e suas alterações (Lei nº 11.705, 09 de junho de 2008; Lei 12.760, de 20 de dezembro de 2012; Lei nº 12.971 em 09 de maio de 2014 e Lei nº 13.281 de 04 de maio de 2016) e a caracterização da embriaguez na direção. Por fim, o capítulo terceiro além de discorrer sobre os meios de provas que comprovam a embriaguez ao volante e o teste do etilômetro, apresenta também as discussões polêmicas se o teste do etilômetro fere o princípio da não autoincriminação.

Utilizou-se para a realização da pesquisa o método hipotético-dedutivo, pois a partir da dificuldade de se estabelecer qual(is) princípio(s) constitucional(is) devem prevalecer quando se analisa a obrigatoriedade do teste do etilômetro, trabalhando com as hipóteses anteriormente lançadas, buscou-se uma tentativa de explicação da realidade.

Por se caracterizar como uma revisão de literatura, tendo em vista a compreensão de ser esta a mais apropriada à consecução dos objetivos qualitativos da pesquisa, realizou-se pesquisas nas plataformas Portal de Periódicos Capes (CAPES), Google Scholar (GOOGLE), portais de bancos de teses e dissertações, além de sites independentes, institucionais e governamentais abordando a temática da constatação da embriaguez na direção com a utilização do teste do etilômetro e o princípio da não autoincriminação. Os materiais foram submetidos à triagem, a qual possibilitou o estabelecimento do plano de leitura, estruturação e desenvolvimento da pesquisa (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007).

1 DIREITOS HUMANOS E PRINCÍPIOS

1.1 DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos têm como marco referencial a Revolução Norte-Americana de 1776 e a Revolução Francesa de 1789. A partir de então, os princípios liberais políticos e econômicos foram consagrados instituindo então, o Estado Liberal Clássico. A ideologia liberal consagra o individualismo, baseando-se na busca dos interesses individuais (SILVA, 1997; GENEVOIS, 2003; SAMPAIO, 2004).

A consolidação e positivação dos direitos humanos entre os países que compõem a Organização das Nações Unidas, ocorreu por meio da proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 em resposta às atrocidades ocorridas na 2ª Guerra Mundial (HERKENHOFF, 1994; WEIS, 1998; FALCÃO, 2013).

Essa declaração apresentou-se originalmente como uma norma de valor meramente moral, pois se delimitava a indicar diretrizes a serem seguidas nesse assunto pelos Estados, tornando-se obrigatória após a consagração da Ata Final da Conferência Internacional sobre Direitos Humanos, oficializada em Teerã em 1968, quando a Declaração de 1948 foi declarada obrigatória para a comunidade internacional (COMPARATO, 2003; SAMPAIO, 2004; FALCÃO, 2013).

Comparato (2003) destaca que o reconhecimento de direitos humanos, bem como a positivação dos direitos fundamentais só tornaram-se possíveis por meio da evolução histórica, ou seja, tais direitos não surgiram todos de uma única vez, mas foram sendo descobertos, declarados conforme as próprias transformações da civilização humana, sendo a luta pela limitação do poder político um dos principais fatores para o acolhimento destes direitos.

A sociedade deparou-se ao longo do tempo, com a necessidade de proteção de alguns direitos inerentes ao ser humano, compreendendo que sem a proteção destes direitos, jamais haveria uma sociedade, justa, que pudesse perdurar ao longo dos anos, logo, compreendeu-se acima de tudo que, dever-se-ia proteger um bem que deveria estar acima de todos os outros, e ainda mais, que tal bem jurídico protegido, deveria servir de norte a todos os demais direitos constantes do ordenamento jurídico, sendo este bem tão precioso, denominado bem da vida, e vida esta com dignidade, e com isso a dignidade da pessoa humana ganha relevo, por certo fundada nas transformações sociais, e nas exigências de uma sociedade que clamou tal proteção (MARTINS, 2003, p. 21).

Comparato (2003), Siqueira e Piccirillo (2009) evidenciam que os conceitos de direitos humanos devem assentir sua dimensão histórica, reconhecer a sua construção ao longo da história humana, por meio das evoluções, das modificações na realidade social,

política, industrial, econômica, enfim em todos os campos da atuação humana. “Embora os direitos humanos sejam inerentes a própria condição humana seu reconhecimento, sua proteção é fruto de todo um processo histórico de luta contra o poder e de busca de um sentido para a humanidade” (COMPARATO, 2003, p. 40).

Os direitos humanos estão relacionados à própria concepção ética e moral do ser humano e de sua fundamental e inevitável coexistência em sociedade, à medida que trata dos direitos mínimos que atingem a todas as pessoas, indistintamente, construídos ao longo da própria história humana (SCHMITZ; SCHÖNING, 2013).

Portela (2013) apresenta os direitos humanos como universais, sendo estabelecidos a todos os seres humanos em todos os lugares do mundo, independente de religião, credo, raça, etc.

A Declaração de Viena de 1993 consagra o universalismo dos direitos humanos onde “todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados [...]” (CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS, 1993).

Na esfera jurídica existe uma variedade e multiplicidade das terminologias proferidas acerca dos direitos humanos. Faz-se necessário nessa pesquisa, a distinção entre as expressões “direitos fundamentais”, “direitos humanos” e “direitos naturais” para a compreensão dos mesmos.

Sarlet (2002, p. 26) salienta que:

Os **direitos fundamentais** são os direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito Constitucional positivo de determinado Estado; a expressão **‘direitos humanos’**, por sua vez, “guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem Constitucional e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional)”. Os **direitos naturais** não se equiparam aos direitos humanos uma vez que a positivação em normas de direito internacional já revela a dimensão histórica e relativa dos direitos humanos (Grifo do autor).

Taiar (2009) destaca que essas ideias terminológicas apontam as dificuldades em se elaborar um conceito preciso de “direitos humanos”. A doutrina tem construído inúmeros e diferenciados conceitos. Pérez Luno (1986) citado por Moraes (1998) conceitua os “direitos fundamentais do ser humano” como um conjunto de faculdades e instituições que concretizam, e cada momento histórico, as exigências da dignidade, da liberdade e da igualdade humana, que deverão ser reconhecidas e positivas pelos ordenamentos jurídicos nacional e internacional.

O termo “direitos fundamentais”, conforme Miranda (2000, p. 51) provém da

Constituição de Weimar, que se generalizou por várias constituições, dentre elas, a Constituição Portuguesa de 1976 e a Constituição Brasileira de 1988.

Para Canotilho (1999, p. 393), constitucionalista lusitano, os direitos fundamentais são “direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espacio-temporalmente” ao passo que os direitos humanos é a expressão preferida em documentos internacionais, preconizados com as normas de direito internacional.

Conforme Tobenas (1976 *apud* MORAES, 1998, p. 40) os “direitos humanos” se definem como:

[...] “direitos fundamentais da pessoa humana” em razão de sua própria natureza (de essência ao mesmo tempo corpórea, espiritual e social) e que devem ser reconhecidos e respeitados por todo poder e autoridade, inclusive as normas jurídicas positivas, cedendo, não obstante, em seu exercício, ante as exigências do bem comum, considerando a “pessoa humana” em sua acepção ampla, ou seja, tanto em seu aspecto individual como comunitário.

A definição teórica de direitos fundamentais para o autor italiano Ferrajoli (2001) é que são todos aqueles direitos subjetivos que correspondem universalmente a todos os seres humanos enquanto dotados do *status* de pessoas, de cidadãos.

Na concepção de Garcia (2008, p. 189):

[...] três são as expressões corretas para serem usadas atualmente: direitos humanos, direitos fundamentais e direitos do homem. Respalamos nossa opinião no consenso geral existente na doutrina especializada no sentido de que os termos direitos humanos e direitos do homem se utilizam quando fazemos referência àqueles direitos positivados nas declarações e convenções internacionais, e o termo direitos fundamentais para aqueles direitos que aparecem positivados ou garantidos no ordenamento jurídico de um Estado.

Já, Sarlet (2009, p. 27) conceitua os direitos fundamentais como categorias polissêmicas, de difícil delimitação conceitual e de terminologia, conforme expressões diferenciadas aplicadas na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB): “[...] encontramos em nossa Carta Magna expressões como: a) direitos humanos (art. 4º, inc II e art. 7º); b) direitos e garantias fundamentais (epígrafe do Título II, e art. 5º, § 1º); c) direitos e liberdades constitucionais (art. 5º, inc. LXXI) d) direitos e garantias individuais (art. 60, § 4º, inc. IV); “direitos e liberdades fundamentais” (art. 5º, XLI) e, finalmente, “direitos fundamentais da pessoa humana” (art. 17)”.

As categorias, direitos fundamentais e direitos do homem frequentemente são utilizadas como sinônimas, mas segundo Canotilho (2012, p. 393) elas são distintas segundo a sua origem e seu significado:

[...] direitos do homem são direitos válidos para todos os povos e em todos os tempos (dimensão jusnaturalista-universalista); direitos fundamentais são os direitos do homem, jurídico-institucionalmente garantidos e limitados espaço-temporalmente. Os direitos do homem arrancariam da própria natureza humana e daí o seu caráter inviolável, intemporal e universal; os direitos fundamentais seriam os direitos objetivamente vigentes numa ordem jurídica concreta.

Schmitz (2014), Schmitz e Schöning (2013) enfatizam que os direitos fundamentais estão vinculados ao Estado em que o cidadão está inserido e, por isso, positivados na Constituição, enquanto os direitos humanos são inerentes ao próprio homem em sentido universal. Sem positivação jurídica, os direitos do homem são apenas esperanças, aspirações, ideias ou até, por vezes, mera retórica política (CANOTILHO, 2012).

Ao se posicionar sobre esse assunto, Sarlet (2011, p. 29) descreve que:

[...] os direitos fundamentais são também direitos humanos, no sentido de que seu titular será sempre um ser humano, ainda que representado por entes coletivos, sendo que o termo “direitos fundamentais” aplica-se para aqueles direitos do ser humano, reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional de determinado Estado; e a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se a posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, aspirando, dessa forma, à validade universal, para todos os povos e tempos, revelando um caráter supranacional.

Para Gadotti (2013), Branco e Mendes (2011) os direitos humanos são direitos postulados em bases jusnaturalistas, com índole filosófica e não possuem como característica básica a positivação numa ordem jurídica particular, já os direitos fundamentais, relacionam aos direitos com posições básicas das pessoas, inscritos em diplomas normativos de cada Estado. Branco e Mendes (2011, p. 166) complementam, “os direitos fundamentais são direitos que vigoram numa ordem jurídica concreta, garantidos e limitados no espaço e no tempo, pois são assegurados na medida em que cada Estado os consagra”.

Conceitua-se direitos humanos como os direitos básicos peculiares a todas as pessoas sem distinção, adquiridos com o nascimento, a exemplo do direito à vida, à liberdade de expressão, locomoção, de culto, dentre outros, que são apenas aspirações, pois não receberam a positivação constitucional. Todo ser humano ao nascer já é titular desses direitos básicos (COMPARATO, 2003; GADOTTI, 2013; FARIAS, 2015).

Castilho (2012) e Gadotti (2013) complementam que com a positivação no texto constitucional, os direitos humanos convertem-se em direitos fundamentais, transformando-se em objetivos a serem alcançados pelo Estado e demais atores privados.

Conforme Calçado (2014), os direitos fundamentais são imutáveis, com um grau elevado de segurança pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

denominados cláusulas pétreas, com alterações consentidas apenas por emenda constitucional.

Moraes (2011, p. 66) destaca a concepção destes direitos como:

[...] conjunto institucionalizado de direitos e garantias do ser humano, que tem por finalidade básica o respeito à sua dignidade, por meio de sua proteção contra o arbítrio do poder estatal e o estabelecimento de condições mínimas de vida e desenvolvimento da personalidade humana.

Os direitos fundamentais não são ilimitados e absolutos. Em qualquer sociedade e seu ordenamento jurídico, há a necessidade de coexistência dos direitos entre si, resultando em inevitáveis restrições. O Supremo Tribunal Federal defende a teoria de que os direitos fundamentais não são absolutos e podem sofrer limitação:

Os direitos e garantias individuais não têm caráter absoluto. Não há, no sistema constitucional brasileiro, direitos ou garantias que se revistam de caráter absoluto, mesmo porque razões de relevante interesse público ou exigências derivadas do princípio de convivência das liberdades legitimam, ainda que excepcionalmente, a adoção, por parte dos órgãos estatais, de medidas restritivas das prerrogativas individuais ou coletivas, desde que respeitados os termos estabelecidos pela própria Constituição. O estatuto constitucional das liberdades públicas, ao delinear o regime jurídico a que estão sujeitas – e considerado o substrato ético que as informa – permite que sobre elas incidam limitações de ordem jurídica, destinadas, de um lado, a proteger a integridade do interesse social e, de outro, a assegurar a coexistência harmoniosa das liberdades, pois nenhum direito ou garantia pode ser exercido em detrimento da ordem pública ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros (STF, 2000, *online*).

A limitação dos direitos fundamentais pode ocorrer quando esses direitos colidem entre si ou até mesmo quando a limitação é prevista no texto constitucional (FARIAS, 2015).

Os direitos fundamentais são estabelecidos, especialmente, a proteção da dignidade humana, a qual se projeta em tutela quanto ao Estado e quanto aos próprios semelhantes da sociedade. Calçado (2014, p. 17) destaca que “os direitos fundamentais constituem de dupla dimensão: individual e institucional, demonstrando que a proteção não se dá tão somente ao titular do direito”.

Os direitos fundamentais dispõem de algumas características, conforme disposto por Moraes (1998):

a) naturais: os direitos declarados derivam da natureza humana. A declaração depreende uma preexistência;

b) abstratos: vinculados à natureza, e, portanto, necessariamente abstratos;

c) imprescindíveis: prendem-se à natureza imutável do ser humano, são permanentes, não se perdem com o passar do tempo;

d) inalienáveis: não podem ser transferidos de uma pessoa, nem de forma gratuita e

nem mediante pagamento;

e) individuais: pois cada ser humano é um ente perfeito e completo;

f) irrenunciáveis: não se pode exigir que alguém renuncie a liberdade, à vida;

g) universais: pertencem a todos os indivíduos;

h) invioláveis: nenhuma autoridade ou lei infraconstitucional pode desrespeitar os direitos fundamentais de outrem, sob pena de responsabilidade;

i) efetivos: o poder público deve garantir a sua efetivação;

j) interdependentes: as previsões infraconstitucionais e constitucionais não podem colidir com os direitos fundamentais;

h) complementares: os direitos fundamentais devem ser interpretados de forma conjunta, não isolada com o objetivo de sua plena realização.

Ao analisar as características comuns dos direitos fundamentais, verifica-se que até mesmo aquele direito que se pensa mais absoluto encontra limites na relatividade, “em face da natural restrição resultante do princípio da convivência das liberdades, pelo que não se permite que qualquer delas seja exercida de modo danoso à ordem pública e às alheias” (BRANCO, 2002, p. 118). Portanto, a necessidade de se garantir a ordem pública e o bom andamento da sociedade democrática justificam, sempre excepcionalmente, as limitações aos direitos.

Moraes (1998), Dallari (1999) e Taiar (2009) complementam que os direitos humanos compõem-se dos direitos individuais fundamentais (vida, igualdade, liberdade, propriedade, segurança); dos direitos sociais (saúde, trabalho, lazer, educação e outros); dos direitos econômicos (pleno emprego, consumidor, meio ambiente) e dos direitos políticos (formas de realização da soberania popular). Estes grupos se complementam e integram de tal forma, que sem a existência de todos eles, torna-se impossível a plenitude dos direitos humanos.

Hesse (2009, p. 39) evidencia que:

Os direitos fundamentais influem em todo o Direito – inclusive o Direito Administrativo e o Direito Processual – não só quando tem por objeto as relações jurídicas dos cidadãos com os poderes públicos, mas também quando regulam as relações jurídicas entre os particulares. Em tal medida servem de pauta tanto para o legislador como para as demais instâncias que aplicam o Direito, as quais, ao estabelecer, interpretar e pôr em prática normas jurídicas, deverão ter em conta o efeito dos direitos fundamentais.

Para Taiar (2009), a característica principal que diferencia os direitos humanos em relação ao direito privado é a universalidade, cujo alicerce está apoiado no princípio da dignidade da pessoa humana. Os direitos humanos respaldam-se na preservação da vida

humana e sua integridade física, social e moral, sendo que a vida humana, em sua plenitude, manifesta-se como liberdade da pessoa humana.

É importante ressaltar que nesse estudo, adota-se o uso da expressão “direitos fundamentais”, uma vez que está relacionada com a positivação dos direitos humanos, consagrada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a discussão permeará se a submissão ao teste do etilômetro fere o princípio constitucional da não-autoincriminação.

1.2 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

O objetivo primordial desse tópico é realizar um breve estudo sobre o papel do princípio da dignidade da pessoa humana na Constituição de 1988 e versar sobre a importância deste princípio como sustentáculo do sistema constitucional brasileiro.

A concepção da dignidade da pessoa humana como valor próprio, inerente, e resolutivo da condição de ser humano remete ao pensamento clássico, com origem ideológica no pensamento cristão. Sarlet (2002, p. 24) elucida essa teoria, destacando que “ao pensamento cristão coube, fundados na fraternidade, provocar a mudança de mentalidade em direção à igualdade dos seres humanos”.

O pensamento atual de direitos humanos foi introduzido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e, pela primeira vez, houve a aceitação da dignidade da pessoa humana como centro orientativo dos direitos e fonte de inspiração de textos constitucionais posteriores, com base no Art. 3º aludindo que: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (UNESCO, 1998).

Segundo Duarte (2008), o princípio da dignidade da pessoa humana permeou-se inúmeros sistemas constitucionais contemporâneos, precipuamente após o advento da II Guerra Mundial, período em que o holocausto demonstrou o quanto o ser humano pode ser cruel e capaz de promover a usurpação da dignidade de seus semelhantes.

A positivação do princípio da dignidade da pessoa humana é relativamente recente, muito embora, em civilizações remotas possam ser identificados dispositivos legais que já se preocupavam com a proteção do indivíduo como um fim em si mesmo.

Ao realizar um apanhado histórico é possível verificar as Constituições que previram expressamente em seus textos o princípio da dignidade da pessoa humana: Italiana (27/12/1947 – art. 3º); Alemã (23/05/1949 – art. 1º, nº 1); Portuguesa (25/04/1976 e revisão de 1989 – art. 1º) e Espanhola (art. 10, nº 1) (DUARTE, 2008).

Inspirado por esse movimento internacional, e em reação ao autoritarismo militar, às violações frequentes a direitos e garantias fundamentais, de uma forma inédita, o Brasil legitimou a dignidade da pessoa humana na Constituição Federal proclamada em 05 de outubro de 1988, destacando no Título I – Dos princípios fundamentais, art. 1º, inciso III “República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana” (BRASIL, 1988). Isso significa que ao Estado é conferida a tarefa de preservá-la, promovendo condições que a tornem possível de realização prática.

A Carta Magna de 1988 declara a dignidade como princípio-centro do ordenamento jurídico. Os direitos fundamentais conquistados historicamente por meio de lutas árduas, não raramente são inobservados, cerceados e violados, em desacordo com os preceitos de uma vida digna (DUARTE, 2008).

Nesse sentido, destaca Sarlet (2001, p. 111-112):

A qualificação da dignidade da pessoa humana como princípio fundamental traduz a certeza de que o art. 1º, inciso III, de nossa Lei Fundamental não contém apenas uma declaração de conteúdo ético e moral (que ela, em última análise, não deixa de ter), mas que constitui uma norma jurídico-positiva com status constitucional e, como tal, dotada de eficácia, transformando-se de tal sorte, para além da dimensão ética já apontada, em valor jurídico fundamental da comunidade.

A Constituição de 1988 atribuiu plena normatividade à dignidade da pessoa humana, projetando-a para todo o sistema jurídico, político e social, tornando-a o alicerce principal da República e do Estado Democrático de Direito e permitindo que possua proeminência axiológica-normativa sobre os demais princípios (MARTINS, 2003; ROCHA, 2004).

Para Schmitz e Schöning (2013), a Constituição do Brasil sintetiza os valores fundamentais e supremos da ordem jurídica, quer de forma expressa escrita ou expressa implícita, consubstanciados tais valores em princípios constitucionais, definidos como normas superiores e máximas, que servem de diretriz para as demais normas que integram o sistema infraconstitucional, tanto no sentido de sua formação até em sua aplicabilidade.

Os direitos e garantias fundamentais são abarcados na Constituição de 1988 no Título II, arts. 5º ao 17, subdividindo-os em cinco capítulos, sendo eles: direitos individuais e coletivos, capítulo que engloba os direitos e garantias; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos e partidos políticos. No entanto, os direitos fundamentais, não ficaram circunscritos apenas a estes capítulos, também são evidenciados no Título VIII diversos direitos fundamentais, como o direito à saúde (arts. 196 a 200); o direito à educação (arts. 205 a 214); o direito à cultura (arts. 215 a 216); o direito do meio ambiente (arts. 224),

entre outros (BRASIL, 1988; FALCÃO, 2013).

Ferreira (1991) descreve que a dignidade da pessoa humana é o princípio permeante do ordenamento jurídico, considerado, visceral e indissociável dos direitos fundamentais. Denominado como aspecto pragmático-constitucional, pois apresenta a relação entre os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana na ordem constitucional. A diretriz da conduta estatal e particular é instituída pela tríade Constituição, Dignidade e Direitos Fundamentais, por se tratar do conjunto fundante da ordem jurídica como um todo.

Ao se posicionar sobre esse aspecto, Duarte (2008, p. 15) afirma que:

A dignidade da pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável de todo e qualquer ser humano, é característica que o define como tal. Concepção de que em razão, tão somente, de sua condição humana e independentemente de qualquer outra particularidade, o ser humano é titular de direitos que devem ser respeitados pelo Estado e por seus semelhantes. É, pois, um predicado tido como inerente a todos os seres humanos e configura-se como um valor próprio que o identifica.

A dignidade da pessoa humana conforme Sarlet (2009, p. 22), fundamenta-se no fato de que “cada ser humano é humano por força de seu espírito, que o distingue da natureza impessoal e que o capacita para, com base em sua própria decisão, tornar-se consciente de si mesmo, de autodeterminar sua conduta, bem como de formatar a sua existência e o meio que o circunda”

Moraes (2001) e Mascarenhas (2010) contextualizam a dignidade da pessoa humana como um valor moral e espiritual pertinente à pessoa, que revela especialmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida, trazendo consigo a intenção ao respeito por parte das demais pessoas de modo que, somente incomumente, possam ser realizadas limitações ao exercício dos direitos fundamentais, mas sempre sem desmerecer a necessária estima que merecem todas as pessoas enquanto seres humanos.

A contribuição de Rosendal (2005) quanto à dignidade da pessoa humana é que esta seria um juízo analítico desvelado a princípio pelo conhecimento. O predicado (dignidade) atribuído ao sujeito (pessoa humana) integra a natureza do sujeito e um processo de análise o extrai do próprio sujeito. Sendo a pessoa um fim em si, jamais um meio para se alcançar outros alvos, devendo ser conduzidos pelo valor supremo da dignidade.

Verifica-se ao longo da história que a filosofia kantiana já consagrava essa ideia em que o homem, como ser racional, existe como fim em si, ou seja, como algo que não pode ser empregado simplesmente como meio, devendo ser respeitado (GOMES; FREITAS, 2010).

A dignidade humana é conceituada por Moraes (2003, p. 109) como:

É uma questão que, ao longo da história, tem atormentado filósofos, teólogos, sociólogos de todos os matizes, das mais diversas perspectivas, ideológicas e metodológicas. A temática tornou-se, a partir de sua inserção nas longas Constituições, merecedora da atenção privilegiada do jurista que tem, também ele, grande dificuldade em dar substância a um conceito que, por sua polissemia e o atual uso indiscriminado, tem um conteúdo ainda mais controvertido do que no passado.

Sob a perspectiva do princípio da dignidade, Tepedino (1999) e Duarte (2008) alegam que existe de uma cláusula geral de tutela e promoção da pessoa humana, justificando a apresentação do princípio como norma fundante de toda a ordem constitucional pátria que objetiva, mormente, a observância por parte do Estado e de toda comunidade aos direitos fundamentais decretados na Carta Magna de 1988: sustento da vida digna.

Seguindo as proposições dos autores supracitados, é relevante destacar a lição de Sarmento (2003, p. 299), que esclarece:

[...] é importante deixar remarcado que nem todas as manifestações da autonomia privada são valoradas da mesma forma. Existem dimensões desta autonomia que ostentam superior importância, por serem consideradas mais relevantes para a garantia e promoção da dignidade da pessoa humana.

O princípio da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais se inter-relacionam, pois em cada direito fundamental, projeta e explicita a dignidade. Em relação ao exposto, Nunes (2002); Duarte (2008), Barcellos e Barroso (2003) complementam que o princípio da dignidade da pessoa humana tem por propósito a persecução da completude existencial baseada na integralidade moral.

A dignidade está relacionada tanto com os valores e liberdades ligados ao espírito, como igualmente com as mínimas condições para a subsistência humanizada. Não obstante, o referido princípio serve de fundamentação racional para justificar as motivações das mais diversas decisões judiciais, despidendo-se nessas ocasiões da abstratividade por vezes invocada em sua definição (BARCELLOS; BARROSO, 2003).

É relevante destacar que para Sarlet (2003) o Direito desempenha papel primordial na promoção e proteção da dignidade humana, principalmente, quando concebe instrumentos estabelecidos a impedir eventuais violações. Salienta-se que a dignidade não existe apenas onde é reconhecida, posto que é um dado prévio. Como expressão da própria condição humana, a dignidade pode e deve ser reconhecida e promovida, mas, não pode ser criada ou concedida.

Baracho (2006) e Duarte (2008) ressaltam que o conceito de pessoa e o direito à vida são cruciais para evidenciar a noção de direitos humanos e a internacionalização dos mesmos

e, sobretudo, validar a dimensão da dignidade da pessoa humana.

A ministra Carmem Lúcia do Supremo Tribunal Federal ao interpretar o Art. 1º da Declaração dos Direitos Humanos, dispositivo que delibera sobre a igualdade de todos os seres humanos em dignidade e direitos, faz os seguintes apontamentos:

Gente é tudo igual. Tudo igual. Mesmo tendo cada um a sua diferença. Gente não muda. Muda o invólucro. O miolo, igual. Gente quer ser feliz, tem medos, esperanças e esperas. Que cada qual vive a seu modo. Lida com as agonias de um jeito único, só seu. Mas o sofrimento é sofrido igual. A alegria, sente-se igual (ROCHA, 2004, p. 13).

A ausência de dignidade possibilita a identificação do ser humano como instrumento, coisa - violando uma característica própria e delineadora da própria natureza humana. Duarte (2008, p. 22) complementa que:

A consagração da dignidade da pessoa humana remete à visão do ser humano como a base, o esteio, o eixo principal do universo jurídico. É a dignidade da pessoa humana o princípio fundante do constitucionalismo contemporâneo. É a vedação da coisificação do humano, pela compreensão de que toda pessoa humana é digna e, por essa condição singular, vários direitos fundamentais são conquistados e declarados com o objetivo de proteger a pessoa humana de abomináveis formas de dominação e instrumentalização de sua ínsita condição.

Segundo o autor supracitado, a aceitação do princípio da dignidade na maioria das ordens constitucionais contemporâneas dos Estados que detêm a intenção de construir o Estado Democrático de Direito, como no caso brasileiro é, sem dúvida, uma conquista que inaugura um momento ímpar para o Direito, que passa a ser construído pelos paradigmas principiológicos.

A positivação do princípio da dignidade da pessoa humana pela Constituição Brasileira de 1988 é defendida por Sarlet (2002, p. 68):

Consagrando expressamente, no título dos princípios fundamentais, a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do nosso Estado democrático (e social) de Direito (art. 1º, inc. III, da CF), o nosso Constituinte de 1988 – a exemplo do que ocorreu, entre outros países, na Alemanha –, além de ter tomado uma decisão fundamental a respeito do sentido, da finalidade e da justificação do exercício do poder estatal e do próprio Estado, reconheceu categoricamente que é o Estado que existe em função da pessoa, e não o contrário, já que o ser humano constitui a finalidade precípua, e não meio da atividade estatal.

Rivabem (2005) ressalta que a dignidade não só é inerente ao ser humano individualmente considerado (visão ontológica) como é fruto do desenvolvimento histórico e cultural da sociedade e, por isso, deve ser considerada prévia ao Direito, existindo, portanto,

independente de sua previsão expressa, cabendo ao Direito a árdua tarefa de concretizá-la (promoção e proteção).

Alexy (2001, p. 138) destaca que os princípios e valores encontram-se intimamente vinculados, tanto que se pode falar em colisão de princípios e valores, assim como se pode falar de ponderação de princípios e valores; ou, mais ainda, que a efetivação, cumprimento gradual de princípios tem sua equivalência na efetivação, cumprimento gradual dos valores. Apesar da existência dessas semelhanças, eles se distinguem. Segundo Alexy (2001), essa distinção é assinalada por G. H. Von Wright, o qual indica que os conceitos práticos se dividem em: deontológicos, axiológicos e antropológicos.

Quanto ao caráter deontológico e axiológico da dignidade da pessoa humana, o autor Alexy (2001, p. 142-144) restringe-se a:

[...] desenvolver os conceitos “dever ser”, conceito deontológico, e “bom”, conceito axiológico. [...] identifica os princípios como mandatos de otimização, que são, portanto, conceitos deontológicos, enquanto os valores dever ser incluídos na dimensão axiológica, o que pode ser qualificado como “bom”. As valorações, dessa forma, podem se apoiar em um ou mais critérios de valoração, que podem vir a ser sopesados para se atingir um resultado final já que têm um caráter contraposto. A aplicação de critérios de valoração, os quais devem-se sopesar, responde à aplicação de princípios, enquanto as regras de valoração referem-se àqueles critérios que não se precisa sobrepor.

Falcão (2013) cita Alexy (2001) em seu artigo para evidenciar que a diferença entre princípios e valores se reduz a um ponto, o que, no modelo de valores, *prima facie*, é o melhor, e, no modelo de princípios, *prima facie*, é o devido; e o que é, no modelo dos valores, definitivamente o melhor é, no modelo dos princípios, o definitivamente devido. Assim, os valores e os princípios diferenciam-se em virtude de seu caráter axiológico e deontológico, respectivamente.

À dignidade da pessoa humana, confere tanto um caráter axiológico como deontológico; e é nessa acepção que a doutrina constitucional pátria a concebe, como princípio do ordenamento constitucional pátrio, com conteúdo valorativo (ALEXY, 2001; FALCÃO, 2013). Barroso (2001) ao posicionar-se sobre esse aspecto, afirma que, na era pós-positivista, os princípios constitucionais passaram a ser a síntese dos valores que refletem as ideologias da sociedade, seus fins e seus postulados básicos.

Para Falcão (2013), a Constituição eleva o princípio da dignidade à disposição de norma das normas dos direitos fundamentais, situado no mais alto posto da hierarquia jurídica do sistema constitucional como princípio fundamental da República Federativa do Brasil. Os autores Tammenhain (2015) e Farias Neto (2016) complementam que essa posição lhe

outorga densidade jurídica máxima no sistema constitucional pátrio e é capaz de compendiar a unidade material da Constituição e de todo o sistema jurídico e, nessa medida, estabelecer limites à ação do Estado; proteger a liberdade humana em todos os seus campos contra toda e qualquer forma de abuso ou arbítrio das autoridades estatais; e consubstanciar em uma diretriz do direito infraconstitucional e constitucional.

A cada dia, a dignidade da pessoa humana assume um papel mais relevante no contexto do Estado Democrático de Direito. A humanidade sofreu com as mazelas ocasionadas pelo Estado no passado. Superada essa fase na história mundial, com o advento da Declaração Universal, os limites aos poderes estatais foram impostos, permitindo aos indivíduos conviver em um cenário de maior segurança, paz e dignidade em suas vidas, conforme destacam Moraes (2003) e Gomes e Freitas (2010).

Portanto, sustenta-se o pensamento de que os direitos fundamentais são a concretização da dignidade humana dentro da ordem constitucional; concretização esta que é comprovada sob o aspecto de informadora de todo o ordenamento jurídico.

1.3 PRINCÍPIO DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

Ao estudar o desenvolvimento histórico do princípio da não autoincriminação verifica-se que esse princípio obteve diversas interpretações, as quais variam, ao longo do tempo, de acordo com o país em que é aplicado, como por exemplo: *nemo tenetur edere contra se, nemo tenetur se accusare, nemo tenetur se ipsum prodere, nemo tenetur detegere turpitudinem suam e nemo testis contra se ipsum*. E atualmente, no direito anglo-americano, o princípio é expresso pelo *privilege against self-incrimination* (QUEIJO, 2012; REZENDE, 2016).

A análise cronológica desse princípio, segundo Queijo (2012) remete a época da Antiguidade, referindo-se a algumas leis da época como o Código de Hamurabi, que não tinha a previsão da oitiva formal do acusado, somente em casos excepcionais em que aquele poderia ser ouvido sob juramento, nos casos em que não houvesse outras provas que ratificassem o fundamento da acusação.

De acordo com Machado (2012, p. 03), “o direito à não autoincriminação foi uma das grandes conquistas do período Iluminista, pois separou a produção de provas por parte do Estado da, até então, obrigatória participação do acusado no que viria a ser sua própria condenação”.

Quanto a isso, Machado (2007) revela que o Iluminismo rejeitava a utilização da tortura e o juramento imposto ao acusado no interrogatório, dissemelhante ao que foi feito por

alguns povos da Antiguidade, a exemplo das regras impostas no Código de Hamurabi e nas Leis de Manu, em que o acusado deveria ser ouvido sob juramento.

A construção teórica do princípio *nemo tenetur se detegere* foi respondida no período Iluminista conforme explicam Beccaria apud (QUEIJO, 2003, p. 09):

[...] na medida em que sustenta que o dever de dizer a verdade, imposto ao acusado pelo juramento, é antinatural, mas entende que o acusado silente deve ser apenado gravemente, por constituir ofensa à Justiça. Mas foi nesta época que o acusado passou a ser visto não tão só como objeto de prova e que, aos poucos, foi sendo afastada a obrigatoriedade de fornecer prova contra si mesmo.

Trois Neto (2011, p. 82) evidencia que “os autores não são concordes na determinação da origem do direito à não autoincriminação, e nem há facilidade de identificar sua razão de existência e sobrevivência ao longo da história”.

O princípio se fortaleceu, destaca Oliveira (2009, p. 184), à medida em que se fazia necessário acabar com os abusos cometidos no regime absolutista:

Na perspectiva de sua origem, pode-se concluir que o nascimento do *nemo tenetur se detegere* está ligado à necessidade de superação das mais variadas formas de absolutismo, estatal ou eclesiástico, que ao longo da história submeteram o homem ao exercício do poder. Seja como instrumento de manipulação religiosa, como ocorreu entre católicos e não-católicos no início da Renascença na velha Inglaterra ou em França, seja como instrumento de imposição de determinada ordem nos sistemas processuais inquisitoriais, a exigência do compromisso de revelação da verdade sempre esteve a serviço de certos poderes públicos, em face dos quais o indivíduo jamais recebia o tratamento de sujeito de direito.

Em síntese, o direito à não autoincriminação, conforme Levy (1999 *apud* MILLANI, 2015) não pode ser totalmente compreendido se não for considerada a situação religiosa e política da época. A reivindicação ao direito nasceu das inquirições inicialmente conduzidas pela Igreja e posteriormente pelo Estado, tendo exercido papel relevante o contexto das lutas políticas que buscavam limitar prerrogativas arbitrárias e assegurar liberdades individuais e um governo mais representativo.

A proposição de Levy é recusada por Langbein. Millani (2015) destaca em sua dissertação de mestrado que Langbein atesta que a verdadeira origem do direito à não autoincriminação não deve ser buscada nas lutas políticas da revolução inglesa, mas no aprimoramento do procedimento criminal adversarial ocorrido no final do século XVIII. O direito, desta feita, foi o resultado do intenso trabalho realizado pelos advogados de defesa.

No perpassar da história, já na Idade Contemporânea, alguns registros internacionais de direitos humanos passaram a mencionar expressamente ou não expressamente o princípio do *nemo tenetur se detegere*. Queijo (2003) e Machado (2007) revelam que em 1948, a

Declaração Universal dos Direitos do Homem não mencionou expressamente o princípio, não obstante ter se referido em suas linhas à presunção de inocência e estabelecido a não utilização da tortura.

Já na Convenção Americana sobre Direitos Humanos realizada em 22 de novembro de 1969, com aprovação na Conferência de São José da Costa Rica o princípio do *nemo tenetur se detegere* veio registrado no artigo 8, parágrafo 2, “g”, dispondo que ninguém é obrigado a depor contra si mesmo e nem a se declarar culpado (QUEIJO, 2003).

Art. 8º - Garantias judiciais 2. Toda pessoa acusada de um delito tem direito a que se presuma sua inocência, enquanto não for legalmente comprovada sua culpa. Durante o processo, toda pessoa tem direito, em plena igualdade, às seguintes garantias mínimas:

g) direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a confessar-se culpada (CIDH, 1969).

Queijo (2003, p. 110) acrescenta o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Político (23 de março de 1976) amparado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, estipula que todo aquele que for acusado da prática de um crime não é obrigado a depor contra si mesmo e nem a se confessar culpado, conforme artigo 14, n. 3, “g”.

Art. 14.º - 3. Qualquer pessoa acusada de uma infração penal terá direito, em plena igualdade, pelo menos às seguintes garantias:

g) A não ser forçada a testemunhar contra si própria ou a confessar-se culpada.

Nesse sentido, Moura e Moraes (1994, p. 134) resumem essa evolução do princípio *nemo tenetur se detegere*:

A evolução do princípio consagrado na expressão *nemo tenetur se detegere* se insere na problemática crucial do processo penal, qual seja, o confronto entre a defesa social e os direitos fundamentais do imputado. Assim é que, desde a época em que responder ao interrogatório era obrigação do acusado, até os dias de hoje, em que se lhe permite permanecer calado, sem que disso resulte prejuízo a ele ou à sua defesa, um longo caminho foi percorrido, passando inclusive, por período em que o direito ao silêncio foi equiparado à confissão tácita, carregando-se ao imputado um verdadeiro *onus probandi*.

No mundo jurídico, este princípio não é uma novidade, porém sua aplicação é recente no direito brasileiro, destaca Rezende (2016). Segundo Trois Neto (2011) e Machado (2012), o Brasil não reconheceu o direito ao silêncio como uma garantia expressa até promulgação da Constituição Federal de 1988. Contudo, tal direito já era aplicado desde o século XIX de forma mitigada. Os autores destacam que o Código de Processo Criminal de Primeira Instância, de 1832, considerou o interrogatório como meio de defesa, não obrigando o

acusado a responder sobre juramento nem mesmo a responder a determinadas perguntas.

O Decreto 848 foi editado no período República, não reconhecendo de forma direta a garantia, entretanto, limitou as perguntas a serem realizadas no interrogatório, bem como assegurou ao interrogado o direito de responder com um mero “sim ou não” (TROIS NETO, 2011; MACHADO, 2012).

O *nemo tenetur se detegere* constitui-se de um princípio constitucional implícito que tem origem nos princípios constitucionais expressos: presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF), ampla defesa (art. 5º, LV, CF), direito ao silêncio (art. 5º, LXIII, CF). Por sua vez, esse princípio é encontrado de maneira expressa no art. 8º do Pacto de San José da Costa Rica, o qual foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992.

Queijo (2012) e Assis (2014) destacam que na legislação ordinária, o direito a não autoincriminação em seu sentido originário de direito ao silêncio, conserva explícito reconhecimento no artigo 186 e parágrafo único do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 10.792/2003, o dever da autoridade policial e judicial de cientificar o indiciado/acusado do direito de permanecer calado e não responder às perguntas que lhe forem formuladas, bem como, que o exercício de tal direito não importará em confissão ficta nem será interpretado em desfavor de sua defesa.

A Lei n. 10.792/2003 (BRASIL, 2003), que lhe conferiu nova redação positivou a dita garantia:

Art. 186. Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado será informado pelo juiz, antes de iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. Parágrafo único. O silêncio, que não importará em confissão, não poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu art. 5º, inciso LXIII traz regras expressas, as quais garantem ao preso ou acusado, o direito a permanecer em silêncio, nos seguintes termos: “o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado”.

Nucci (2012) acrescenta que esse princípio refere-se à decorrência natural da conjugação dos princípios constitucionais da presunção de inocência (art. 5º, LVII) e da ampla defesa (art. 5º, LV) com o direito humano fundamental que permite ao réu manter-se calado (art. 5º, LXIII).

Para Calçado (2014), o princípio da não autoincriminação possui relevante atuação no campo do processo penal, assegurando ao acusado o direito de não produzir prova contra si

mesmo. O aludido princípio alicerçou-se como direito fundamental, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo incorporado efetivamente no ordenamento jurídico brasileiro.

Millani (2015) aborda que o direito à não autoincriminação, ainda que profusamente interpelado pela jurisprudência e pela doutrina, ainda não tem os seus contornos totalmente delimitados. As indefinições vão desde a nomenclatura até as hipóteses de aplicação, sendo ora igualado ao direito ao silêncio, ora interpretado de maneira mais ampla, englobando situações que não guardam qualquer relação com o texto legal que o estabelece.

O direito da não autoincriminação possui múltiplas dimensões, externando-se através do direito ao contraditório e à ampla defesa, pelo direito de permanecer calado e, prioritariamente da presunção de inocência. Nessa vertente, visto que o acusado no interrogatório tem a seu favor o direito de permanecer calado sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo, tal conduta não pode ser considerada como confissão (REZENDE, 2016).

Dutra (2015) complementa que no âmbito jurídico o direito a não autoincriminação possui vasta dimensão, sendo que a tradicional versão é denominada de direito ao silêncio compreendendo o direito de não confessar, de não declarar contra si, de não colaborar com a investigação ou instrução criminal, direito de declarar o inverídico, contanto que não haja prejuízos para terceiros, direito de não apresentar provas prejudiciais, direito de não produzir ou não contribuir ativamente para a produção de provas contra si, direito de não ceder o corpo total ou parcialmente para produção probatória, dentre tantas outras expressões, que se adequem ao sentido expresso no conceito do princípio *nemo tenetur se detegere*.

Para o Ministro Celso de Mello (STF, 1998, p. 01) o princípio *nemo tenetur se detegere*:

Trata-se de direito público subjetivo revestido de expressiva significação político-jurídica que impõe limites bem definidos à própria atividade persecutória exercida pelo Estado. Essa prerrogativa jurídica, na realidade, institui um círculo de imunidade que confere, tanto ao indiciado quanto ao próprio acusado, proteção efetiva contra a ação eventualmente arbitrária do poder estatal e de seus agentes oficiais.

O direito à não autoincriminação, conforme evidencia Queijo (2012, p. 77), “tem a finalidade de proteger o indivíduo contra os excessos cometidos pelo Estado na persecução penal, incluindo-se o resguardo contra coação e violência física e moral utilizadas para constrangê-lo a cooperar na instrução probatória”.

Haddad (2003) declara que esse direito “protege a liberdade de decisão e o resultado desse decidir, que se traduz na opção em realizar ou não uma conduta ativa de cunho

probatório, sem que a inércia do acusado importe em assunção de culpa”, ou seja, configura um direito de não colaboração do acusado com as autoridades perseguidoras.

O direito a não se autoincriminar faculta ao acusado garantias de que ele será submetido ao devido processo legal, conforme evidenciado por Oliveira (2016, p. 32) “o direito ao silêncio tem em mira não um suposto direito à mentira, como ainda se nota em algumas doutrinas, mas à proteção contra as hostilidades e as intimidações historicamente desfechadas contra os réus pelo Estado em atos de natureza inquisitiva”.

Quanto ao exposto, Marques (2012, p. 5) enfatiza que o direito ao silêncio “veio para garantir ao réu que ele não precisa mais colaborar com o Estado na busca da chamada “verdade real” no processo criminal, pois a ele está garantido que não é obrigado a “descobrir-se” (*nemo tenetur se detegere*).

“O fundamento do direito à não autoincriminação se encontra num triplo axiológico, composto pelo respeito à liberdade, dignidade e integridade da pessoa”, destaca Rodriguez (2002, p. 203).

O princípio *nemo tenetur se detegere*, revela Rezende (2016), sincronicamente se denota como uma garantia/direito fundamental constitucional autônoma do indivíduo que esteja respondendo a um processo criminal e, constitui-se também a ampla defesa, outra garantia fundamental constitucional, que faz parte do desdobramento da autodefesa para que essa não seja maculada.

“A garantia da não autoincriminação não é um fim em si mesmo, mas, fundamentalmente, um meio de proteção de verdadeiros direitos fundamentais” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 93).

Queijo (2003) complementa que o referido princípio [*nemo netur se detegere*] consolidou-se como direito fundamental, vinculado ao Estado de Direito, exclusivamente relacionado com outros direitos igualmente consagrados: o direito à intimidade, à liberdade moral, à dignidade da pessoa humana e à intangibilidade corporal.

Segundo a autora supracitada, o princípio apresenta importante dimensão no processo penal, na medida em que assegura ao acusado o direito de não se autoincriminar. E ainda, que se extrai desse princípio o respeito à dignidade desde o interrogatório e que as provas de sua culpabilidade devem ser colhidas sem a sua cooperação. Tais reflexões emanam da concepção de que o acusado não pode mais ser considerado objeto da prova na atual feição do processo penal (ARAÚJO, 2015).

O Supremo Tribunal Federal evidencia a relação entre a dignidade da pessoa humana e o princípio *nemo tenetur se detegere*, ao declarar que o direito à não autoincriminação

assegura a não produção de prova contra si mesmo, “constitui pedra angular do sistema de proteção dos direitos individuais e materializa uma das expressões do princípio da dignidade da pessoa humana” (STF, 1991). Sob essa premissa, o Supremo Tribunal Federal determinou a soltura de um réu que estava preso unicamente para a obtenção de seu depoimento, conforme a relatoria do ministro Gilmar Mendes:

[...] na sua acepção originária conferida por nossa prática institucional, este princípio proíbe a utilização ou transformação do homem em objeto dos processos e ações estatais. O Estado está vinculado ao dever de respeito e proteção do indivíduo contra exposição a ofensas ou humilhações.

Conquanto, o princípio da dignidade da pessoa humana servir como fundamento para inúmeras decisões, dada a sua amplitude e contornos imprecisos, não se pode negar que ele está intimamente ligado ao direito à não autoincriminação, particularmente no tocante à possibilidade ou não da realização de determinadas perícias sem o consentimento do indivíduo, como ocorre nas intervenções corporais (MILLANI, 2015).

O princípio da não autoincriminação norteia a jurisprudência e doutrina no intuito de considerar como necessária a submissão do acusado a se submeter a atividades probatórias, as quais ocorram meio de intervenção corporal, principalmente o teste do etilômetro, conforme prescreve o art. 306 da lei nº 9503/97 (Código de Trânsito Brasileiro).

Nesse sentido Haddad (2000, p. 136) complementa que:

[...] todas as ações, verbais ou físicas, capazes de contribuir para a incriminação de alguém. A recusa em submeter-se a intervenções corporais – colheita de sangue para exame de DNA – e a participar da reconstituição do crime, a negativa em sujeitar-se ao exame de dosagem etílica em delitos de trânsito, a oposição à entrega de documentos que possam comprometer seu possuidor. Todos esses comportamentos, por trazerem potencial lesão ao direito de defesa do acusado, estão encobertos pela máxima.

Para Marques (2012, p. 07) há a necessidade de “examinar doutrinariamente a aplicabilidade do direito ao silêncio também nas provas que dependam de sua colaboração, bem como as consequências processuais advindas da violação a esse princípio”.

O direito da não autoincriminação constitui-se o direito de não produzir ou de não contribuir ativamente para a produção de provas contra si mesmo, concebendo o direito de não praticar nenhum comportamento ativo que lhe comprometa, direito de não participar ativamente de procedimentos probatórios incriminatórios e o direito de não ceder seu corpo, total ou parcialmente, para a produção de prova incriminatória (REZENDE, 2016).

Dutra (2015) assevera que o princípio *nemo tenetur se detegere* dispõe de natureza

jurídica de direito fundamental, visando a proteção do acusado mediante excessos que por ventura podem ser incorridos pelo Estado na persecução criminal, assegurando que sua integridade física e moral sejam preservadas, quando o Estado necessita de sua colaboração para produção de provas.

Alcântara (2016) complementa que nenhum indivíduo pode ser obrigado, seja por uma autoridade ou um particular, a fornecer involuntariamente qualquer tipo de informação, dado, ou prova que o incrimine de alguma maneira. Logo, ninguém poderá ser obrigado a produzir prova contra a si mesmo.

Para enriquecer a discussão, Távora e Alencar (2016, p. 77) defendem que “o conteúdo do *nemo tenetur se detegere* abarca os direitos do imputado de silêncio ou permanecer calado”; ou seja, assegurar o direito de não ser compelido a confessar o cometimento da infração penal; de inexigibilidade para dizer a verdade; de não adotar conduta ativa que possa lhe causar incriminação, por fim de não produzir prova incriminadora invasiva ou que imponha penetração em seus organismos.

Conforme Albuquerque (2008), Oliveira (2011b), Gava (2013), Veludo (2014) e Oliveira (2013) a recusa em contribuir na produção de provas não violadoras de direitos fundamentais não merece resguardar-se na garantia da não autoincriminação. Isto é, a eventual recusa do sujeito passivo em contribuir na produção de determinada prova deve legitimar-se, portanto, no argumento de que a sua colaboração representa, em maior ou menor grau, agressão direta a seus direitos fundamentais.

Tal afirmação vai ao encontro do exposto por Albuquerque (2008, p. 93):

[...] o *nemo tenetur se detegere* é claramente limitado por suas finalidades, quais sejam, a de desestimular as práticas inquisitoriais que visam à obtenção forçada da confissão, proteger os direitos fundamentais que compõem o núcleo estrutural da dignidade da pessoa humana, especialmente o instinto de autopreservação, assegurar a liberdade de consciência e de autodeterminação, inclusive estimulando o sujeito passivo a participar do processo, fortalecendo o princípio da ampla defesa.

O princípio da não autoincriminação tem por objeto garantir que o ônus da prova caiba à acusação. Segundo Nucci (2006, p. 78) “todas as pessoas nascem inocentes, sendo esse o seu estado natural, razão pela qual, para quebrar tal regra, torna-se indispensável que o Estado-acusação evidencie, com provas suficientes, ao Estado-juiz a culpa do réu”.

Gomes (2008) destaca que dentre as garantias do devido processo legal criminal encontra-se a ampla defesa, devendo ser considerada em dois aspectos: na defesa técnica e na autodefesa.

O direito a não autoincriminação, pertencente ao direito à autodefesa no tocante ao

direito de audiência possui variadas dimensões: direito ao silêncio, direito de não colaborar com a investigação ou a instrução criminal; direito de não declarar contra si mesmo, direito de não confessar, direito de declarar o inverídico, sem prejudicar terceiros, direito de não apresentar provas que prejudique sua situação jurídica (REZENDE, 2016).

Lima (2014) e Alcântara (2016) destacam que o direito a não autoincriminação, refere-se a uma categoria de autodefesa passiva, que é executada pela inatividade do indivíduo sobre quem recai ou pode recair uma imputação. Isto é, consiste na proibição de uso de qualquer medida de coerção ao acusado de caráter sancionatório para se obter uma confissão ou colaboração de ações que possam desencadear sua condenação.

Dutra (2015) sintetiza que o *nemo tenetur se detegere* é o direito outorgado a pessoa de não produzir provas que lhe possam ser desfavoráveis e acarretar em sua incriminação, não podendo sofrer qualquer prejuízo diante de sua recusa ou omissão.

Esse princípio exprime a ideia de que ninguém deve ser obrigado a declarar contra si próprio, ou seja, todo acusado tem o direito de permanecer tácito e, não ser prejudicado por exercer tal direito. Qualquer ato que imponha um acusado a declarar-se contra si é considerado nulo. Indo ao encontro desse entendimento, Oliveira (2009, p. 188) expõe que:

[...] instituído como direito, impõe ao Estado o dever de respeitar a opção pelo seu exercício, o que impedirá a adoção de quaisquer ações tendentes à extração forçada-extorsão- da confissão, com o que se poderá bem e melhor tutelar a integridade física e psíquica do acusado, o seu direito à personalidade e à dignidade humana. De fato, em um Estado de Direito devem ser absolutamente banidas quaisquer intervenções que possam afetar a capacidade de autodeterminação da pessoa.

Existem doutrinadores que entendem o direito ao silêncio como uma manifestação de algo maior, o *nemo tenetur se detegere*, ou seja, o direito ao silêncio garante a não produção de provas contra si mesmo. Nesta vertente Lopes Jr. (2012, p. 629) traz que:

O direito ao silêncio é apenas uma manifestação de uma garantia muito maior, insculpida no princípio *nemo tenetur se detegere*, segundo o qual o sujeito passivo não pode sofrer nenhum prejuízo jurídico por omitir-se de colaborar em uma atividade probatória da acusação ou por exercer seu direito de silêncio quando do interrogatório.

No entanto, Dutra (2015, p. 04) revela que o direito a não autoincriminação é “uma garantia que não se destina somente aos acusados, mas a qualquer pessoa, embora não caiba invocá-lo quando não há pretensão do Estado em apurar fatos, pois para ser aplicado deve haver uma relação entre autoridade e indivíduo”.

O princípio *nemo tenetur se detegere* (ou princípio da não autoincriminação) consiste

não só um dos princípios fundamentais do processo penal, mas também um dos mais consideráveis princípios aplicáveis no cenário da produção probatória (MONTEIRO, 2013; OLIVEIRA, 2013).

As principais características do direito à não autoincriminação são aduzidas por Millani (2015): 1) permitir que o acusado permaneça em silêncio durante todo o processo; 2) impedir que o indivíduo seja compelido a produzir prova contrária ao seu interesse; 3) resguardar o indivíduo contra coação e violência física ou moral para constrangê-lo a cooperar na instrução probatória; 4) impedir que a sua inação seja de qualquer forma utilizada em seu desfavor; e 5) transferir à acusação o ônus da prova.

Bohn (2010) ressalta que a ampla polêmica envolvendo o princípio *nemo tenetur se detegere* reporta a doutrina ao debate referente a sobreposição do interesse individual do acusado em relação ao interesse público, bem como em sentido contrário. Segundo o autor supracitado, não há que se falar em primazia de um direito sobre o outro, senão estariam caracterizadas a impunidade ou a arbitrariedade estatal, motivo pelo qual se mostra razoável uma análise proporcional entre tais méritos.

Por fim, Millani (2015) aduz que o direito à não autoincriminação, em sua definição generalizada, como visto, demonstra que o indivíduo não é obrigado a colaborar ativamente com a acusação, ou seja, o investigado ou réu têm o direito permanecer inertes, não apenas no que se refere ao silêncio, mas também no que tange à produção de quaisquer outras espécies de prova, uma vez que a comprovação de sua culpabilidade deve ser feita pela acusação.

2 CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Os acidentes de trânsito representam um grave problema de saúde pública. De acordo com um relatório emitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016), o Brasil apresenta uma taxa de 23,4 mortes no trânsito para 100 mil habitantes. O país ostenta o quarto pior desempenho do continente americano, atrás somente de Belize, República Dominicana e Venezuela. Sendo que a vizinha Venezuela apresenta 45,1 mortes por cada 100 mil habitantes.

Neste relatório da OMS, estima-se que o número de mortes nas estradas em todo o mundo pode chegar a 1 milhão por ano até 2030. Essa projeção mundial de vítimas fatais em acidentes de trânsito tem maior probabilidade nos países de baixa e média renda, a exemplo do Brasil.

Desde 2009, o número de acidentes de trânsito no Brasil apresentou um salto de 19 por 100 mil habitantes para 23,4 por 100 mil habitantes, o maior registro na América do Sul (OMS, 2016), sendo que a combinação consumo de álcool x direção é uma das principais causadoras. Para minimizar essa disfunção de morbimortalidade no trânsito, que é uma questão de saúde pública, impactando os custos econômicos que podem chegar a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) o legislador brasileiro tem enrijecido as leis de trânsito, desde a criação do primeiro Código de Trânsito Brasileiro (CTB) em 1941.

Pereira e Ribeiro (2016) enfatizam que o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) tem como objetivo regular o sistema nacional de trânsito com normas gerais de circulação e conduta para motoristas e pedestres, além da obrigatoriedade de educação para o trânsito.

Para tanto, antes de iniciar o debate quanto às alterações ocorridas no CTB quanto a dirigir sobre a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência é necessário apresentar os conceitos de trânsito e via pública.

O conceito de trânsito evidenciado no CTB de 1941 (BRASIL, 1941, p. 02) no seu artigo 4º, parágrafo único, apresentava apenas uma indicação sobre o que seria uma via pública: “Entende-se por via pública toda rua, caminho, e estrada ou passagem de domínio público, qualquer que seja a denominação, em zona urbana, suburbana e rural”.

O CTB de 1966 (BRASIL, 1966, p. 010) manteve denominação parecida, mas com a utilização do termo “via terrestre”: “São vias terrestres as ruas, avenidas, logradouros, estradas, caminhos ou passagens de domínio público”, não fazendo qualquer conceituação acerca do termo “trânsito”.

A mudança mais profunda na denominação de trânsito ocorreu no CTB aprovado em 1997 e em vigor desde 23 de janeiro de 1998 (BRASIL, 1997, p. 01), que menciona em seu artigo 1º: “considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga”.

O trânsito, para Vasconcellos (1998, p. 82) é uma “[...] negociação coletiva e conflituosa do espaço [...]”, destacando que, em virtude dos frequentes deslocamentos na concorrência dos mesmos espaços viários disponíveis, há sempre a possibilidade de choques entre os diversos corpos que dividem esses espaços, gerando, assim, o risco de acidentes.

Rozestratenn (2003, p. 4) conjectura três componentes básicos do trânsito: a via, o veículo e o indivíduo e o define como “conjunto de deslocamentos de pessoas e veículos nas vias públicas, dentro de um sistema convencional de normas, que tem por fim assegurar a integridade de seus participantes”. Para Silva (2015), com base no reconhecimento destes três componentes e da relação contínua entre eles, verifica-se uma heterogênea rede de comportamentos e deslocamentos nos domínios do espaço público, à qual se dá o nome de trânsito.

Conforme relatos históricos, a primeira lei de trânsito surgiu na Inglaterra em 1836. Essa norma balizava a velocidade a dez quilômetros por hora, exigindo que à frente do veículo fosse uma pessoa com uma bandeira vermelha, acautelando os pedestres sobre a passagem do veículo. Segundo Aragão (1999) e Silva (2015) em 1896, sucedeu o primeiro registro envolvendo o automóvel em acidente de trânsito. Nesse período, verifica-se que já havia a preocupação em elaborar regras eficientes para o trânsito.

Já no Brasil, com a chegada dos primeiros automóveis, sendo o primeiro registro em 1891, novas demandas acerca do tráfego desses veículos foram sentidas. Aragão (1999) destaca que tornou-se indispensável a constituição de regras específicas para o trânsito nas cidades. As primeiras iniciativas do Governo Federal relacionadas ao trânsito de veículos no país, não era exatamente uma lei e não contemplava o trânsito como um todo. Era o Decreto nº 8.324, de 27 de outubro de 1910 que legitimou as regras para o serviço subvencionado de transportes de passageiros ou mercadorias por meio de automóveis industriais, ligando os Estados da União.

Em 1941 publicou-se o Decreto-Lei nº 3651 que instituiu o primeiro Código de Trânsito no Brasil que abrangia variadas situações e ambientes experienciados no contexto de trânsito, como sinalização e punições aos infratores das normas de tráfego e atribui aos Estados a regulamentação do trânsito, desde que respeitassem as leis nacionais sobre o tema

(ARAGÃO, 1999; SILVA, 2015).

Com o advento das novas demandas pleiteadas pela industrialização e crescimento no quantitativo de automóveis em circulação, publicou-se em 21 de setembro de 1966, o segundo Código Nacional de Trânsito composto de 131 artigos, por meio do Decreto-Lei nº 5.108 (BRASIL, 1966). Antes mesmo de sua regulamentação o novo Código Nacional de Trânsito sofreu alterações em 1968 com a publicação do Decreto-Lei 62.127 (BRASIL, 1968). Esse novo Código de Trânsito Brasileiro configurou um avanço em relação à administração geral do trânsito no território, vigorando até o ano de 1998.

Após 31 anos de vigência da Lei nº 62.127, publicou-se o primeiro código que representou um marco na penalização de algumas infrações e nos direitos dos pedestres à livre circulação, incluindo punições relacionadas à conduta de dirigir embriagado e a direção perigosa de veículo (BRASIL, 2010).

Cammi (1999, p. 11) destaca que qualquer nova lei traz pelo menos duas mudanças: “introduz modelos de conduta que antes não existiam e modifica as relações dos indivíduos entre si e entre eles e o Estado”. O autor tece essa interpretação no tocante às vantagens do novo CTB, com vigência a partir de 1998 e que trouxe grandes mudanças no trânsito brasileiro e também muitas discussões no âmbito jurídico.

O primeiro Código de Trânsito Brasileiro que tratou da embriaguez ao volante como crime foi introduzido no ordenamento jurídico pátrio através da Lei nº 9.503, de 21 de setembro de 1997, passando a vigorar em 22 de janeiro de 1998, com o objetivo de proteger e proporcionar mais segurança, fluidez, eficiência e conforto aos usuários das vias terrestres. A relevância desta lei está no fato de que foi a primeira legislação voltada ao tráfego de veículos a prever tipos penais em seu texto, evidencia Mattos (2013). A conduta de dirigir embriagado um veículo automotor passou a ser criminalizada, conforme tipificado na transcrição do Art. 306:

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem: Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor (BRASIL, 1997).

Após a publicação dessa lei, o motorista embriagado responderia, então, administrativamente, pelo artigo 165, e, penalmente, pelo art. 306, todos do CTB. Brandoliz (2013) discute em seu artigo que o tratamento conferido ao crime de embriaguez ao volante não estava vinculado à quantidade de álcool ingerido, mas a sua ingestão acrescida da ocorrência de perigo concreto, devido à expressão estabelecida.

As normas contidas nos artigos supraditos permaneceram inalteradas, porém, a Lei 11.275/06 (BRASIL, 2006) buscou trazer novos mecanismos para tornar a aplicação da lei mais efetiva. Esta lei apresentou algumas alterações no CTB no tocante ao consumo de álcool e direção veicular, com destaque à realizada no art. 277, que estabelece que a infração (de embriaguez ao volante) poderá ser caracterizada mediante a obtenção, pelo agente de trânsito, de outras provas em direito admitidas acerca dos notórios sinais de embriaguez.

Além de tratar do crime de embriaguez ao volante, esse CTB estabeleceu uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Atribuiu-se, então, aos órgãos públicos a responsabilidade pela segurança e pela circulação de pedestres e veículos, trazido à baila no art. 1º, § 2º: “o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito”, e o § 3º atribui ao Estado a responsabilidade pelo exercício do direito a um trânsito seguro (BRASIL, 1997).

O CTB tem como uma de suas principais preocupações a diminuição no número de acidentes automobilísticos e com motocicletas, que diariamente extirpa inúmeras vidas, além de encher os hospitais públicos de cidadãos com ferimentos de todas as espécies, culminando na superlotação da rede pública de saúde.

O governo brasileiro, com o objetivo de reduzir o número de acidentes de trânsito ocasionados pela ingestão de álcool e condução de veículos automotores, enrijou os artigos do Código de Trânsito Brasileiro, promulgando em 09 de junho de 2008, a Lei nº 11.705 (Lei Seca). Em resposta penal à conduta em questão, definiu então a seguinte redação ao art. 306 do CTB:

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor (BRASIL, 2008a).

Observa-se na interpretação jurisprudencial majoritária que a “Lei Seca” transformou a embriaguez ao volante em um crime de perigo abstrato, cuja configuração não se exige a ocorrência do “dano potencial”. Conforme a interpretação de Mattos (2013), a infração penal se configuraria com a simples constatação de alcoolemia igual ou superior a 06 dg/L, ou de influência de qualquer “substância psicoativa que determine dependência”, por parte do condutor do veículo automotor.

Brandoliz (2013) destaca que o legislador ao promover a alteração na redação do

artigo 306, publicou uma lei que protege o infrator, em face de toda a coletividade, provavelmente por falta técnica e não intencional. Restando então, ao doutrinador do direito buscar soluções alternativas para que se implantam atos que confirmam segurança à sociedade.

Buscando corrigir as lacunas da “Lei Seca” de 2008, o legislador em um curto interstício temporal promulgou a Lei nº 12.760/2012 (BRASIL, 2012), com alterações na redação dos artigos 165, 276, 277 e 306, do CTB. O art. 165 evidencia que:

Art. 165: Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

Infração: gravíssima;

Penalidade: multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida Administrativa: recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - do Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo único: Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses. (NR)

Para Fernandez (2013) a nova lei trouxe inovações no âmbito de duplicar a multa prevista como penalidade para aquele que dirige sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência. A nova redação do citado artigo, evidencia que o condutor que for flagrado em tal situação se submeterá, independentemente das medidas de polícia judiciária cabíveis, a multa de dez vezes e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses (na redação anterior a multa era de cinco vezes) e no caso de reincidência do condutor no período de 12 (doze) meses, a aplicação da multa prevista será em dobro como penalidade no referido artigo.

Já o artigo 276 não abandonou o método de aferição do estado do condutor que se refere o artigo 165, mostrando que qualquer acúmulo de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas (Art. 165).

Art. 276: Qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165.

Parágrafo único: O Contran disciplinará as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição, observada a legislação metrológica (BRASIL, 2012).

Observa-se que mesmo se o condutor apresentar um baixo nível de álcool em seu organismo, situação que em via de regra impediria que ele se enquadrasse às penas do artigo

306, que trata da embriaguez ao volante, o condutor terá que assumir a multa de dez vezes e se submeter à penalidade de suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses. Segundo Fernandez (2013), provavelmente foi esse o objetivo do legislador para resolver a sensação de impunidade referente à embriaguez ao volante que assola o país.

Art. 277: O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

§ 1º (Revogado).

§ 2º A infração prevista no art. 165 também poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora ou produção de quaisquer outras provas em direito admitidas (BRASIL, 2012).

As inovações apresentadas no artigo supracitado, conforme Fernandez (2013), referem-se aos abundantes meios de prova da embriaguez no novo tipo penal, podendo esta ser constatada até mesmo por filmagens. Gomes (2013, p. 2) assevera com esta concepção: “com a devida vênia, o complemento a que faz menção o dispositivo constitui apenas um *plus* ou um adendo aos outros meios de constatação da embriaguez previstos no próprio tipo do artigo 306”.

Art. 306: Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º As condutas previstas no caput serão constatadas por:

I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou

II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo CONTRAN, alteração da capacidade psicomotora.

§ 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.

§ 3º O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo (BRASIL, 2012, *online*).

Trazendo à baila a interpretação dos autores Sannini Neto e Cabette (2012) quanto ao artigo 306 do CTB, uma pessoa era considerada embriagada, na antiga redação do referido artigo somente quando era constatada a presença de 6 (seis) decigramas de álcool por litro de

sangue, o que também era muito questionado pela doutrina, pois dificultava a punição de infratores. Já com a nova redação da Lei Seca evidencia-se uma mudança considerável no conteúdo do artigo supracitado. Ou seja, com essa alteração, o estado de embriaguez pode ser comprovado por diversos meios, tais como exames de alcoolemia, vídeos, testemunhas ou outras provas admitidas pelo ordenamento jurídico.

Ao realizar a análise no aspecto administrativo, Sannini Neto e Cabette (2012) e Fernandez (2013) mostram que ao certificar concentração de álcool em níveis inferiores ao mencionado no inciso I, não haverá presunção de embriaguez geradora de punição no aspecto penal. Porém, com base no Art. 276, qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar remete o condutor às penalidades previstas no artigo 165.

A discussão mais relevante suscitada pela nova publicação do citado artigo é se o crime permaneceu como de perigo abstrato ou se voltou a ser um crime de perigo concreto.

Diante deste questionamento, Gomes (2016) argumenta que se trata de um crime de perigo concreto, que somente se aperfeiçoaria quando comprovada a capacidade psicomotora alterada, não bastando a simples comprovação do grau de alcoolemia do indivíduo ou índice do bafômetro igual ou acima do mínimo legal.

Porém, no entendimento de Marcão (2008) a lei continuou a definir o crime de embriaguez ao volante como sendo de perigo abstrato. Pois, conduzir veículo nas condições do artigo 306, *caput*, do CTB, é uma conduta que, por si, independentemente de qualquer outro acontecimento, gera o perigo suficiente ao bem jurídico tutelado, de modo a justificar a imposição de pena criminal. Tal entendimento vai ao encontro do julgado pelo TJ-RO em 09/03/2016:

Apelação Criminal. Trânsito. Embriaguez ao volante. Materialidade e autoria comprovadas. Art. 306 CTB. Redução da pena de multa. Impossibilidade. Sanção impositiva. Pena acessória. Suspensão do direito de dirigir veículo. Princípio da proporcionalidade. Recurso parcialmente provido. O crime do art. 306 do CTB é de perigo abstrato, visa proteger à incolumidade pública e não exige nenhum resultado naturalístico para se caracterizar. A pena de multa é sanção impositiva, não podendo o julgador reduzir ou isentar o condenado, sob pena de violação ao princípio da legalidade. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, a pena acessória - suspensão do direito de dirigir veículo automotor - deve seguir o mesmo critério da dosagem da pena privativa de liberdade (RONDÔNIA, 2016, *online*).

Sannini Neto e Cabette (2012, p. 02) concluem que o crime previsto no artigo 306 do CTB continua sendo de perigo abstrato, conforme evidenciado no § 1º, inciso I, ferindo o princípio da ofensividade em concordância com alguns entendimentos. Já no caso do inciso II do mesmo § 1º, o crime é de perigo concreto já que são exigidos “sinais que indiquem

alteração da capacidade psicomotora”.

Em 2014, o legislador ambicionando preencher ainda as imprecisões existentes nas leis de trânsito, sancionou a Lei nº 12.971 em 09 de maio de 2014, com alterações nos arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito. Segue as alterações no parágrafo 2º e 3º do Art. 306 que trata da embriaguez ao volante:

Art. 306: Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

[...]

§ 2º A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova. (Redação dada pela Lei nº 12.971, de 2014)

§ 3º O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia ou toxicológicos para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.971, de 2014) (BRASIL, 2014).

Verifica-se que nos parágrafo 2º e 3º do artigo supracitado foi acrescentado o teste toxicológico, sendo um exame a mais que pode ser aplicado junto ao condutor. A partir de então, existe a possibilidade de ser utilizado como comprovação da alteração da capacidade psicomotora do condutor tanto teste de alcoolemia quanto o exame toxicológico.

No ano de 2015 o legislador sancionou três leis que alteraram o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9503/1997), sendo elas: Lei 13.146 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) onde trata como infração grave a utilização indevida das vagas previstas no inciso XX do art. 181 do CTB; Lei 13.154, de 30 de julho, que tem como objetivo alterar o CTB no tocante aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, emplacamento, licenciamento e transferência e a Lei 13.160, de 25 de agosto, que dispõe sobre retenção, remoção e leilão de veículo, e revoga a Lei nº 6.575, de 30 de setembro de 1978. Destaca-se que em nenhuma dessas alterações realizadas em 2015, trataram da embriaguez ao volante.

A Lei nº 13.281/2016 foi sancionada em 04/05/2016 tendo sua origem ligada à Medida Provisória nº 699/2015. Buscou-se com essa lei alterar a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, com objetivo de atualização de pontos específicos que estavam ultrapassados tanto nas esferas administrativa, penal e processual penal tais como adequar e reajustar algumas penalidades,

porém, evidencia-se que o mais importante foi a alteração dos valores de todas as infrações cometidas no trânsito, ou seja, foi modificado toda a referência de cálculo de valor das multas (BRASIL, 2016; BEM, 2016).

No tocante à embriaguez ao volante além do aumento dos valores das infrações de trânsito, acrescentou-se o artigo 165 A sequenciando o Art. 165:

Art. 165-A: Recusar-se a ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277:

Infração: gravíssima;

Penalidade: multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses;

Medida administrativa: recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270.

Parágrafo único: Aplica-se em dobro a multa prevista no **caput** em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses (BRASIL, 2016).

Todavia, Castro e Moraes (2017) comentam sobre este controvertível art. 165-A da lei supracitada, que até então a recusa à sujeição aos procedimentos para aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa já implicava as penalidades da infração administrativa referente à conduta de dirigir alcoolizado do art. 165 do CTB, de acordo com a antiga redação do art. 277, § 3º, do mesmo diploma, que também teve seu texto reformulado, conforme se apresenta:

Art. 277: O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência. (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

§ 1º (Revogado). (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

§ 2º A infração prevista no art. 165 também poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora ou produção de quaisquer outras provas em direito admitidas. (Redação dada pela Lei nº 12.760, de 2012)

§ 3º Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165-A deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.281, de 2016) (Grifo nosso) (BRASIL, 2012; BRASIL, 2016).

Não obstante, a penalidade administrativa ter continuado congênere, existe uma utilidade para a mudança. Antes da Lei 13.281/16, a penalidade era realizada com base em

uma presunção legal absoluta de que o condutor estava embriagado, decorrente da mera recusa em fazer o teste, presunção esta de duvidosa constitucionalidade, salientam Castro e Moraes (2017). Porém, o recente art. 165-A e a nova redação do art. 277, §3º do CTB aplica ao condutor a penalidade por se recusar a cumprir uma obrigação legal, e não em virtude de mera presunção.

Segundo Bem (2016), a autoridade de trânsito não está obrigada a submeter o condutor à realização do teste, por motivos simples, pois como se pode ver logo na sequência, o § 2º do art. 277 admite que a direção sob a influência de qualquer substância psicoativa poderá ser caracterizada por quaisquer provas admitidas. É também a previsão no § 1º do art. 3º da Resolução n. 432/2013.

A Lei n. 13.281/2016 ainda regulou outras disposições no campo administrativo, porém, sem repercussões na esfera penal. Nesse âmbito, houve uma importante alteração no tocante ao homicídio culposo (art. 6º) e a inclusão de nova regra atinente à pena (art. 2º).

Este tópico descreveu cronologicamente as principais alterações ocorridas nas legislações de trânsito desde a criação do primeiro Código de Trânsito Brasileiro, porém, com ênfase nos artigos que regulamentam a embriaguez na direção e suas penalidades.

2.1 LEI SECA

A Lei nº 11.705, popularmente chamada de “Lei Seca”, entrou em vigor em 19 de Junho de 2008 com o objetivo alicerçado na preservação da vida, tendo como finalidade primordial estabelecer alcoolemia zero e penalidades mais severas para o condutor que dirige sob a influência de bebidas alcoólicas.

Bastos (2012) destaca que com a publicação da “Lei Seca” houve uma notável redução de mortes e mutilações em todo o país causadas pela combinação álcool x direção, apesar do crescente aumento do número de veículos em circulação no trânsito.

Duailibi *et al* (2011, p. 37) comentam que:

[...] a nova Lei alterou o Código de Trânsito Brasileiro, “com a finalidade de estabelecer alcoolemia 0 (zero) e impor penalidades mais severas para o condutor que dirigir sob a influência de álcool” [...].
[...] Uma das alterações impostas por essa lei refere-se à redação do artigo 276 do Código de Trânsito, que determina 0,06% como a concentração máxima de álcool permitida, e que agora passa a ser “qualquer concentração de álcool por litro de sangue” sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165 deste Código.

Para Rios (2015) nos padrões em que foi definida, a “Lei Seca” admitia-se uma

margem de tolerância de concentração de álcool de até 0,2 g/l de sangue para que fossem excluídas, das sanções legais previstas na lei, as circunstâncias em que o uso de alguns medicamentos ou antissépticos bucais, que continham algum nível de álcool em sua composição, produzisse resultados positivos nos testes de etilômetro. Resultado superior a esse limite, o condutor receberia multa de R\$ 957,00 reais, tinha o direito de dirigir suspenso por doze meses e o veículo apreendido.

Com o advento da Lei Seca vieram também muitos questionamentos quanto à sua constitucionalidade, porém Moraes (2008, p. 05) corrobora que a proibição do uso de bebidas alcóolicas ou outras substâncias psicoativas que afetam os que conduzem veículos automotores é uma medida adequada, e complementa: “todos continuam com total liberdade para beber o quanto quiserem, o que não se pode permitir é a liberdade de um cidadão tirar a vida de outro devido a descontrole causado pelo excesso de bebida”.

A fiscalização da “Lei Seca” encontrava óbices para comprovação da alcoolemia de motorista com sinais de embriaguez. O texto do *caput* do Art. 277 da referida lei não era plenamente claro, não especificava discriminadamente os procedimentos a serem adotados, inibindo a ação da fiscalização, conforme se verifica na redação: “o condutor será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame, que por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados” [...] (BRASIL, 2008a).

Perrenoud (2010, p. 2) acrescenta que:

Após a edição da Lei Seca nº 11.705/2008, surgiram diversos questionamentos acerca da constitucionalidade da obrigação. Alguns doutrinadores chegaram a defender a inconstitucionalidade do dispositivo legal por contrariar o princípio da presunção da inocência. Em uma análise mais profunda da questão, conflitando os direitos fundamentais no caso concreto, expôs a deficiência dessa tese. A obrigatoriedade do exame de alcoolemia está em congruência com nossa Carta Magna, ao defender de sobremaneira o direito à vida, à integridade física e à segurança no trânsito.

A infundável discussão instituída sobre a inconstitucionalidade da “Lei Seca”, segundo alguns juristas vinha-se mostrando frágil, sob infundados argumentos de resistência à violenta combinação álcool x direção, com o argumento de evidenciar que a legislação brasileira de trânsito não tinha outra finalidade, senão a de prevenir e proteger a integridade física das pessoas. Corroborando com esse argumento, o jurista Dallari (2011, p. 01) expõe que:

Sobre a constitucionalidade da Lei 11.705/2008 [...] Assim, pois, é juridicamente absurdo afirmar que a exigência de submissão ao teste do bafômetro, por um agente público legalmente autorizado e de maneira respeitosa, ofende um direito fundamental da pessoa. Se for admitido esse exagero, deverá, igualmente, ser considerada ilegal qualquer forma de controle ou fiscalização que implique a exigência da exibição de documentos. O absurdo é mais do que evidente, não

havendo qualquer fundamento jurídico para essa vedação, que é contrária ao interesse público. [...] Esse direito ao silêncio, identificado como proibição de obrigar alguém a se autoincriminar, é a base da argumentação que pretende sustentar a ilegalidade da exigência do teste do bafômetro. Fez-se a ampliação “do direito ao silêncio” para a “proibição de autoincriminação”. O que vem ocorrendo é a utilização maliciosa dessa identificação, que é encontrada em decisões judiciais, inclusive do Supremo Tribunal Federal.

Todavia, é importante ressaltar que ocorre com frequência nas fiscalizações da Lei Seca, a recusa ao teste de alcoolemia por etilômetro conforme determina o artigo 277 do CTB. Muitos condutores embriagados se recusam a realizar o teste sob a alegação de desrespeito aos seus direitos constitucionais, ou seja, submeter-se ao teste do bafômetro seria constituir prova contra si.

Para solucionar esta questão da constitucionalidade da “Lei Seca”, em março de 2012, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que para fins de comprovação do consumo de álcool pelo condutor, seria obrigatório o teste do etilômetro ou exame de sangue, tornando insuficientes o depoimento de testemunhas e o exame clínico para que haja uma ação penal. Como o cidadão não é obrigado fazer o teste ou o exame, a “Lei Seca”, praticamente, perdeu sua validade (RUSSO, 2012).

Para Leal (2011) existia excessiva recusa quanto ao cumprimento da lei por parte de aproximadamente 30% dos motoristas, porém tal comportamento tenderia a modificar, pois encontrava-se em tramitação no Congresso Nacional um dispositivo legal que passaria a aplicar penalidades mais rigorosas a quem se recusasse a submeter-se ao chamado “teste do etilômetro”.

Bastos (2012) admite que no Brasil os procedimentos penais são moderados, funcionam como um incentivo ao cometimento de infrações, desta forma, considera de fundamental importância a mudança da lei no sentido de admitir o tipo penal doloso (com a intenção) para os crimes de trânsito, que são punidos com penas mais severas como reclusão que podem variar entre 08 e 20 anos.

A Lei nº 12.760, denominada de “Nova Lei Seca”, sancionada em 20 de dezembro de 2012, propiciou às autoridades de trânsito utilizarem outros meios de prova, além do etilômetro, caracterizados como verossímeis, para a constatação do crime de embriaguez ao volante. A partir de então, poderá utilizar depoimentos de terceiros, vídeos, fotos e outras alternativas que apontam ao agente de trânsito que o condutor consumiu bebida alcoólica antes da direção automotiva (NASCIMENTO, 2013).

Outra alteração razoável foi a duplicação no valor da multa que passou de R\$ 957,70 para R\$ 1.915,40. E no caso de reincidência no período inferior a 12 meses a multa para o condutor poderia chegar a R\$ 3.830,80. A medida administrativa permaneceu a mesma, mas

se constatada embriaguez superior a 0,6g/l de álcool no sangue (crime de trânsito), haverá a detenção de seis meses a três anos (BRASIL, 2012; NASCIMENTO, 2013).

Como o objetivo de fomentar a redução de condutores embriagados conduzindo veículos automotores, a “Nova Lei Seca” afetou não só aspecto financeiro do infrator. Este condutor, além de pagar uma multa, tem o seu direito de dirigir suspenso, acumula sete pontos em sua carteira de habilitação e seu veículo é retido até a apresentação de condutor habilitado que faça o teste do etilômetro para comprovar a não ingestão de bebida alcoólica (SILVA, 2014a).

Na hipótese do condutor interpelado, recusar a proceder o exame do etilômetro não mais será acusado de crime, porém, incidirá sobre ele as penalidades e medidas administrativas. Se, não houver apresentação de outro condutor habilitado e em condições de dirigir, o veículo será encaminhado ao depósito do órgão ou entidade responsável pela fiscalização (BRASIL, 2012).

A Fig. 01 evidencia as principais mudanças ocorridas no tocante a questão da alcoolemia e da embriaguez ao volante desde a promulgação da “Lei Seca” em 2008, acompanhada das alterações em 2012 denominada “Nova Lei Seca”, realizando um comparativo com a Lei nº 9.503 de 1997 do CTB em relação ao Art. 165 (BRASIL, 1997; BRASIL, 2006; BRASIL, 2008a; BRASIL, 2012).

	LEIS			
	Lei nº 9.503 23/09/1997	Lei nº 11.275 7/02/2006	Lei nº 11.705 19/06/2008	Lei nº 12.760 20/12/2012
Mudança no ordenamento jurídico	Institui o Código de Trânsito Brasileiro.	Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503 de 23/09/1997	Altera a Lei nº 9.503, de 23/09/1997. É conhecida como a “Lei Seca”.	Altera a Lei nº 9.503, de 23/09/1997. Tem como objetivo endurecer a “Lei Seca”, denominada “Nova Lei Seca”
Redação do Art. 165	Dirigir sob a influência de álcool, em nível superior a seis decigramas por litro de sangue, ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.	Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica.	Dirigir sob a influência de álcool, ou de qualquer substância psicoativa que determine dependência.	Dirigir sob a influência de álcool, ou de qualquer substância psicoativa que determine dependência.
Gravidade da Infração/ Pontuação	Gravíssima/ 7 pontos	Gravíssima/ 7 pontos	Gravíssima/ 7 pontos	Gravíssima/ 7 pontos
Penalidade	Multa (cinco vezes = 957,70) e suspensão do direito de dirigir	Multa (cinco vezes = 957,70) e suspensão do direito de dirigir.	Multa (cinco vezes = 957,70) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.	Multa (dez vezes = 1.915,40) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.

Medida Administrativa	Retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação	Retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação	Retenção do veículo até a apresentação de condutor habilitado e recolhimento do documento de habilitação	Recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do Art. 270 do CTB
Parágrafo único do Art. 165	-	-	-	Aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de 12 (doze) meses. (A reincidência faz o valor subir para R\$ 3.830,80).

Figura 1: Comparativo do Art. 165 do CTB com a “Lei Seca” e suas alterações
Fonte: o autor adaptado conforme Silva (2014a)

Observa-se na Fig. 01 que cada uma das quatro normas proporcionou uma série de mudanças visando um trânsito melhor e mais seguro. Entretanto, as mudanças evidenciadas na Lei nº 12.760/2012 objetivaram endurecer ainda mais os limites estabelecidos pela “Lei Seca”.

Brito (2014) e Silva (2014a) comentam que na primeira redação do artigo 165 do Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/1997), o prazo de suspensão não era previsto. Este prazo era estipulado pela autoridade de trânsito, com no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses, com base no artigo 261 da referida lei. Com o advento da “Lei Seca” em 2008, a previsão da suspensão do direito de dirigir foi definida para doze meses e ainda, qualquer pessoa flagrada dirigindo sob influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência terá suspenso seu direito de dirigir por doze meses, independentemente da quantidade de álcool (ou substância psicoativa) presente em seu organismo.

E em 2016, a “Lei Seca” tornou-se ainda mais peremptória com os condutores que ingerem substâncias alcóolicas ou psicoativas com a publicação da Lei nº 13.281/2016. Essa lei acrescentou o Art. 165-A que trata das penalidades no caso de recusa pelo condutor à submissão a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa, na forma estabelecida pelo art. 277. Caracteriza-se como infração gravíssima, com multa (dez vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses e recolhimento do documento de habilitação e retenção do veículo, observado o disposto no § 4º do art. 270. Ou seja, o legislador está enrijecendo as leis para maior segurança no trânsito (BRASIL, 2016).

Ao trazer à baila as mudanças sucedidas no Art. 276 do CTB, verifica-se alterações expressivas nos textos da “Lei Seca” e “Nova Lei Seca” quando comparados à redação anterior da Lei 9.503/1997 como se vê: “a concentração de seis decigramas de álcool por litro de sangue comprova que o condutor se acha impedido de dirigir veículo automotor”. A “Lei

Seca” (Lei nº 11.705) de 2008 retira essa quantidade de concentração de álcool no sangue e diz que “qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165”. E, em 2012, com a redação da “Nova Lei Seca” (Lei nº 12.760) o legislador endurece as regras para os condutores que por ventura, estejam embriagados, estipulando que “qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165” (BRASIL, 1997; BRASIL, 2008a; BRASIL, 2012; SILVA, 2014b).

É relevante destacar que o CONTRAN, por meio da Resolução 432, de 23 de janeiro de 2013, em seu art. 6 disciplinou quanto às margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição.

Art. 6º A infração prevista no art. 165 do CTB será caracterizada por:

I – exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue;

II – teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,05 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,05 mg/L), descontado o erro máximo admissível nos termos da “Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro” constante no Anexo I;

III – sinais de alteração da capacidade psicomotora obtidos na forma do art. 5º. Parágrafo único. Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas previstas no art. 165 do CTB ao condutor que recusar a se submeter a qualquer um dos procedimentos previstos no art. 3º, sem prejuízo da incidência do crime previsto no art. 306 do CTB caso o condutor apresente os sinais de alteração da capacidade psicomotora (BRASIL, 2013).

Outro artigo da “Lei Seca” que merece destaque é o Art. 277, pois tornou-se um importante instrumento de ação para as instituições que fiscalizam o trânsito no país. A Fig. 02 evidencia as principais alterações ocorridas.

LEIS				
	Lei nº 9.503 23/09/1997	Lei nº 11.705 19/06/2008	Lei nº 12.760 20/12/2012	Lei nº 13.281 04/05/2016
Redação do Art. 277	Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de haver excedido os limites previstos no artigo anterior, será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia, ou outro exame que por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado.	Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado.	O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.	O condutor de veículo automotor envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito poderá ser submetido a teste, exame clínico, perícia ou outro procedimento que, por meios técnicos ou científicos, na forma disciplinada pelo Contran, permita certificar influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência.

Parágrafo Único do art. 277	Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos.	-	-	-
§ 1º do art. 277	-	Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos.	Revogado.	Revogado.
§ 2º do art. 277	-	A infração prevista no art. 165 deste Código poderá ser caracterizada pelo agente de trânsito mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas, acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor apresentados pelo condutor.	A infração prevista no art. 165 também poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora ou produção de quaisquer outras provas em direito admitidas.	A infração prevista no art. 165 também poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora ou produção de quaisquer outras provas em direito admitidas.
§ 3º do art. 277	-	-	-	Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas estabelecidas no art. 165-A deste Código ao condutor que se recusar a se submeter a qualquer dos procedimentos previstos no caput deste artigo.

Figura 2: Comparativo do Art. 277 do CTB com a “Lei Seca” e suas alterações

Fonte: o autor adaptado conforme Silva (2014a)

É evidente que a Lei nº 13.281/16 causou uma mudança considerável na legislação, pois é sabido por princípios constitucionais que ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. E ao observar a redação do § 3º do artigo 277 da referida lei, verifica-se que o condutor que se recusar ao teste do etilômetro, será enquadrado art.165-A do CTB, a partir do qual serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas expostos neste artigo.

Destarte, o condutor sujeito a fiscalização não será obrigado a ceder seu corpo ou parte dele para produção de prova contra si respeitando assim o princípio constitucional da não autoincriminação, porém, a recusa do condutor em se submeter aos exames e testes que comprovem a alcoolemia, resultará à autoridade de trânsito a aplicação das penas contidas no artigo 165-A do CTB (CASTRO, 2017).

Por fim, as mudanças suscitadas pela “Lei Seca” trouxeram também alterações no Art. 306, conforme evidenciado na Fig. 03.

LEIS				
	Lei nº 9.503 23/09/1997	Lei nº 11.705 19/06/2008	Lei nº 12.760 20/12/2012	Lei nº 12.971 09/05/2014
Redação do Art. 306	Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.	Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.	Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência.	Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência.
Penas	Detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.	Detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.	Detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.	Detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
Parágrafo Único do art. 306	-	O Poder Executivo federal estipulará a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo.	-	-
§ 1º do art. 306	-	-	As condutas previstas no caput serão constatadas por: I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora	As condutas previstas no caput serão constatadas por: I - concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar; ou II - sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora
§ 2º do art. 306	-	-	A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.	A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.
§ 3º do art. 306	-	-	O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo.	O Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia ou toxicológicos para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo.

Figura 3: Comparativo do Art. 306 do CTB com a “Lei Seca” e suas alterações

Fonte: o autor adaptado conforme Silva (2014a)

O Art. 306 além de aplicar as sanções administrativas, também trata das penalidades criminais. Silva (2014a) destaca que a “Lei Seca” trouxe a denominação “tolerância zero”

para quem dirigir sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa. Porém, é importante destacar que essa “tolerância zero” refere-se apenas às infrações de trânsito de caráter administrativo (art.165 do CTB), apesar de que as penalidades aplicadas no art. 306 do CTB são cumulativamente aplicáveis com as do art. 165 do mesmo código.

Outro ponto importante que deve ser observado quanto ao tipo penal presente no art. 306 do CTB, foi a extinção da necessidade de potencialidade de dano decorrente da conduta do agente. Anteriormente às alterações do referido artigo, a infração consumava-se no exato momento do cometimento do comportamento anormal à direção do veículo automotor, após o condutor ter ingerido substância alcoólica ou de efeitos análogos. Após essas alterações, basta a condução do veículo em estado de embriaguez alcoólica para a subsunção do comportamento ao tipo penal (BRITO, 2014).

Observa-se que essas alterações modificaram de forma significativa o conteúdo do artigo 306 do CTB, quanto ao estado de embriaguez, este pode ser comprovado por diversos meios, tais como exames de alcoolemia, vídeos, testemunhas, perícia ou outras provas admitidas pelo ordenamento jurídico. Estas alterações foram muito positivas, dando efetividade ao Código de Trânsito e auxiliando na redução de acidentes.

A Nova Lei Seca e suas alterações apresentaram mudanças benéficas que refletirão positivamente na postura dos aplicadores do direito, pois trouxe novas diretrizes que dinamizará ainda mais o trabalho policial concedendo mais mecanismos de prova e corrigindo equívocos cometidos pelo legislador no passado com relação aos tipos penais. Os crimes de trânsito passam a ser cada vez mais enrijecidos em relação às punições com constantes modificações com objetivo de reduzir os acidentes e promover uma maior segurança tanto para os demais condutores, como para pedestres e ciclistas e a todos que necessitam circular com um trânsito seguro e equilibrado (PEREIRA; RIBEIRO, 2016).

2.1.1 Caracterização da embriaguez na direção

O consumo de álcool é considerado um problema de saúde pública, devido à gravidade e extensão dos danos que ocasiona, gerando uma ameaça à segurança pública. Algumas pesquisas revelam que entre metade e um quarto dos acidentes com vítimas fatais estão associados ao uso do álcool (LARANJEIRA, ROMANO, 2004; BORGES, 2013; SILVA, 2014b).

Duailibi *et al* (2010, p. 25) complementam que:

Os problemas decorrentes do consumo de álcool entre condutores de veículos automotores têm sido amplamente estudados em países desenvolvidos e considerados uma importante questão de saúde pública mundial. Tais problemas geram elevados custos sociais e consequências para os acidentados, resultando em danos socioeconômicos pela soma dos prejuízos materiais, gastos médicos e referentes à perda de produtividade.

Rios (2015) discorre que o consumo de álcool é um dos mais fortes fomentadores de acidente de trânsito no mundo. Por essas razões, há a necessidade dos diversos países estabelecerem medidas legais de níveis toleráveis de alcoolemia, para reduzir a condução de veículos sob efeito dessa substância. Estima-se que 25,0% a 50,0% dos acidentes de trânsito no mundo com vítimas fatais tenha relação com o consumo abusivo de bebida alcóolica. Já no Brasil, a autora revela que estudos apontam alcoolemia positiva entre 38%, em amostra de motoristas parados em pontos de checagem de sobriedade, a 42,8%, em vítimas fatais de acidentes de trânsito que estavam com concentração alcoólica no sangue acima de 0,6 grama por litro (g/l).

Os países que têm leis mais rígidas no tocante a embriaguez na direção com limites estabelecidos de 0,5 g/l, ou menos, são efetivas na redução do número de acidentes de trânsito relacionados com o consumo de bebidas alcoólicas. Porém, condutores com alcoolemia maior ou igual a 0,2 g/l já apresentam comprometimento nas habilidades necessárias à condução (RIOS, 2015; PEREIRA, RIBEIRO, 2016).

O consumo de bebida alcóolica é um fato cultural, sendo permitido na maioria dos países do mundo, porém, as noções quanto saber beber com responsabilidade e as consequências do uso inadequado de álcool ainda são insuficientes e não contemplam a população de maior risco para o consumo. A influência do álcool na capacidade de dirigir, na atenção e destreza é incontestável, não somente em relação aos condutores de veículo, mas também no que diz respeito aos pedestres (BORGES, 2013).

Bastos (2012) traz à baila que 70% dos acidentes de trânsito no Brasil são provocados pela perigosa combinação álcool e direção, congregado com problemas decorrentes da falta de uma fiscalização mais eficaz das leis de trânsito e da impunidade gerada pelas infrações cometidas.

Antes de apresentar as discussões referentes à caracterização da embriaguez ao volante, bem como suas penalidades é necessário apresentar breves conceitos sobre embriaguez e bebidas alcólicas, conforme renomados autores. O conceito de embriaguez é muito importante, pois diante dele é que se determina se um indivíduo está ou não sobre a influência do álcool. Segundo Capez (2011, p.195), a embriaguez é:

A causa de levar a exclusão da capacidade de entendimento e vontade do agente, em virtude de uma intoxicação aguda e transitória causada por álcool ou qualquer substância de efeitos psicotrópicos. Existem as espécies de embriaguez não accidental dividida em dolosa e culposa, a embriaguez accidental subdivida em caso fortuito e força maior, em embriaguez patológica e preordenada.

Para Mirabete (2000, p. 220), a embriaguez “[...] pode ser considerada como a intoxicação aguda e transitória causada pelo álcool ou por substâncias de efeitos análogos que privam o sujeito da capacidade normal de entendimento”.

Borges (2013), Silva (2014a), Hoffman, Carbonell e Montoro (1996), definem alcoolemia como o grau de álcool contido no sangue de um indivíduo, ou seja, a quantidade de álcool por litro de sangue e tem sua medida expressa em gramas/litro.

O Código de Trânsito Brasileiro alberga como possíveis causadores de embriaguez, as respectivas drogas: bebidas alcoólicas, entorpecentes e substâncias psicoativas que determinem dependência.

É importante mencionar a definição dada às bebidas alcoólicas conforme Lei nº 11.705/2008 em seu Art. 6º: “consideram-se bebidas alcoólicas, para efeitos desta Lei, as bebidas potáveis que contenham álcool em sua composição, com grau de concentração igual ou superior a meio grau Gay-Lussac (°GL)” (BRASIL, 2008a).

Pereira e Ribeiro (2016) ao interpretarem o Art. 6º da “Lei Seca” acrescentam que este indicador refere-se à quantidade de um litro de álcool puro (etanol) presente em cada 100 partes da solução. Mattos (2013) exemplifica em sua pesquisa que as seguintes bebidas contêm: cerveja (3-5 °GL); vinho (12 °GL); pinga (38-54 °GL); conhaque (40-45 °GL); vodca (40-50 °GL) e uísque (43-55 °GL).

Silva (2014b) complementa que uma bebida para ser considerada como bebida alcoólica, é necessário que tenha 0,5% de álcool em sua composição. Ou seja, em um litro (1 L) de qualquer bebida, é necessário que tenha cinco mililitros (5 mL) de etanol em uma mistura álcool/água para que a mesma seja estipulada como bebida alcoólica perante à “Lei Seca”.

O álcool é uma das poucas drogas psicotrópicas que tem seu consumo permitido, e que atua diretamente no sistema nervoso central provocando mudanças no comportamento de quem o consome. Esse é um dos motivos pelo qual ele é visto de forma diferenciada, quando comparado com outras drogas (BASTOS, 2012).

Para Rabelo (2004) e Borges (2013) o álcool abala o sistema nervoso central, afetando o poder de raciocínio lógico e o poder de autocontrole. Opera como um anestésico e seus efeitos são semelhantes ao do éter e do clorofórmio.

O consumo do álcool atinge o sistema nervoso central, podendo comprometer o poder

de raciocínio lógico e de autocontrole. Produzindo efeitos centrais e periféricos de depressão e desinibição, sensação de confiança, relaxamento e euforia, perda de raciocínio, memória, coordenação e perda de capacidade de julgamento. O ato de dirigir, estando sob a influência de bebidas alcoólicas, é considerado uma infração de trânsito (BORGES, 2013).

A OMS (2009) contribui com esse debate ao expressar que conduzir veículos automotores sob a influência de álcool intensifica o risco de colisão e a probabilidade de resultar morte ou traumatismo grave. Esse risco aumenta de forma expressiva quando a concentração de álcool no sangue ultrapasse 0,04 gramas por decilitro (g/dl) de sangue no organismo. A fig. 04 evidencia os sintomas consequentes do álcool no sangue.

ETANOL NO SANGUE		
Etanol no sangue (gramas/litro)	Estágio	Sintomas
0,1 a 0,5	Sobriedade	Nenhuma influência aparente
0,3 a 1,2	Euforia	Perda de eficiência, diminuição da atenção, julgamento e controle
0,9 a 2,5	Excitação	Instabilidade das emoções, incoordenação muscular. Menor inibição. Perda do julgamento crítico
1,8 a 3,0	Confusão	Vertigens, desequilíbrio, dificuldade na fala e distúrbios da sensação
2,7 a 4,0	Estupor	Apatia e inércia geral. Vômitos, incontinência urinária e fezes.
3,5 a 5,0	Coma	Incontinência, anestesia. Morte
Acima de 5	Morte	Parada respiratória

Figura 4: Níveis de etanol no sangue

Fonte: Bastos (2012, p. 24)

Segundo Borges (2013), qualquer bebida alcoólica consumida em doses inferiores a 1dg/l é capaz de produzir sensação de euforia, desinibição, calor e ruborização da pele. Ao duplicar a dose consumindo até 3dg/l, o humor já se torna instável e denotam as primeiras alterações de comportamento como: a diminuição da atenção, dos reflexos, da capacidade de julgamento e da coordenação motora.

Jorge e Adura (2013), destacam que a atenção controla três vertentes essenciais da condução veicular: percepção, processamento da informação e ação do motorista. Embora, as taxas de alcoolemias estejam baixas, dificulta o condutor a prestar atenção sincronicamente na posição em que se encontra na via, curvas, intersecções, dispositivos de controle do trânsito, usuários vulneráveis, presença de outros veículos, dentre outros.

Para configuração do crime de embriaguez ao volante pressupõe a existência dos requisitos: 1º) condução de veículo automotor, pouco importando se em via pública ou privada; 2º) a capacidade psicomotora alterada do condutor; e 3º) em razão da influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência (CAMARGO, 2014).

E, conforme Marcão (2013) para caracterizar o delito de embriaguez ao volante é preciso apenas que a capacidade psicomotora do condutor esteja alterada, ou seja, esteja

fora da normalidade, e que tal circunstância seja resultante do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, física ou psíquica.

A avaliação do estado de alteração psicomotora apresentado pelos condutores poderá ser classificada em três tipos básicos, sob a ótica da medicina legal descrita por Poço (2013), Moraes (2013) e Camargo (2014):

a) Sóbrio: estado que define o condutor abstinência ou que não tenha ingerido álcool, nas últimas horas (bafômetro e alcoolemia = zero);

b) Apenas alcoolizado: o condutor ingeriu álcool, porém não demonstra sinais clínicos que apresenta essa ingestão e que não comprometem sua capacidade psicomotora (seu comportamento, suas reações, seu raciocínio etc.).

c) Embriagado: condutor ingeriu álcool ou outra substância psicoativa, evidenciando sinais e/ou sintomas (efeitos) de alterações típicas ou óbvias da influência da substância e que influenciam a sua capacidade psicomotora (comportamento, postura, atitudes, etc.), com intensidade proporcional à quantidade ingerida.

Com as alterações da “Lei Seca”, é importante destacar que para caracterização da embriaguez ao volante, não requer apenas a comprovação de percentual mínimo de álcool no organismo do condutor. É necessário constatar a alteração da capacidade psicomotora e o consumo de bebida alcoólica ou outra substância psicoativa que determine dependência, ou seja, deve ser provado a vinculação de causalidade entre aquele com este (CAMARGO, 2014).

Para a avaliação da capacidade psicomotora, há a necessidade de avaliação de um síncrono de sinais pelas autoridades de trânsito: a) atitude (agressividade, arrogância, exaltação, ironia, falante e dispersão); b) aparência (sonolência, vermelhidão nos olhos, vômito, soluços, desordem nas vestes e odor de álcool no hálito); c) orientação (se o condutor sabe onde está, data e hora); d) memória (se o condutor sabe seu endereço e lembra-se dos atos cometidos); e) capacidade motora e verbal (dificuldade no equilíbrio e fala alterada) (BRASIL, 2013).

A Resolução nº 432/2013 do Contran apresenta os novos requisitos para a constatação de consumo de álcool ou substância entorpecente, conforme disposto a seguir:

Art. 1º. Definir os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, para aplicação do disposto nos arts. 165, 276, 277 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

Art. 2º. A fiscalização do consumo, pelos condutores de veículos automotores, de bebidas alcoólicas e de outras substâncias psicoativas que determinem dependência deve ser procedimento operacional rotineiro dos órgãos de trânsito.

Art. 3º. A confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência dar-se-á por meio de, pelo menos, um dos seguintes procedimentos a serem realizados no condutor de veículo automotor:

I - exame de sangue;

II - exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência;

III - teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro);

IV - verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor.

§ 1º Além do disposto nos incisos deste artigo, também poderão ser utilizados prova testemunhal, imagem, vídeo ou qualquer outro meio de prova em direito admitido.

§ 2º Nos procedimentos de fiscalização deve-se priorizar a utilização do teste com etilômetro.

§ 3º Se o condutor apresentar sinais de alteração da capacidade psicomotora na forma do art. 5º ou haja comprovação dessa situação por meio do teste de etilômetro e houver encaminhamento do condutor para a realização do exame de sangue ou exame clínico, não será necessário aguardar o resultado desses exames para fins de autuação administrativa.

As interpretações de Essi e Godoy (2013) no artigo “Embriaguez ao Volante” vão ao encontro da referida Resolução, pois para efeito na comprovação da quantidade de álcool no sangue ou o uso de substâncias psicoativas, é preciso ser feito alguns exames, como por exemplo, teste de alcoolemia e exames clínicos. Além desses testes, admitem-se outros meios como o vídeo e prova testemunhal. Outra possibilidade é a análise de comportamento, como se o motorista estiver com o veículo descontrolado, fazendo ziguezagues, percebe-se que o motorista não está em um estado normal.

Destaca-se que para melhor entendimento serão abordadas interpretações doutrinárias pertinentes aos contextos das exigências para caracterizar o delito de embriaguez ao volante conforme a “Lei Seca” e suas alterações, tanto na esfera administrativa quanto na esfera criminal.

Observa-se na fig. 05 que a Lei n. 9.503/97, no tocante ao crime de embriaguez no volante, o art. 306 referia apenas a condução anormal do veículo, sob qualquer influência alcoólica, ou seja, sem limite de alcoolemia, para caracterizar o delito. Segundo a interpretação de Lima (2013), o condutor para cometer o crime de embriaguez no volante, necessitava além de conduzir o veículo automotor sob a influência de álcool, dirigir de forma irregular, expondo a incolumidade alheia ao perigo de dano, independente do nível de embriaguez. E, acrescenta que caso o condutor não dirigisse de forma perigosa, mesmo estando embriagado, incorreria apenas na infração administrativa de direção sob a influência de álcool, prevista no art. 165 do CTB.

	LEIS		
	Lei nº 9.503 23/09/1997	Lei nº 11.705 19/06/2008	Lei nº 12.760 20/12/2012
Redação do Art. 276	A concentração de seis decigramas de álcool por litro de sangue comprova que o condutor se acha impedido de dirigir veículo automotor	Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades previstas no Art. 165 desse código	Qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no Art. 165
Parágrafo Único do Art. 276	O CONTRAN estipulará os índices equivalentes para os demais testes de alcoolemia	Órgão do Poder Executivo Federal disciplinará as margens de tolerância para casos específicos.	O CONTRAN disciplinará as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição, observada a legislação metrológica.

Figura 5: Comparativo do Art. 276 do CTB com a “Lei Seca” e suas alterações
Fonte: o autor adaptado conforme Silva (2014a)

A redação do *caput* do artigo 276 do CTB foi alterada de forma significativa conforme Fig. 05, em substituição a redação dada ao seu *caput* pelo CTB: “a concentração de seis decigramas de álcool por litro de sangue comprova que o condutor se acha impedido de dirigir veículo automotor” (BRASIL, 1997), pela redação prescrita pela Lei nº 11.705/2008: “qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165” (BRASIL, 2008a). A redação que está em vigor atualmente foi estabelecida em 2012, com a publicação da Nova Lei Seca (Lei nº 12.760/2012), “qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165” (BRASIL, 2012).

Conforme Oliveira (2011a), por força do art. 276 do CTB, qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeitaria o condutor às penalidades previstas no art. 165 deste mesmo diploma legal, isto é, pela literalidade do dispositivo, ocorre infração administrativa com qualquer concentração de álcool no sangue. Lado outro, no que tange a infração penal exige-se seis decigramas ou mais de álcool por litro de sangue (art. 306).

Ou seja, configura-se crime quando o motorista apresenta concentração igual ou superior a 0,6 g de álcool por litro de sangue, medição igual ou superior a 0,34 mg de álcool por litro de ar alveolar expirado, ou sinais de alteração de capacidade psicomotora, conforme evidenciado no CTB.

Honorato (2013) acrescenta que na presunção de embriaguez ao volante por excesso de alcoolemia (art. 306, *caput*, e §1º, inc. I, do CTB), o legislador presume que o álcool tenha alterado a capacidade psicomotora do condutor do veículo sempre que a concentração for igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue (ou 0,3 miligramas de álcool por litro de ar alveolar).

Para o autor supracitado, na impossibilidade de aferir a alcoolemia (ou seja, a quantidade de álcool no sangue) ou determinar a substância psicoativa ingerida (como uso de drogas, por exemplo), a nova redação conferida pela Lei n. 12.760/2012 ao art. 306, §1º, inc. II, do CTB permite que a influência da substância seja comprovada por “sinais que indiquem [...] alteração da capacidade psicomotora”.

A Resolução n. 432/2013, do CONTRAN em seu Art. 5º. traz expressamente essa orientação: “os sinais de alteração da capacidade psicomotora poderão ser verificados por: I – exame clínico com laudo conclusivo e firmado por médico perito; ou II – constatação, pelo agente da Autoridade de Trânsito, dos sinais de alteração da capacidade psicomotora nos termos do Anexo II” (BRASIL, 2013).

O parágrafo único do Art. 276, conforme exposto na fig. 05 evidencia as alterações, sendo a atual redação “o CONTRAN disciplinará as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição” (BRASIL, 2013). Brito (2014) e Silva (2014a) destacam que esta margem de tolerância foi estabelecida pelo Contran, conforme Resolução 432, de 23 de janeiro de 2013 em seu art.6º, e seu Anexo I, apresenta em forma de tabela, as tolerâncias admitidas para aplicação de multa do art. 165 CTB e do crime de trânsito do art. 306 do referido Código. De acordo com a Resolução do Contran nº 432, de 23 de janeiro de 2013:

Art. 6º A infração prevista no art. 165 do CTB será caracterizada por:

I: exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue;

II: teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,05 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,05 mg/L), descontado o erro máximo admissível nos termos da “Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro” constante no Anexo I;

III: sinais de alteração da capacidade psicomotora obtidos na forma do art. 5º. Parágrafo único. Serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas previstas no art. 165 do CTB ao condutor que recusar a se submeter a qualquer um dos procedimentos previstos no art. 3º, sem prejuízo da incidência do crime previsto no art. 306 do CTB caso o condutor apresente os sinais de alteração da capacidade psicomotora (BRASIL, 2013).

Essa Resolução supracitada determina o limite mínimo de tolerância para a certificação do crime de embriaguez ao volante por meio do teste do etilômetro, alterando o valor igual ou superior a 0,30 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,30 mg/L), para um valor igual ou superior a 0,34 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,34 mg/L). Foi necessário proceder essa alteração para acrescentar ao Valor

Considerado, o erro do etilômetro chamado de Erro Máximo Admissível, para enquadrar o condutor no crime de trânsito. Ou seja, a mudança foi referente ao acréscimo do erro do Equipamento - Erro Máximo Admissível ao Valor Considerado. E a soma destes dois valores, obtém-se a Medição Realizada de 0,34 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,34 mg/L) (BRASIL, 2013; SILVA, 2014b).

Ainda, com o objetivo de regulamentar algumas particularidades da “Nova Lei Seca” (Lei nº 12.760/2012), a Resolução 432/2013 apresentou alteração da margem de tolerância de concentração alcoólica no sangue para zero; o aumento da multa para R\$ 1.915,40 reais assegurou a legitimidade da avaliação pelo agente de trânsito, ou autoridade local, para constatação de sinais que comprovem o uso de álcool. Segundo a legislação vigente, aqueles que apresentarem concentração alcoólica superior a 0,6 g/l estão cometendo crime de trânsito, sob a pena de reclusão de seis meses até três anos, além da multa, suspensão da carteira de habilitação ou proibição em obtê-la (BRASIL, 2013).

Já as alterações propiciadas à “Nova Lei Seca” em 2016, por meio da publicação da Lei nº 13.281/2016 enrijeceu ainda mais as penalidades administrativas no tocante ao aumento da multa de R\$ 1.915,40 para R\$ 2.934,70 e o condutor ainda será penalizado com a retenção do veículo e a carteira de habilitação suspensa pelo prazo de 12 meses. E no caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses será aplicado em dobro a multa (BRASIL, 2016).

Cabe salientar que as regras do Código de Trânsito Brasileiro não se aplicam apenas aos condutores e proprietários de veículos automotores, mas são aplicáveis aos pedestres, ciclistas, animais e as pessoas que nele expressamente mencionadas, conforme Anexo I do CTB “via é a superfície por onde transitam veículos, pessoas e animais, compreendendo a pista, a calçada, o acostamento, ilha e canteiro central” (BRASIL, 1997) e as alterações conforme Lei nº 13.146, de 2015, parágrafo único do Art. 2º “são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo” (BRASIL, 2015).

Dessa forma, é relevante destacar que o crime em questão poderá ser praticado em qualquer lugar, aí incluindo as vias existentes no interior de propriedade privada, em estacionamentos e garagens. Esta forma de redação da regra punitiva, além de implicar em ampliação do âmbito de sua incidência, ajustou este tipo penal a dois outros constantes no mesmo Código de Trânsito, o homicídio culposo (art. 302) e a lesão corporal culposa (art. 303), relativamente aos quais nunca vigorou o elemento espacial em referência (KIST, 2013).

A Lei Seca também trouxe outras mudanças no tocante à quantidade de álcool no sangue detectada através de exames, com a retirada da expressão “expondo a dano potencial a incolumidade de outrem”, acrescentando-lhe a seguinte: “estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a seis decigramas”. Ou seja, o que antes era exigido para se caracterizar a infração do artigo 165 (o nível mínimo de álcool), agora passou a fazer parte da conduta do artigo 306, crime de embriaguez ao volante.

No tocante a ocorrência do crime previsto no art. 306 do CTB, a referida resolução dispõe em seu art. 7º:

Art. 7º. O crime previsto no art. 306 do CTB será caracterizado por qualquer um dos procedimentos abaixo:

I - exame de sangue que apresente resultado igual ou superior a 6 (seis) decigramas de álcool por litro de sangue (6 dg/L);

II - teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,34 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,34 mg/L), descontado o erro máximo admissível nos termos da "Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro" constante no Anexo I;

III - exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de outras substâncias psicoativas que determinem dependência;

IV - sinais de alteração da capacidade psicomotora obtido na forma do art. 5º.

§ 1º A ocorrência do crime de que trata o caput não elide a aplicação do disposto no art. 165 do CTB.

§ 2º Configurado o crime de que trata este artigo, o condutor e testemunhas, se houver, serão encaminhados à Polícia Judiciária, devendo ser acompanhados dos elementos probatórios.

Observa-se que a redação da Res. 432/CONTRAN/2013 trouxe relevante contribuição na uniformização dos procedimentos de abordagem feitos pelos agentes de fiscalização no intuito de dar aplicabilidade à regulamentação normativa do CTB, no tocante a condução de veículo automotor sob efeito de álcool ou outras substâncias psicoativas que determinem dependência. O elemento central do tipo penal deixou de ser a quantidade de álcool por litro de sangue e passou a ser a “capacidade psicomotora alterada”.

Em 2014, as alterações da “Lei Seca”, vide Lei nº 12.971, de 2014 alterou os parágrafos 2º e 3º do Art. 306 conforme segue: “a verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova”, e a redação do parágrafo 3º “o Contran disporá sobre a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia ou toxicológicos para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo” (BRASIL, 2014).

A novidade nessa alteração em 2014 da “Lei Seca” foi a introdução do teste toxicológico, somado então ao teste de alcoolemia e aos demais já descritos conforme redação da Lei nº 12.760, de 2012.

A análise aferida por Rios (2014, p. 5) mostra que o artigo 306 do CTB é:

Considerado como delito de perigo abstrato de perigosidade real. Com isso, não é suficiente a presença de todos os elementos, devendo a conduta, para configurar o crime, gerar ao menos um risco-base para os bens jurídicos tutelados (vida, integridade física, patrimônio). Pois o perigo abstrato do tipo em questão não é puro, presumido, absoluto, mas de perigosidade real, devendo ser evidenciado que pelo menos um dos bens jurídicos entrou no raio de perigo da conduta, sofrendo um risco-base, embora seja prescindível a comprovação de vítima certa e determinada. Admite-se a prova em contrário da presunção do risco em nome do princípio da ofensividade, que impugna tipificações e condenações de fatos com resultados inócuos.

Dessarte, torna-se evidente que o crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito, é de perigo abstrato, segundo o entendimento de Kist (2013). O risco é presumido pelo legislador. É a lei que presume que conduzir veículo nas condições referidas é ação perigosa, atraindo o condutor, com a simples condução nesse estado, a incidência da norma penal, mesmo que a referida condução apresente-se normal e, no caso concreto, não oferte perigo potencial.

Na análise de Kist (2013) e Rios (2014), ainda que o condutor não demonstre sinal de embriaguez, o crime estará configurado em virtude da quantidade de álcool no corpo. No entanto, se o condutor não se submeter ao teste de alcoolemia ou toxicologia, a alteração da capacidade psicomotora poderá ser constatada, para fins penais, mediante gravação de imagem em vídeo, exame clínico, prova testemunhal ou qualquer outro meio de prova lícita; caso provada a alteração por esses meios, o crime estará configurado e, por se tratar de crime de perigo abstrato, também neste caso não há necessidade de provar a condução anormal do veículo.

O condutor que dirige veículo automotor após ingerir bebidas alcoólicas, prenuncia a ocorrência de acidentes com risco de morte, porém, se o fato ocorrer, o crime enquadra-se em homicídio culposo (sem a intenção de matar) cuja pena é de 6 meses a 3 anos de detenção, nos termos do Código de Trânsito. A pena, para esses casos de crime culposos não ultrapassa a 3 anos, tendo a possibilidade de ser convertida em pena alternativa, como: prestação de serviços à comunidade ou pagamento de cestas básicas. Bastos (2012) ressalta que o tipo culposos para os crimes de trânsito cometidos por condutores embriagados enseja desproporcionalidade da pena em relação ao ato cometido, gerando sensação de impunidade ao infrator e estimula a repetição de comportamento reprovável.

Por fim, conclui-se que as sucessivas alterações da “Lei Seca” que configura criminalmente a embriaguez ao volante foi alvo de expressivos aperfeiçoamentos. Sendo as cruciais: a) a ampliação dos meios de comprovação da embriaguez, especificamente a análise dos sinais, com o que foi superada a impossibilidade da prova do estado de embriaguez na hipótese em que o condutor recusava-se a utilizar os meios de medição; b) o abandono do elemento espacial do tipo penal “em via pública”; c) a formatação do tipo penal como de perigo abstrato, com o que se superou a exigência da causação do risco em concreto (KIST, 2013; FERNANDEZ, 2013; RIOS, 2014).

3 O TESTE DO ETILÔMETRO E O DIREITO A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

Este capítulo tem como objetivo discutir se a exigência ao teste do etilômetro fere o princípio a não autoincriminação com base nos fundamentos dos principais juristas brasileiros. Para tanto, serão apresentadas as particularidades no tocante aos meios de prova utilizados pelo Código de Trânsito Brasileiro para comprovação da embriaguez ao volante.

3.1 TIPOS DE PROVAS QUE COMPROVAM A EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

A prova pode ser produzida pelo magistrado, pelas partes ou por terceiros, e terão a prerrogativa de formar o livre convencimento do juiz. São por intermédio das provas que o julgador conhecerá a verdade dos fatos (FERREIRA, 2013).

Na compreensão de Tourinho Filho (2007, p. 469), provar algo é:

Estabelecer a existência da verdade; e as provas são os meios pelos quais se procura estabelecê-la. Provar é, enfim, demonstrar a certeza do que se diz ou alega. [...] Na verdade, provar significa fazer conhecer a outros uma verdade conhecida por nós, nós a conhecemos; os outros não.

Quanto ao objeto de prova, Rangel (2006, p. 382) estabelece que “é a coisa, o fato, o acontecimento que deve ser conhecido pelo juiz, a fim de que possa emitir um juízo de valor. São os fatos sobre os quais versa o caso penal”.

Nucci (2005, p. 351) traz três apontamentos que dão sentido para o termo prova, como segue:

a) ato de provar: é o processo pelo qual se verifica a exatidão ou a verdade do fato alegado pela parte no processo (ex.: fase probatória); b) meio: trata-se do instrumento pelo qual se demonstra a verdade de algo (ex.: prova testemunhal); c) resultado da ação de provar: é o produto extraído da análise dos instrumentos de prova oferecidos, demonstrando a verdade de um fato.

Santos (2000, p. 329) conclui que “prova é a soma dos fatos produtores da convicção, apurados no processo”. E, Bohn (2010) chama a atenção para as provas que requerem a cooperação ativa do condutor, mesmo não resultando em intervenção corporal, mostra-se indispensável a sua aceitação com a devida ressalva quanto ao princípio da não autoincriminação, que deve ser alertado “previamente à realização da prova, livre e conscientemente e de modo expresse” (QUEIJO, 2003, p. 361).

Na lição de Machado (2012) as provas que dependem da colaboração do acusado para

serem produzidas são denominadas: provas invasivas e não invasivas. As provas invasivas, por sua vez, exigem intervenções no organismo humano para serem produzidas, como por exemplo exame de sangue. Já as provas não invasivas não transpõem o organismo humano, mas são realizadas a partir de vestígios do corpo humano, tais como exames de DNA realizados a partir de fio de cabelo.

Walche (2013, p. 3) assevera que inclui-se entre as modalidades de prova não invasiva o teste do etilômetro (bafômetro), “é medida que não gera qualquer intervenção corporal, muito menos invasiva, dependendo apenas do “sopro” do indivíduo (medida exterior ao corpo, e não *interna corporis*)”.

Ressalta-se que existem provas que para serem constituídas precisam da cooperação do acusado, mas, no entanto, não dependem de intervenção corporal. Ou seja, o acusado necessita colaborar ou, em caso contrário, restará inviável a produção da prova. Cita-se como exemplos: o reconhecimento, a acareação, a reconstituição do fato, o exame grafotécnico, o etilômetro e o exame clínico de embriaguez (QUEIJO, 2003).

As provas invasivas são aquelas que promovem ingerências corpóreas no acusado, ou seja, que intervenha no corpo humano, “por instrumentos ou substâncias, em cavidades naturais ou não”. Dentre as perícias invasivas encontram-se os exames de sangue em geral, o exame ginecológico, a identificação dentária, a endoscopia, o exame de reto, dentre outras (QUEIJO, 2003, p. 245).

Outro ponto quanto às provas que merece ser exaurido é quanto a sua licitude. Segundo Ferreira (2013, p. 64) as provas somente podem ser produzidas quando constatados certos princípios determinados pela legislação, uma vez existirem limites impostos pela norma para sua admissão. “A desobediência das regras e princípios poderá ensejar a produção de provas eivadas de vícios, consideradas formal ou materialmente maculadas”, vindo a ser denominadas de provas ilícitas.

À guisa de elucidação, Brandoliz (2012) conceitua as provas ilícitas como aquelas espécies de provas proibidas pelo ordenamento, ou seja, provas que têm sua utilização vedadas.

Para Capez (2000), as provas ilícitas são aquelas que violam regras materiais, tanto ao meio, quanto ao modo de obtenção. Destarte, se no decurso de produção da prova ocorreu prática de ilícito penal, civil ou administrativo, a prova é ilícita, não sendo acolhida para fins de instrução processual.

As provas ilícitas não se confundem com as provas ilegais ou ilegítimas. [...] as provas ilícitas são aquelas obtidas com infringência ao direito material, as provas

ilegítimas são as obtidas com desrespeito ao direito processual. Por sua vez, as provas ilegais seriam o gênero da qual as espécies são as provas ilícitas e as provas ilegítimas, pois configuram-se pela obtenção com violação de natureza material ou processual ao ordenamento jurídico (MORAES, 2005, p. 95).

Como bem aduz Ferreira (2013) no Direito a regra geral empregada é que o ônus da prova concerne a quem fizer a alegação. Na seara do Direito Penal, em análise do princípio da presunção de inocência ou presunção de não culpabilidade, é incumbência da acusação, do titular da ação penal, a prova da autoria e da materialidade, e quanto à prova de eventuais excludentes de ilicitude e de culpabilidade é de responsabilidade da defesa e do réu.

Antes do advento da Lei nº 12.760/2012 (Nova Lei Seca), a prova para apuração de crime de trânsito era tarifada, ou seja, ou se comprovava que havia concentração de álcool no sangue do condutor ou não se admitia outros tipos de provas. Esse foi o entendimento de vários julgados nos tribunais de justiça bem como no Supremo Tribunal de Justiça (PEREIRA; RIBEIRO, 2016).

Com a publicação da Lei 12.760/2012, a prova técnica de alcoolemia tornou-se dispensável, entrando em cena, outros meios de prova para atestar a embriaguez ao volante. O uso do etilômetro para aferição e constatação dos níveis de concentração etílica no condutor de veículo automotor constitui um meio de prova idônea, porém, muitos condutores recusam realizar o teste, rogando a aplicação do direito a não autoincriminação (BRASIL, 2012; CAMARGO, 2014).

Alguns Tribunais de Justiça têm adotado outros meios de provas para caracterizar o crime de embriaguez ao volante, como caso do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG):

I - Estando demonstrado pela prova testemunhal e pelos demais indícios colacionados ao feito que o autor encontrava-se em evidente estado de embriaguez na condução de seu veículo, necessária se faz a sua condenação, sendo irrelevante a inexistência de exame de sangue ou etilômetro (MINAS GERAIS, 2015, online).

Na impossibilidade de determinar o estado de ebriedade ou identificar a substância psicoativa ingerida, a nova redação do art. 306, § 1º, II do CTB permite que a influência da substância seja comprovada por sinais que indiquem alteração na capacidade psicomotora (BRASIL, 2014).

É nesse sentido que a “Lei Seca” inovou no tocante às provas, ao admitir diversos meios para comprovação da embriaguez do condutor ao volante, complementada pelo art. 6º da Resolução 423/2013 do CONTRAN e art. 277 do CTB, que determinam, ainda, a aplicação das referidas penalidades àqueles que se recusarem a fazer os testes pleiteados (HONORATO, 2013b; HAHN, 2014).

Insta salientar que os meios de provas para Gomes Filho (2005, p. 308) são: “os instrumentos ou atividades por intermédio dos quais os dados probatórios (elementos de prova) são introduzidos e fixados no processo (produção da prova). São, em síntese, os canais de informação de que se serve o juiz”.

Mirabete (2006, p. 277) apresenta a sua contribuição sobre o assunto em debate:

Meios de prova são as coisas ou ações utilizadas para pesquisar ou demonstrar a verdade através de depoimentos, perícias, reconhecimentos, etc. Como no processo penal brasileiro vige o princípio da verdade real, não há limitação dos meios de prova. A busca da verdade material ou real, que preside a atividade probatória do juiz, exige que os requisitos da prova em sentido objetivo se reduzam ao mínimo, de modo que as partes possam utilizar-se dos meios de prova com ampla liberdade.

No que concerne ao Direito do Trânsito, com as inúmeras alterações da “Lei Seca” são vários os meios de provas admitidas, tanto no tocante às infrações administrativas, como nas infrações criminais. Ferreira (2013) e Gonçalves (2014) destacam que referente às infrações administrativas, em regra, os meios de provas são livres, respeitando os preceitos constitucionais e os princípios precípuos administrativos.

Não existe a necessidade de observância às regras processuais penais, pois inexistente correlação entre infração administrativa e apuração processual penal. No entanto, quanto aos crimes, os meios de prova serão os mesmos presumidos no processo penal.

Nessa vertente, o legislador disciplinou evidências externas capazes de atestar a influência do álcool na condução de veículo automotor, capazes de indicar a alteração da capacidade psicomotora do agente. Moraes (2013), Honorato (2013b), Gomes e Bem (2013) demonstram o seguinte exemplo: se o condutor apresentar alteração no tocante à aparência (sonolência, odor de álcool, etc.); à atitude (exaltação, dispersão, e similares); à orientação (local onde esteja, hora e data, entre outros); à memória (se lembra o seu endereço, e sobre os atos cometidos); e quanto à capacidade psicomotora e verbal (desequilíbrio, fala alterada, etc.), a autoridade de trânsito poderá atestar a embriaguez.

Já o Art. 3º da Resolução nº 432/2013 do Contran apresentou maior rigor ao tratar desse assunto:

Art. 3º A confirmação da alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência dar-se-á por meio de, pelo menos, um dos seguintes procedimentos a serem realizados no condutor de veículo automotor:

I – exame de sangue;

II – exames realizados por laboratórios especializados, indicados pelo órgão ou entidade de trânsito competente ou pela Polícia Judiciária, em caso de consumo de

outras substâncias psicoativas que determinem dependência;

III – teste em aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar (etilômetro);

IV – verificação dos sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor.

§ 1º Além do disposto nos incisos deste artigo, também poderão ser utilizados prova testemunhal, imagem, vídeo ou qualquer outro meio de prova em direito admitido. [...]

Outra novidade com o advento da Lei 12.760/2012 e suas alterações é o direito à contraprova assegurado ao condutor com o desígnio de impugnar a prova que tenha constatado a sua incapacidade psicomotora para dirigir ou estado ébrio ao volante.

Nucci (2013), Gomes e Bem (2013) especificam como exemplo: se o condutor desempenhou o teste de alcoolemia através do etilômetro, ele tem o direito de repetir o teste após um intervalo de tempo ou até mesmo solicitar análise técnica através de meio diverso, podendo solicitar uma análise sanguínea ou de urina. Ou seja, é a oportunidade do condutor ampliar a sua defesa e manifestar, por meio da contraprova, o contraditório, uma vez que há possibilidade de contraditá-la.

O direito à contraprova requer que seja viabilizado ao investigado produzir elementos que possam beneficiá-lo numa eventual discussão e rebater aqueles até então contra ele obtidos. Todavia, tal direito não impede, por si só, a autuação do agente em flagrante delito (MORAES, 2013).

Destacam-se como meios de provas no Direito do Trânsito o teste do etilômetro, exame de sangue, laudo pericial e o termo emitido pelo agente de trânsito (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013; HONORATO, 2013; GOMES, BEM, 2013; NUCCI 2013; CAMARGO, 2014; GONÇALVES, 2014).

a) Teste do Etilômetro

Ferreira (2013), Honorato (2013) e Gonçalves (2014) trazem à baila que os testes de alcoolemia objetivam a aferição da quantidade de álcool ingerida pelo condutor, visando constatar a quantidade por litro de sangue. Destacam-se ainda que este teste é cientificamente comprovado. Tal aferição mostra-se importante, pois poderá ensejar infração do condutor na esfera administrativa ou criminal.

Nesses casos, utiliza-se o etilômetro que consiste na aferição do grau de concentração alcoólica do quantitativo de ar expirado dos pulmões. O legislador estipulou esse quantitativo em seis decigramas de álcool por litro de sangue ou três décimos de miligramas de álcool por

ar expelido dos pulmões, conforme Art. 306, § 1º, inciso I, da Lei 12.971/2014 do CTB (BRASIL, 2014).

Camargo (2014) mostra que tal meio de prova não consegue, sozinho, legitimar a materialidade do delito, é utilizado apenas para demonstrar o nível de alcoolemia do condutor, porém é necessário que esteja acompanhado das demais provas admitidas para caracterizar o crime de embriaguez ao volante.

Quanto ao exposto, para Gomes (2013, p. 17) “provar a embriaguez, agora, diferentemente do que ocorria em 2008, não significa já provar o crime de art. 306 (que mudou de redação)”.

Cabe salientar que o tópico 3.1.1 desta monografia trata especificamente e amplamente sobre teste do Etilômetro, por ser objeto de estudo em análise.

b) Exame de Sangue

Os exames de sangue têm como finalidade a identificação ou a exclusão da autoria do delito por meio da análise do DNA, a verificação de presença de entorpecentes no organismo e da comprovação da embriaguez alcoólica (dosagem alcoólica) (QUEIJO, 2003; BOHN, 2010).

Croce e Croce Júnior (2012, p. 131) deixam claro que o exame de sangue é a simples medição da dosagem alcoólica em amostras de sangue fornecida pelo condutor. Segundo os autores “a dosagem alcoólica no sangue venoso, pelos métodos de Nicloux ou de Widmarck, é a mais fiel e prática dos processos laboratoriais utilizados no diagnóstico da embriaguez”.

No exame de sangue, há a necessidade de intervenção com penetração corporal, por isso é considerado um meio de prova invasivo. Croce e Croce Júnior (2012) e Lima (2013) entendem que esse tipo de exame exige a colaboração passiva do condutor, sem a prática de ato de produção de prova. Afora da verificação da presença de entorpecentes no organismo e da aferição da dosagem alcoólica, também está dentre as finalidades dos exames de sangue a identificação ou a exclusão da autoria de delito por meio da análise de DNA.

Lima (2013) frisa que para configurar o delito previsto no art. 306 do CTB, é preciso que o exame de sangue aponte concentração igual ou superior a 06 decigramas de álcool por litro de sangue, enquanto a infração administrativa se caracteriza com a simples presença de álcool no sangue.

Convém ressaltar que o condutor não está obrigado a ceder sangue em virtude do princípio da não autoincriminação.

c) Laudo Pericial

Além do teste de alcoolemia e toxicológico, existem outros meios de prova capazes de constatar que o condutor dirigia o veículo automotor sob efeito do álcool ou substâncias entorpecentes, podendo ser os exames técnicos. Nucci (2013), Camargo (2014) e Gonçalves (2014) tecem o raciocínio de que as perícias constituem provas científicas e técnicas com o objetivo de constatar a incapacidade psicomotora do condutor de veículo.

Os exames, indicados por autoridades ou órgãos de trânsito, são realizados por laboratórios especializados com capacidade de evidenciar a presença de substâncias, e até mesmo os efeitos de sua ingestão quanto à condição de condução de veículo automotor pelo agente surpreendido.

Diferentemente do etilômetro, para os exames periciais não é necessário aferir a quantidade referente às substâncias utilizadas, pois a legislação não estabelece um mínimo legal, como no caso do álcool. E, ainda, não existem instrumentos de aferição para a determinação quantitativa, senão o laudo sobre os efeitos que a substância utilizada pode ocasionar sobre o condutor e o risco em potencial sobre a situação (GOMES; BEM, 2013).

Benfica, Linden e Vigo (2004) apontam que os exames clínicos consistem na observação de algumas características clínicas pré-definidas e na análise química de sangue para detectar os níveis de álcool, nos casos em que o condutor fornece material sanguíneo.

A avaliação dos exames clínicos é realizada, segundo Lima (2013) por meio de:

I) Exame clínico subjetivo: analisa o paciente sob vários aspectos, entre eles as funções mentais relacionadas com a atenção, memória, raciocínio, afetividade e audição.

II) Exame clínico objetivo: analisa os sinais de embriaguez tanto neurológicos (marcha, reflexos, coordenação motora, fala, sensibilidade), quanto os físicos (soluços, vômitos, frequência cardíaca alterada, etc).

III) Exame complementar: É realizado por meio da dosagem da quantidade de álcool no sangue.

O exame clínico se consuma por meio do laudo pericial, devendo ser fundamentado, expondo claramente as conclusões técnico-científicas dos testes realizados no examinado compatíveis com o desenvolvimento da motivação (LIMA, 2013).

d) Termo de Constatação pelo Agente de Trânsito

O termo de constatação emitido pela autoridade de trânsito tem como finalidade descrever os sinais de alteração da capacidade psicomotora de que trata o inciso II do Art. 5º

da Resolução nº 432/2013 e deverá ser acompanhado pelo auto de infração. Tais sinais de alteração da capacidade psicomotora estão descritos no Anexo II da referida resolução (BRASIL, 2013).

É necessário que a autoridade de trânsito certifique um conjunto de sinais que comprovem a situação do condutor, para constatar alteração da capacidade psicomotora, ou seja, terá que observar a incidência de pelo menos um quesito elencado a cada critério aventado: alteração em relação à aparência, à atitude, à orientação, à memória e finalmente, à capacidade motora (NUCCI, 2013; GOMES; BEM, 2013, CAMARGO, 2014).

Esse termo de constatação poderá conter informações referentes à prova testemunhal, vídeos, fotos ou outro meio de prova complementar, vide inciso IV do Art. 8º da Resolução 432/2013 e parágrafo 2º do Art. 306 da Lei nº 12.971/2014 (BRASIL, 2013; BRASIL, 2014).

Com as alterações da “Lei Seca”, tornou-se possível a aceitação de depoimentos descritivos por policiais que participaram da abordagem do condutor que dirigia o veículo de forma anormal e que manifestava sinais indicativos de uso do álcool ou de substâncias entorpecentes.

Para Gonçalves (2014), Gomes e Bem (2013) o testemunho de autoridades de trânsito poderá ser considerado em fase de instrução criminal, no entanto, poderão ser utilizados com cautela, e sopesado por outros meios, principalmente no que se refere aos depoimentos de outros condutores envolvidos em acidente de trânsito com condutores sob influência álcool ou entorpecentes.

“A testemunha configura uma das mais importantes provas capazes de demonstrar o real estado em que o sujeito estava conduzindo seu veículo, fato este que certamente solucionará muitos casos práticos” (GOMES, 2013, p. 74).

Já a prova de vídeo tem como finalidade atestar o estado ébrio do condutor ao volante, sendo que sua utilização expressa um amplo avanço no que tange à produção de provas, uma vez que o acusado não terá como se evitar ou impedir a sua produção. A perspectiva da utilização do vídeo como prova é mais uma forma de ratificar a alteração psicomotora do condutor ao conduzir o veículo automotor de forma anormal, por exemplo, cambaleando, apresentando dificuldade na fala, dentre outros sinais que apontam de forma evidente a embriaguez (GOMES, BEM, 2013).

Conforme Gomes (2013, p. 74), “os vídeos serão de grande valia para a tão sonhada efetividade da legislação contra o consumo de álcool antes de dirigir, pois, caso realmente sejam utilizados, pouco provável o condutor conseguir demonstrar a sua inocência”.

A nova legislação de trânsito criou uma cláusula abrangente que possibilitou a

inserção de qualquer “meio de prova em direito admitido” para tipificar o delito previsto no Art. 306 do CTB (BRASIL, 2014).

Destacam-se que podem ser utilizadas como “outras provas”, a própria confissão do condutor do veículo automotor, ao admitir que não esteja em condições seguras na direção em razão do estado ébrio ou após a ingestão e/ou utilização de substâncias psicoativas, além do interrogatório do acusado (previsto nos art.185-196 do CPP) (HONORATO, 2013; GONÇALVES, 2014).

Gomes e Bem (2013, p. 75) elencam ainda que pode “antever a coleta de urina para a realização do exame pericial, ou mesmo amostras de saliva, como ocorre em outros países, como a Alemanha”. Existe a perspectiva de consecução de prova por qualquer meio aceito no direito, com ressalvas às provas constituídas de forma a violar as leis processuais e constitucionais.

Após sucinto exame das provas permitidas pela legislação de trânsito no tocante à embriaguez na direção, passa-se a analisar no tópico seguinte o teste do etilômetro, que diz respeito às provas que dependam da cooperação do condutor de veículo automotor.

3.1.1 Teste do Etilômetro

O Teste do Etilômetro, mais conhecido como teste do Bafômetro, é uma das formas de se constatar a embriaguez na direção de veículo automotor (ALVES, 2012).

Conforme Assis (2012) o bafômetro (etilômetro) foi concebido em 1954 em Indiana nos Estados Unidos pelo médico do Departamento de Polícia de Indiana Dr. Robert Borkenstein. Esse instrumento tinha como objetivo identificar a concentração de álcool no sangue através do ar que sai dos pulmões, mostrando o resultado através de um líquido que mudava de cor pelas reações químicas entre o ar expelido e as misturas químicas de várias soluções.

Para Braathen (1997) muito embora as literaturas tratem o aparelho etilômetro como bafômetro, é importante entender que a denominação “bafômetro” é utilizada de forma equivocada. Segundo o autor, na abordagem para a realização do teste, o que é analisado não é o hálito do condutor suspeito de ter ingerido bebida alcoólica, mas sim a concentração de álcool no sangue a partir do ar profundo expelido de seus pulmões.

Para Essi e Godoy (2013) o etilômetro é um aparelho que possibilita verificar a concentração de bebida alcóolica em um condutor, com o objetivo de analisar o ar exalado dos pulmões. É utilizado por policiais ou autoridades de trânsito para checar o nível de álcool

no sangue dos condutores. Existem aparelhos que são programados para emitir alerta caso a quantidade de álcool no sangue ultrapasse o limite estabelecido em lei.

Após a ingestão de qualquer bebida alcoólica, o álcool que entra no organismo é absorvido pelo estômago e, por conseguinte, em pouco tempo perpassa a corrente sanguínea. Logo, a concentração de álcool no sangue e nos pulmões é a mesma, simplesmente pelo fato do sangue circular de forma constante pelos pulmões. Motivo este, que o teste do etilômetro é considerado um procedimento prático e eficiente na detecção do álcool no organismo (SILVA, 2014b).

O Anexo I da Lei nº 12.760/12 do CTB traz a definição do Etilômetro como sendo um “aparelho destinado à medição do teor alcoólico no ar alveolar”. Croce e Croce Júnior (2012) destacam que a correlação entre a concentração de álcool no ar alveolar e o sangue circulante é cientificamente comprovada. Já o Inmetro conceitua o etilômetro como “o instrumento que mede a concentração de álcool etílico pela análise de ar pulmonar profundo” (BRASIL, 2002).

O etilômetro é o dispositivo apropriado para detectar a quantidade de álcool no ar expelido pelo condutor. Como é um aparelho não invasivo, sua unidade de medida deve ser expressa em miligrama de álcool por litro de ar expirado. O álcool possui a capacidade de se volatilizar nos pulmões, é a única droga de abuso que pode ser detectada na respiração (RABELO, 2004). Lopes e Duque (2011, p. 01) complementam que “o etilômetro não mede o nível de álcool no sangue, mas sim o metabolismo do álcool nos pulmões, o que, por si só, já vai ao encontro ao princípio da legalidade”.

Carvalho e Leyton (2000) destacam que o teste do etilômetro é o instrumento mais usado no país para verificação da embriaguez na direção em virtude da fácil operação e do baixo custo. E a Resolução nº 432/2013 do Contran prioriza o teste do etilômetro conforme art. 3º, parágrafo 2º, por ser o teste mais utilizado, apesar de existirem outras formas de verificar a ingestão de álcool por um condutor (BRASIL, 2013).

A Portaria do Inmetro nº 6/2002 evidencia que existem diferentes modelos de etilômetros disponíveis no mercado, mas para que um etilômetro seja utilizado com fins probatórios na fiscalização do trânsito, o mesmo deve ser aprovado pelo Inmetro (BRASIL, 2002).

Um dos modelos mais usados pela polícia no Brasil atualmente é o etilômetro digital, pois apresenta um resultado mais preciso. No etilômetro digital, o condutor assopra em um canudo descartável e as moléculas de oxigênio e do álcool entram em contato com uma célula que geralmente é feita de platina e gera uma reação química entre a platina e o álcool, gerando

uma combustão não completa.

Segundo Assis (2012), essa reação química forma ácido acético, íons de hidrogênio e o principal para o etilômetro que são os elétrons. Quando tem-se um número elevado de partículas de álcool no ar expelido pelos pulmões, esses elétrons são em maior quantidade. Com isso, forma uma corrente elétrica com os elétrons que foram constituídos pela reação química. Esta corrente elétrica é passada por um chip que converte a quantidade de corrente elétrica em concentração de álcool no sangue, e esse resultado é evidenciado no visor do etilômetro já transformado em números correspondentes à dosagem alcoólica no sangue.

Há vários requisitos a serem cumpridos para que o etilômetro tenha validade e seja considerado com meio de prova. Além de cumprir os requisitos, deve ser homologado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A Resolução nº 432, de 23 de janeiro de 2013 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), em seu art. 4º dispõe sobre ao assunto:

Art. 4º. O etilômetro deve atender aos seguintes requisitos:

I - ter seu modelo aprovado pelo INMETRO;

II - ser aprovado na verificação metrológica inicial, eventual, em serviço e anual realizada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO ou por órgão da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ;

Parágrafo único: Do resultado do etilômetro (medição realizada) deverá ser descontada margem de tolerância, que será o erro máximo admissível, conforme legislação metrológica, de acordo com a "Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro" constante no Anexo I.

Silva (2014b) complementa que além das exigências destacadas no Art. 4º da referida resolução, existe uma variedade de especificações e requisitos para que o etilômetro seja utilizado em uma fiscalização de trânsito, tanto no aspecto técnico do equipamento como nos procedimentos para realização do teste. É obrigatório, para a realização do teste do etilômetro o uso de bocais descartáveis que são acoplados ao equipamento e utilizados com o objetivo do condutor assoprar o ar que será capturado pelo etilômetro. Os bocais são revestidos de tecnologia, onde a válvula no bocal impede que o ar de dentro do equipamento volte para a boca do condutor. A utilização dos bocais por apenas uma única vez são medidas indispensáveis, tanto por questão de higiene como para não influenciar testes posteriores.

Uma das exigências do Inmetro é que cada etilômetro seja verificado individualmente. Essa verificação é realizada a cada 12 meses e executada pelos órgãos delegados do Inmetro, presentes em todos os Estados e que fazem parte da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – Inmetro (RBMLQ-I). Após a verificação, o instrumento

receberá uma etiqueta do Inmetro que será afixada em lugar visível e um certificado de verificação, que informa a validade da operação (BRASIL, 2002; BRASIL, 2010).

Para Carvalho (2008) as leis que versam sobre a apuração do teor de álcool no sangue, destacam que o teste deve ser realizado por etilômetros ativos (com o uso de bocal). Os etilômetros passivos propiciam a identificação da existência de álcool pelo ar exalado da expiração, mas através deste instrumento não é possível aferir o grau de alcoolemia do condutor embriagado como ocorre com o instrumento ativo.

A contribuição de Bastos (2012) quanto a este assunto é que existem diferenças entre o processo de avaliação da alcoolemia por meio do etilômetro passivo em relação ao etilômetro ativo. O etilômetro ativo detecta o grau de alcoolemia, mas o outro não, apenas confirma se o condutor ingeriu bebida alcoólica, sem especificar a quantidade.

As taxas de conversão do resultado do Etilômetro para a alcoolemia no Brasil foram determinadas pela Resolução nº 81, de 19 de novembro de 1998 do CONTRAN. Em seu artigo 1º, fica evidente que 0,3 mg/L de ar expirado corresponde a 6 dg/L de álcool no sangue, numa razão de 2000:1. A razão estipulada pelo CONTRAN oferece uma margem de tolerância de até 15%, demonstrando ser favorável aos motoristas, pois essa razão entre o teste do etilômetro e alcoolemia é superior a 2000, atingindo até 2400.

O art. 2º do Decreto n. 6.488/08 (BRASIL, 2008b) estabeleceu critério de equivalência com o exame sanguíneo, conforme exposto a seguir:

Art. 2º: Para os fins criminais de que trata o art. 306 da Lei no 9.503, de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia é a seguinte:

I - exame de sangue: concentração igual ou superior a seis decigramas de álcool por litro de sangue; ou

II – teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro): concentração de álcool igual ou superior a três décimos de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões.

Já o Art. 3º da Resolução nº 432/2013 do Contran apresentou maior rigor ao tratar desse assunto:

Art. 6º A infração prevista no art. 165 do CTB será caracterizada por:

I – exame de sangue que apresente qualquer concentração de álcool por litro de sangue;

II – teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,05 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,05 mg/L), descontado o erro máximo admissível nos termos da “Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro” constante no Anexo I [...] (BRASIL, 2013).

Art. 7º O crime previsto no art. 306 do CTB será caracterizado por qualquer um dos

procedimentos abaixo:

I – exame de sangue que apresente resultado igual ou superior a 6 (seis) decigramas de álcool por litro de sangue (6 dg/L);

II - teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,34 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,34 mg/L), descontado o erro máximo admissível nos termos da “Tabela de Valores Referenciais para Etilômetro” constante no Anexo I [...] (BRASIL, 2013).

Caso o condutor recuse a realizar o teste do etilômetro, serão aplicadas as penalidades e medidas administrativas do art.165 do CTB. Porém, se o agente de trânsito visualizar sinais que indiquem a alteração da capacidade psicomotora do condutor devido ao consumo de bebida alcoólica ou de alguma substância psicoativa que gere dependência, o condutor poderá, sem prejuízo, ser enquadrado no crime de trânsito previsto no art. 306 do CTB (SILVA, 2014b). Este assunto já foi amplamente discutido nos tópicos anteriores dessa pesquisa.

A Resolução nº 432/2013 do Contran, traz em seu Anexo I os valores de referência para o etilômetro, que considera três importantes pontos: a medição realizada (onde é acrescentado o erro do equipamento); o valor considerado para a autuação, seja ela apenas a infração administrativa correspondente ao art. 165 do CTB, seja a infração administrativa acrescida do crime de trânsito referente ao art. 306 do CTB; e o erro máximo admissível pelo equipamento que neste caso, é o erro do próprio etilômetro, (erro este que já está incorporado medição realizada pelo equipamento) (BRASIL, 2013; SILVA, 2014b).

O Anexo I da mencionada Resolução, apresenta a tabela de valores referenciais para o resultado do teste do etilômetro, com margens de tolerância relacionando a medição realizada pelo aparelho (MR) com o respectivo valor considerado para autuação (VC). Apresenta a concentração aferida a partir de 0,34 miligramas por litro de ar alveolar expelido pelos pulmões (mg/L) para atingir o índice criminal de 0,30 mg/L do inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 306, do CTB (BRASIL, 2013; MORAES, 2013).

Após a execução do teste do etilômetro conjuntamente com as informações do Anexo I da Resolução nº 432/2013, os órgãos responsáveis pela fiscalização de trânsito irão enquadrar os condutores infratores, a partir da Medição Realizada e ao Valor Considerado, podendo então atribuir as penalidades administrativas e/ou criminais.

Lima (2013) destaca que o exame do Etilômetro traz como principal vantagem, a sua característica não invasiva, ou seja, uma vez que não ocasiona ingerências corpóreas no acusado, dependendo apenas de sua permissão e cooperação.

No entanto, segundo Nunes (2014) a sua realização encontra barreira referente a não

obrigatoriedade de submissão ao teste, conforme princípio da não autoincriminação que será esgrimido no próximo tópico desse referencial teórico.

Embasados no princípio da não autoincriminação, os condutores não são obrigados a realizarem o teste do Etilômetro, porém, com base nas alterações da “Lei Seca”, qualquer motorista que se recusar a fazer o teste poderá ser autuado por infração gravíssima (multa de R\$ 2.934,70, retenção do veículo e ainda terá a carteira de habilitação suspensa pelo prazo de 12 meses), tendo ou não mostrado indícios de consumo de álcool (penalidade administrativa) (BRASIL, 2016).

As equipes de fiscalização da Lei Seca no estado de São Paulo têm utilizado os etilômetros passivos em suas abordagens como forma de inibir parcela de condutores que recusam a realizar o teste de alcoolemia, sob a alegação de que submeter-se ao teste desse instrumento é promover prova contra si mesmo (BASTOS, 2012).

O emprego do etilômetro passivo, segundo Bastos (2012) nas abordagens procedidas nas rodovias paulistas é uma opção para impedir as ações dos infratores. A utilização desse instrumento medidor possibilita constatar se o condutor ingeriu bebida alcóolica, sem que ele assopre o etilômetro passivo, ou seja, o sensor do aparelho “fareja” o álcool existente no ambiente. Porém, para que os resultados deste teste sejam aceitos em processos judiciais faz-se necessário promover alterações em alguns dispositivos do Código de Trânsito.

Apesar das inúmeras discussões envolvendo o uso do etilômetro para detectar a embriaguez ao volante, Campos, Salgado e Rocha (2013), discorrem que a maioria dos condutores é favorável ao uso do etilômetro como medida de prevenção aos acidentes de trânsito e que o seu uso tem inibido muitos acidentes. O etilômetro é usado em diversos países, porém, os valores referenciais impostos legalmente são variados e as respectivas punições diferem-se muito de um país para outro. O Brasil está entre os países que têm a legislação de trânsito mais rígida e também entre os que apresentam o maior número de acidentes com vítimas fatais no trânsito.

3.2 ABORDAGENS SE A REALIZAÇÃO DO TESTE DO ETILÔMETRO FERE O PRINCÍPIO A NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO

O Código de Trânsito Brasileiro prevê em seu artigo 1º o direito a todos os indivíduos a um trânsito em condições seguras, cabendo aos órgãos e entidades pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito assegurá-lo. Senão veja-se: “o trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito,

a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito” (BRASIL, 1997).

O artigo 5º da Constituição Federal consubstancia que a proteção à vida humana é um dos deveres do Estado. O condutor ao consumir qualquer quantidade de bebida alcoólica afeta fisicamente as suas condições, tornando-se incapaz de manter o controle sobre os seus atos e reflexos. O legislador pátrio, por esse motivo proibiu o uso de bebidas alcoólicas aos que dirigem veículos automotores. Esta proibição tem por fundamento básico a proteção à integridade física das pessoas, objetivando a redução de acidentes de trânsito decorrentes da perigosa associação de álcool e direção (BASTOS, 2012).

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] (BRASIL, 1988, *online*).

Indo ao encontro desse artigo, a Lei Seca é uma operação realizada pelo Detran de diversos estados da federação, com o objetivo de reduzir os crimes de trânsito suscitados pela ingestão de álcool e/ou substâncias psicoativas. Segundo Ribeiro e Silva (2014, p. 09), em um curto interstício temporal de vigência da lei, os objetivos pretendidos pareciam intangíveis. Entretanto, a adequação da norma, “fez com que surtissem os efeitos desejados quando da elaboração da lei”, possibilitando a real eficácia da Lei Seca, pautada na divulgação e fiscalização, tendo como um dos resultados a mudança do comportamento social.

Conforme Russo (2012) desde a publicação da “Lei Seca” em 2008, iniciou as discussões jurídicas quanto a sua constitucionalidade. Um dos grandes questionamentos era se o condutor seria ou não obrigado a fazer o teste do etilômetro. Discussão essa pautada na Convenção dos Direitos Humanos de 1969 (Pacto San José) que dispõe no seu Artigo 8º - Garantias Jurídicas, na alínea “g) direito de não ser obrigado a depor contra si mesmo, nem a confessar-se culpado”. Ademais, como já discutido no capítulo I dessa monografia, a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu Artigo 5º, no inciso LXIII garante ao cidadão o direito de permanecer calado, o que é entendido pelos juristas como o “direito de não produzir provas contra si”.

Com as mudanças elencadas na Lei 12.760/2012 e suas alterações, que modificaram o Código de Trânsito Brasileiro, em relação aos delitos de trânsito dispostos nos artigos 165 e 306, os novos meios probatórios excluíram a possibilidade de recusa na produção de provas, que até então, era praticada por alguns condutores, uma vez que o depoimento testemunhal do agente fiscalizador de trânsito tornou-se suficiente para configurar a infringência à lei,

suprindo a recusa do motorista ao ser abordado (RIBEIRO; SILVA, 2014).

Ainda, referente aos artigos 165 e 306 do CTB, o condutor em estado de ebrio poderá ser enquadrado em duas penalidades, caso dirija veículo automotor em via pública. Caso a concentração de álcool por litro de sangue for igual ou superior a 6 decigramas por litro de sangue, esse fato se enquadra em crime de embriaguez ao volante, cuja a pena é de detenção de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de obter a habilitação para guiar veículo automotor. Porém, se o condutor for flagrado dirigindo embriagado em via pública com qualquer concentração alcoólica, enquadra-se na penalidade administrativa, sendo uma infração gravíssima, como penalidade de multa e suspensão do direito de dirigir por um ano.

Para Marcão (2011) e Assis (2012), a objetividade jurídica do crime exposto no art. 306 do CTB é a segurança no trânsito, preservando a incolumidade pública que é um dos direitos previstos na Constituição Federal em seu art. 5º, caput.

Indo ao encontro dessa defesa, Calhau e Araújo (2011, p. 82) conceituam a objetividade jurídica do crime como “a segurança no trânsito, faceta da incolumidade pública (bem jurídico supra individual que significa a segurança de todos os cidadãos)”.

Castro (2017) destaca também a redação atual § 3º do artigo 277 do CTB, que estabelece ao condutor que recusar-se a realizar o teste do etilômetro, será enquadrado no art.165-A do CTB, sendo aplicadas as penalidades e medidas administrativas expostos neste artigo. E acrescenta que essas alterações foram excepcionalmente relevantes para minimizar as injustiças proporcionadas pela legislação.

Muitos condutores em estado de ebrio se recusam a se submeterem ao teste do etilômetro sob argumentação de desrespeito aos seus direitos constitucionais. Pois, segundo eles, a submissão ao teste do etilômetro seria constituir prova contra si, tanto em relação à legislação brasileira quanto à Convenção Americana de Direitos humanos (Pacto de San José da Costa Rica de 1969).

A contribuição de Bastos (2012) quanto a esse debate é que o condutor do veículo automotor pode recusar a se submeter ao teste do etilômetro sob a premissa de não produzir prova contra si, no entanto, não consegue impedir a constatação de que tenha ingerido bebidas alcoólicas, podendo ser facilmente constatado pelo hálito expelido, pelo caminhar trôpego, gestos descontrolados e pela fala própria de quem se encontra em estado de ebrio. Ao constatar a hipótese elencada, o motorista se obrigará a acompanhar o agente de trânsito até a delegacia policial para que seja instaurado contra ele um processo por infração ao artigo 277 do CTB.

Com essas mudanças no CTB, verifica-se que aumentou consideravelmente o rigor na

repressão da conduta criminosa, salienta o promotor de justiça do MP-TO Dr. Caleb Melo (2013). E acrescenta: “não somente no que se refere aos meios de prova, mas também com a suspensão ou proibição de obter permissão ou habilitação para dirigir, o que não era previsto na redação original do CTB” (MELO, 2013, p. 11).

Por outro lado, no caso do exame do etilômetro, o condutor não pode ser considerado alcoolizado, muito menos praticar provas contra si, segundo o princípio da não autoincriminação (*nemo tenetur se detegere*). Nesse sentido, existe um sistema protetivo no Brasil, com previsão na Constituição, em tratados e na legislação ordinária, afirma Rezende (2016).

A vasta literatura corrobora que no direito brasileiro, existem duas correntes doutrinárias antagônicas que discutem a constitucionalidade da lei de trânsito quanto à exigência e aplicação do teste de alcoolemia realizado por instrumentos tecnológicos denominados etilômetros.

Bastos (2012) destaca que uma dessas correntes é contrária à aplicação do teste, interpreta o texto da lei de forma extensiva e distorcida, de forma a excluir os infratores da punibilidade.

“São interpretações maliciosas contrárias à proteção da vida como direito fundamental previsto na Constituição Federal”, assevera Dallari (2011, p. 01). Nesses aspectos as premissas de defesa são empregadas para livrar o infrator das penalidades por dirigir veículo automotor sob a influência de álcool. A outra corrente é favorável ao cumprimento da lei, defendendo incondicionalmente, a aplicação do teste do etilômetro aos que supostamente estejam dirigindo embriagados (MOURA, 2012).

Dentre os doutrinadores que defendem que a exigência do teste do etilômetro fere o princípio da não autoincriminação, destacam-se: Guilherme de Souza Nucci (2008), Damásio Evangelista de Jesus (2004, 2008) e Luiz Flávio Gomes (2010).

Já, os doutrinadores João Cláudio Couceiro (2004), Fernando Capez (2008), Marcelo Schirmer Albuquerque (2008) e Eugênio Pacelli de Oliveira (2008, 2009, 2011b) defendem que a incolumidade pública e a segurança viária, através do direito à vida e à segurança, devem predominar por serem de valores superiores, ou seja direitos basilares e a utilização do etilômetro não feriria o princípio em discussão.

Um dos defensores da não utilização do teste do etilômetro, Gomes (2010, p. 01) destaca que:

[...] nenhum indivíduo pode ser obrigado, por qualquer autoridade ou mesmo por um particular, a fornecer involuntariamente qualquer tipo de informação ou declaração

ou dado ou objeto ou prova que o incrimine direta ou indiretamente [...] qualquer tipo de prova contra o réu que dependa (ativamente) dele só vale se o ato for levado a cabo de forma voluntária e consciente.

Nesse sentido, Bem (2016) assevera que a obrigatoriedade do teste do etilômetro representa violação ao princípio a não autoincriminação, pois, nesse contexto, a sujeição equivale a uma declaração de culpa e, como tal, há violação do direito convencional ao silêncio.

Duailibi *et al* (2011, p. 93) mostram que na legislação de trânsito de alguns países, se o condutor de veículo automotor for convidado a realizar o teste do etilômetro e assim não proceder, estará assumindo a culpa:

Em países como Estados Unidos, Noruega e Dinamarca, onde dirigir é considerado um privilégio e não um direito prevalece o conceito de aceitação implícita. Segundo esse conceito, todo motorista suspeito tem obrigação de submeter-se ao teste do bafômetro quando requisitado, e o bafômetro é considerado como meio de prova que o motorista não ingeriu bebidas alcoólicas. A recusa seria interpretada como assumir que bebeu.

Para Gobeth (2012) é indiscutível que o condutor do veículo automotor, estando embriagado, deve ser punido, exemplarmente, por sua conduta. Contudo, isso não significa que se devam denegar princípios construídos ao longo dos séculos e, ademais, firmados justamente com o escopo de se livrar de reprováveis práticas antes tidas como íntegras.

Rezende (2016, p. 16) suscita alguns questionamentos em sua pesquisa:

Então, qual será a solução no caso do indivíduo realizar o exame do bafômetro sem assumir a culpa, mas respeitando o princípio da não autoincriminação? Caso fosse obrigatória a realização do exame, essa garantia e direito fundamental previsto na Constituição não estaria sendo respeitado e sua aplicação restaria esvaziada.

E, Gobeth (2012) deixa claro que obrigar um condutor a ter um comportamento ativo, em seu prejuízo, ainda mais com a cessão de parte de seu corpo (mesmo que seja um mero sopro), não pode ser tolerado e concebido como regular em um Estado Democrático de Direito.

Capez (2008, p. 04) evidencia que no caso da Lei Seca,

A criminalização do mero comportamento de conduzir um veículo automotor sob a influência de álcool ou qualquer outra substância de efeitos psicotrópicos, não vulnera nenhum princípio constitucional, mas antes, confere adequada proteção à vida humana, tutelando-a contra agressões ainda em estágio embrionário. Não coibir com rigor o condutor ébrio e inconsequente é dar vazão a uma sequência de atos

capazes de se convolar em um homicídio culposo.

É relevante ressaltar que o princípio da não autoincriminação que garante ao condutor o direito de não produzir provas contra si mesmo, em não realizar o teste do etilômetro, não é absoluto conforme entendimento da Advocacia Geral da União – AGU em parecer emanado em 20/07/2009. Tal comportamento enseja em desobediência, previsto no artigo 330 do Código Penal.

O Parecer nº 121/2009/AGU/CONJUR/DPRF/MJ (AGU, 2009) referencia o Capítulo V – Deveres das Pessoas do Pacto de San José da Costa Rica, destacando o seu Art. 32:

Art. 32: Correlação entre deveres e direitos

1. Toda pessoa tem deveres para com a família, a comunidade e a humanidade.
2. Os direitos de cada pessoa são limitados pelos direitos dos demais, pela segurança de todos e pelas justas exigências do bem comum, em uma sociedade democrática.

Moraes (2006, p. 58) ensina que:

Os direitos humanos fundamentais, dentre eles os direitos e garantias individuais e coletivos consagrados no art. 5º da Constituição Federal, não podem ser utilizados como um verdadeiro escudo protetivo da prática de atividades ilícitas.

Considerando a reflexão desse conceituado constitucionalista através deste artigo, os seus argumentos são conclusivos no sentido de excluir dúvidas sobre a constitucionalidade da Lei Seca. O jurista complementa que é “juridicamente absurdo afirmar que a exigência de submissão ao teste do bafômetro, por um agente público legalmente autorizado e de maneira respeitosa, ofende direito fundamental da pessoa” (MORAES, 2006, p. 58).

Da mesma forma, o Juiz de Direito da Comarca de Juiz de Fora – MG evidencia a sua percepção quanto à realização do teste do etilômetro e o princípio da não autoincriminação.

Nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal, o preso tem o direito de permanecer calado. Permanecer calado significa não confessar, não se incriminar. Se confessar, a pessoa estará produzindo prova contra ela mesma. O condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, não pode ser considerado preso em todos os casos (em alguns, sim). Mas, se ele se recusar à submissão ao teste de alcoolemia, sob o argumento de que ele “não é obrigado a produzir prova contra ele mesmo”, terá uma proteção absurda e poderá não ser penalizado, o que, aliás, é o que comumente ocorre no Brasil. O teste de alcoolemia é determinado em lei. Neste caso, há uma providência a ser cumprida, independentemente da vontade do condutor de veículo automotor. Se ele continuar na direção do veículo, poderá causar lesões graves a outras pessoas, inclusive ceifando-lhes a vida. E a vida é um bem protegido constitucionalmente. Repetindo, ficar em silêncio é uma coisa. Não se submeter a uma providência determinada em lei é outra (RACHID, 2012, p. 137).

No mesmo sentido, Manzano (2011, p. 2-3), Promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Mestre em Direito Processual Penal pela USP e Professor da Escola Paulista de Direito completa que:

O direito de não produzir prova contra si mesmo é uma extrapolação da tradução *nemo tenetur se detegere* que, literalmente significa que ninguém é obrigado a se descobrir. Não está escrito em lugar algum da Constituição Federal que as pessoas não são obrigadas a produzirem provas contra si mesmas.

O que está escrito na Carta Magna é que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude lei (artigo 5º, inciso II) e que o preso tem o direito de permanecer calado (artigo 5º, inciso LXIII). A interpretação que vem sendo dada a esse texto é extensiva, equivocada e sem fundamento, nada tendo a ver com a obrigatoriedade do teste de alcoolemia e muito menos com a subjetividade da hipótese da produção de prova contra si mesmo.

Oliveira (2009, p. 348) apresenta os seus argumentos acerca da obtenção da prova por meio do etilômetro. Para o autor, “as intervenções corporais que não coloquem em risco a integridade física e psíquica do agente envolvido em processo penal não encontram óbice nos princípios constitucionais”. O condutor que apenas assoprar o etilômetro, segundo o autor, não sofre “risco à integridade física ou psíquica”, supressão da dignidade humana ou restrição à capacidade de autodeterminação, portanto, admitida a intervenção corporal não consentida, podendo o condutor do veículo automotor ser compelido ao teste do etilômetro.

Considerando o risco que a sociedade está submetida quando condutores embriagados dirigem pelas avenidas, estradas e rodovias, nada mais justo que esta sociedade seja protegida, com direito constitucional da vida. E que este direito seja sobreposto ao direito de não produzir provas contra si (BORGES, 2013).

Alguns autores defendem que o princípio a não autoincriminação é uma norma essencial a qualquer grupo social. Que os interesses individuais não podem sobressair aos interesses coletivos, devendo sempre prevalecer os interesses do grupo, tornando-se questão de própria subsistência do grupo social.

A supremacia do interesse público sobre o privado, também chamada simplesmente de princípio do interesse público ou da finalidade pública, princípio implícito na atual ordem jurídica, significa que os interesses da coletividade são mais importantes que os interesses individuais (MAZZA, 2015, p. 95).

Pereira e Ribeiro (2016, p. 02) evidenciam que “existe o conflito de interesses entre o indivíduo querendo ter seu direito a consumir bebida alcoólica e dirigir seu veículo e a sociedade, a qual deseja que todos vivam harmoniosamente utilizando o espaço viário com segurança e qualidade”.

Para os autores supracitados, imputa-se ao Estado a função de proteção do contrato social assumido por todos da sociedade, que é de proteger o direito da coletividade em detrimento a uma pretensão de direito egoísta e impensada de um indivíduo.

Quanto ao exposto, Moraes (2000, p. 46) acrescenta:

Quando houver conflito entre dois ou mais direitos ou garantias fundamentais, o intérprete deve utilizar-se do princípio da concordância prática ou harmonização de forma a coordenar ou combinar os bens jurídicos em conflito, evitando o sacrifício total de uns em relação aos outros, realizando uma redução proporcional do âmbito de alcance de cada qual (contradição dos princípios), sempre em busca do verdadeiro significado da norma e da harmonia do texto constitucional com sua finalidade precípua.

As contribuições supracitadas quanto à sobreposição de interesses, segundo Alexy (2008, p. 158), poderá ser solucionada através da ponderação de princípios. Para o autor, essa colisão de princípios pode ser resolvida de forma que um princípio ceda ante outro, porém, sem que nenhum deles seja declarado inválido.

Conforme exposto, nenhum direito ou liberdade é absoluto, somente podendo perseverar sem limitações até o momento em que não conflite com o interesse social, ou seja, o exercício de um direito limita-se a preservação dos direitos das demais pessoas.

Pesquisas realizadas em vários países postulam que medidas legais que regulamentam a alcoolemia, quando associadas à direção veicular, mostram-se realmente efetivas quanto à redução dos acidentes de trânsito e seu impacto na população, medido pela mortalidade e pela morbidade provocadas pelos mesmos (SANNINI NETO; CABETTE, 2012; BORGES, 2013; FERNANDEZ, 2013; HAHN, 2014).

E, por fim é relevante destacar com base na literatura apresentada que o princípio a não autoincriminação não exhibe a amplitude que alguns doutrinadores e pesquisadores brasileiros tutelam. A revisitação sobre seu alcance e seu conteúdo é um passo necessário para uma compreensão mais adequada de tal garantia. O recurso ao Direito Comparado é instrumento de grande interesse para contribuição nesse sentido, porém, não foi discutido nessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer dessa pesquisa, desenvolveu-se análise do Código de Trânsito Brasileiro e suas principais alterações. Observou-se que desde a publicação do primeiro Código de Trânsito Brasileiro em 1941, a legislação de trânsito já restringia o consumo de bebidas alcóolicas para os condutores de veículos automotores. Porém, apesar do Brasil estar entre os países que apresentam legislação de trânsito mais rígida no tocante ao uso do álcool e direção, também destaca-se como um dos países com o maior índice de acidentes de trânsito do mundo.

A primeira legislação de trânsito brasileira que tratou da embriaguez ao volante como crime foi introduzido no ordenamento jurídico pátrio através da Lei nº 9.503, de 21 de setembro de 1997, tipificado na transcrição do Art. 306, com a finalidade de proteger e proporcionar mais segurança, fluidez, eficiência e conforto aos usuários das vias terrestres.

Constatou-se que dentre as alterações no Código de Trânsito Brasileiro no tocante a embriaguez ao volante, a “Lei Seca” e a “Nova Lei Seca” trouxeram mudanças importantes nos dispositivos que tratam do assunto em tela, principalmente, na esfera administrativa e penal, com o pressuposto de minimizar a quantidade de acidentes no trânsito, ocasionadas pelo uso de bebida alcoólica, que são considerados pelos pesquisadores um dos principais fatores responsáveis pelos altos índices de acidentes de trânsitos no país.

Verificou-se que, para comprovação do estado de ebrez do condutor de veículo automotor, há vários outros meios de provas promulgados na Nova Lei Seca de 2012 e suas alterações, minimizando assim a polêmica da exigência de realização do teste do etilômetro. Até então, para a comprovação da embriaguez ao volante era necessário a realização do teste do etilômetro ou exame de sangue conforme exaurido no artigo 277, sendo necessário detectar 6 (seis) decigramas de álcool por litro de sangue igual ou superior (art. 306 d0 CTB).

Nota-se que a legislação vigente não há mais essa exigência, pois para caracterizar a embriaguez ao volante é necessário apenas que o condutor apresente alterações da capacidade

psicomotora, podendo ser comprovada em razão da fala pastosa, ataxia de marcha, hálito etílico proeminente, dificuldade de coordenação motora, aparência ruborizada e sonolência aferida mediante imagem, vídeo, prova testemunhal dentre outras provas admitidas no âmbito do direito brasileiro.

O condutor embriagado será penalizado, mesmo quando se recusar a realizar o teste do etilômetro. Será punido administrativamente - quando apresentar alteração na capacidade psicomotora ou qualquer quantidade de álcool no organismo - com multa, suspensão do direito de dirigir, recolhimento do documento de habilitação e apreensão do veículo até a apresentação de outro motorista habilitado que esteja sóbrio e em condições de conduzir o veículo apreendido. E, criminalmente - se for detectado concentração igual ou superior a 6 decigramas de álcool por litro de sangue ou igual ou superior a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar alveolar - com detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. Ou seja, a legislação tornou-se mais rígida, pois a condenação é pela embriaguez e, se o condutor quiser provar a sobriedade, poderá submeter-se ao teste do etilômetro.

O legislador optou por coibir que o condutor dirija veículo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão do álcool ou outra substância, ele não está preocupado com percentual mínimo no organismo do condutor, pois a ação do álcool no organismo difere de pessoa para pessoa.

Estudos demonstraram que a obrigatoriedade do teste do etilômetro têm gerado muitas controvérsias. Correntes jurídicas antagônicas defendem que a realização do teste do etilômetro contraria o princípio da não autoincriminação. Princípio este balizado pela Constituição Federal garantindo ao cidadão o direito a não estar obrigado a ceder seu corpo ou parte dele para fazer prova (contra ele mesmo), conforme o art. 8º do Pacto de São José da Costa Rica (BRASIL, 1992). A outra corrente jurídica que defende a aplicação do teste do etilômetro acredita que o condutor ao ser submetido ao teste, não tem os seus princípios fundamentais violados, pois o princípio da não autoincriminação não possui a amplitude que muitos estudiosos e juristas brasileiros defendem. A revisitação sobre seu alcance e seu conteúdo é um passo necessário para uma compreensão mais adequada de tal garantia, pois os direitos individuais não podem se sobrepor aos direitos coletivos no tocante ao direito à vida e a segurança.

No desenvolver da pesquisa observa-se que todos os objetivos propostos foram alcançados e as hipóteses elencadas foram confirmadas, pois verificou-se que a exigência do teste do etilômetro como meio de prova da infração penal não fere o princípio constitucional

do cidadão da não autoincriminação, vez que o que se apresenta é um conflito de princípios, preponderando o princípio da dignidade da pessoa humana e da segurança, o que indica que tal exigência é constitucional.

Conclui-se que a Lei Seca e suas alterações apesar das polêmicas e críticas quanto a sua constitucionalidade trouxeram mudanças positivas que refletirão de forma positiva na conduta dos aplicadores do direito, visto que apresentou novas diretrizes que tornarão o trabalho dos operadores de trânsito mais dinâmico, pois concedeu mecanismos de provas que corrigem equívocos cometidos pela legislação anterior com relação aos tipos penais.

REFERÊNCIAS

- AGU. **Parecer nº 121/2009/AGU/CONJUR/DPRF/MJ de 20/07/09**. Disponível em: <<https://docs.google.com/gview?url=http://s.conjur.com.br/dl/parecer-agu-etilometro.pdf&chrome=true>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- ALBUQUERQUE, Marcelo Schirmer. **A garantia de não autoincriminação extensão e limites**. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
- ALCÂNTARA, Francilvon Souza. **Violação aos princípios constitucionais penais da não autoincriminação e da presunção de inocência: inserção do artigo 165-A (Lei 13.281/2016) no CTB (2016)**. Monografia (Bacharel em Direito). Universidade de Brasília. Brasília: 2016.
- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2001.
- _____. **Teoria dos direitos fundamentais**. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.
- ALVES, Marcos Felipe de Medeiros. **O uso do bafômetro sob uma perspectiva constitucional da Lei Seca**. RDM – Revista de Direito dos Monitores da UFF. 2012. Disponível em: <<http://www.rdm.uff.br/index.php/rdm/article/view/143>>. Acesso em: 21 nov. 2016.
- ARAGÃO, R. F. **Acidentes de trânsito: aspectos técnicos e jurídicos**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.
- ARAÚJO, Caroline. **O princípio do *nemo tenetur se detegere* no crime de embriaguez ao volante: *pièce de résistance* no vale tudo probatório**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Porto Alegre: 2015.
- ASSIS, Guilherme Pinheiro Costa de. **A embriaguez ao volante frente à Lei Seca**. Monografia. (Bacharel em Direito). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília: 2012.
- ASSIS, Éder Pereira de. **Do conflito entre o direito à produção de provas e o direito a não autoincriminação – *nemo tenetur se detegere* - no tocante às intervenções corporais**. Dissertação (Mestrado Direito Constitucional). Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Brasília: 2014.
- BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **Direito Processual Constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2006.
- BARCELLOS, Ana Paula; BARROSO, Luís Roberto. A nova interpretação constitucional

dos princípios. In: LEITE, George Salomão (org). **Dos Princípios Constitucionais - Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003.

BARROSO, Luís Roberto. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos do novo direito constitucional brasileiro**. Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional. V. 01. Curitiba: 2001.

_____. **Interpretação e aplicação da Constituição**. 5. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2003.

BASTOS, José Luiz Britto. **Contribuição da legislação na redução das infrações de trânsito por alcoolemia**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2012.

BEM, Leonardo Schmitt. **Um porre de embriaguez ao volante**. 2016. <<http://emporiododireito.com.br/um-porre-de-embriaguez-ao-volante-por-leonardo-schmitt-de-bem/>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

BENFICA, Francisco Silveira; LINDEN, Rafael; VIGO, Álvaro. A importância das variáveis do exame clínico para determinação do grau de embriaguez alcoólica. **Revista do Instituto Geral de Perícias**. Ano1 - nº1 Porto Alegre, janeiro de 2004.

BOHN, Lucas Silveira. **Embriaguez ao volante, limites constitucionais de aplicação da garantia *nemo tenetur se detegere* em face do exame do etilômetro**. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2010.

BORGES, Cleonice Pereira dos Santos. **Influência do álcool em acidentes de trânsito: o papel do enfermeiro na adoção de medidas preventivas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família. Universidade Federal de Minas Gerais. Araújo: 2013.

BRAATHEN C. **O princípio químico do bafômetro**. Química Nova Escola. 1997.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Aspectos de Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. In: MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais**. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRANDOLIZ, Nelson Mancini. **Da (im)possibilidade da autoincriminação da prova etílica nos casos de embriaguez ao volante à luz dos princípios constitucionais**. Monografia (Bacharel em Direito). Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”. Presidente Prudente: 2012.

_____. **Da (Im)possibilidade da autoincriminação da prova etílica nos casos de embriaguez no volante**. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. ETIC – Encontro de Iniciação Científica. ISSN: 21-76-8498. Presidente Prudente: 2013.

BRASIL (1941). **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. (1966). **Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966. Institui o Código Nacional de Trânsito**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, 22 de setembro de

1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5108.htm>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. (1968) **Decreto nº 62.127, de 16 de janeiro de 1968**. Aprova o Regulamento do Código Nacional de Trânsito. Brasília: 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D62127.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. (1997). Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997. **Institui o Código de Trânsito Brasileiro**. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil), Brasília, 24 set. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/D62127.htm>. Acesso em: 27 jun 2017.

_____. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Brasília, DF, Senado Federal, 1988. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. (1992). **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Diário Oficial da União. Brasília, 09 de novembro de 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. (2002). **Inmetro - Instituto Nacional e Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial**. Portaria n.º 006 de 17 de janeiro de 2002. 2002. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/rtac/pdf/RTAC000750.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. (2003). **Lei n. 10.792 de 01 de dezembro de 2003**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de junho de 1984 - Lei de Execução Penal e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal e dá outras providências. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). Brasília: 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.792.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. (2006). **Lei 11.275 de 07 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília: Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111275.htm>. Acesso em: 27 jun 2017.

_____. (2008a). **Lei n. 11.705, de 19 de junho de 2008**. Altera a Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 20 jun. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111705.htm>. Acesso em: 27 jun 2017.

_____. (2008b). **Decreto n. 6.488, de 19 de junho de 2008**. Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Diário Oficial da União. Brasília, 20 de junho de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6488.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. (2010). Ministério das Cidades. Departamento Nacional de Trânsito. **100 anos de legislação de trânsito no Brasil: 1910-2010**. Brasília, DF, 2010.

_____. (2012). **Lei nº 12.760, de 20 de dezembro de 2012**. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112760.htm>. Acesso em: 14 nov. 2016.

_____. (2013). CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO. (Brasil). **Resolução n. 432**, de 23 de janeiro de 2013. Diário Oficial da União, Brasília, 29 jan. 2013. Seção 1, p. 30.

Disponível em:

<[http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/\(resolu%C3%A7%C3%A3o%20432.2013c\).pdf](http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/(resolu%C3%A7%C3%A3o%20432.2013c).pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. (2014). **Lei nº 12.971 em 09 de maio de 2014**. Altera os arts. 173, 174, 175, 191, 202, 203, 292, 302, 303, 306 e 308 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre sanções administrativas e crimes de trânsito. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). Brasília: 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112971.htm>. Acesso em: 27 jun 2017.

_____. (2015). **Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). Brasília: 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 27 jun 2017.

_____. (2016). **Lei nº 13.281 de 04 de maio de 2016**. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial (da República Federativa do Brasil). Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113281.htm>. Acesso em: 27 jun 2017.

BRITO, Anderson N. de S. **Lei Seca: Leis 11.705/2008 e 12.760/2012**. 2014. Disponível em: <<http://www.multcarpo.com.br/leisecabrasileira/>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CALÇADO, Débora Helena Ferreira. **O Princípio *Nemo Tenetur se Detegere* e suas Decorrências como meio de Prova no Processo Penal**. Monografia. Departamento de Direito. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Rio de Janeiro: 2014.

CALHAU, Lélío Braga; ARAÚJO, Marcelo Cunha de. **Crimes de Trânsito**. 2. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011.

CAMARGO, Renato. **O Crime de Embriaguez ao Volante na Atual Legislação**. JusBrasil. 2014. Disponível em: <<https://renatocamargoadvogado.jusbrasil.com.br/artigos/305241917/o-crime-de-embriaguez-ao-volante-na-atual-legislacao>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

CAMMI, Carlos Tabasso. Conceito Médico-Legal de Capacidade ou Aptidão Psicofísica de Tráfego. **Revista ABRAMET** nº 31 Julho/agosto, 1999.

CAMPOS, Valdir Ribeiro; SALGADO, Rogério de Souza; ROCHA, Mariela Campos. **Bafômetro positivo: correlatos do comportamento de beber e dirigir na cidade de Belo Horizonte – MG**. Cad. Saúde Pública. Vol. 29. N. 01. Rio de Janeiro: 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2013000100007&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 29 jun 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Coimbra: Almedina, 1999.

_____. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2012.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. **Lei Seca**. Carta Forense. 2008. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/conteudo/entrevistas/lei-seca/2137>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Curso de direito penal**. Vol. 1, parte geral: (arts. 1º a 120) 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARVALHO, C. C. de *et al.* **O uso de bebidas alcoólicas pelos adolescentes: fatores predisponentes e consequências**. Monografia (Bacharel em Enfermagem) - Curso de Enfermagem, Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares. 2008.

CARVALHO, Débora Gonçalves de; LEYTON, Vilma. Avaliação das concentrações de álcool no ar exalado: considerações gerais. **Revista de Psiquiatria Clínica**. nº 27 (2), 2000.

CASTILHO, Ricardo. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2012.

CASTRO, Henrique Hoffmann Monteiro de. MORAES, Rafael Francisco Marcondes de. Lei nº 13.281/16 e as mudanças no Código de Trânsito Brasileiro. **Revista Jus Navigandi**. Ano 22. N. 5003. Teresina: 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**. Conferência de São José da Costa Rica. 1969. Disponível em: <<https://cidh.oas.org/que.port.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS. **Declaração e Programa de Ação de Viena**. Viena: 1993. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/viena.html>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

COMPARATO, Fábio Konder. **A dimensão histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

COUCEIRO, João Cláudio. **A garantia constitucional do direito ao silêncio**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

CROCE, Delton; CROCE JUNIOR, Delton. **Manual de medicina legal**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOURENÇO, Maria Cecília Franca. **Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP: 1934-1999**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

_____. **Legalidade do Bafômetro**. Jornal do Brasil, publicado em 10/11/2011. 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/11/10/legalidade-do-bafometro/>> . Acesso em: 17 jun 2017.

DUAILIBI, Sérgio *et al.* **Beber ou Dirigir: um Guia Prático para Educadores, profissionais de saúde e Gestores e Políticas Públicas/ organizadores** Ilana Pinsky, Sérgio Duailibi, Ronaldo Laranjeira, colaboradores Ligia Duailibi. [et al].- 1ed. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.

DUARTE, Taciana Nogueira de Carvalho. **A Dignidade da Pessoa Humana e os Princípios Constitucionais do Processo do Contraditório e Celeridade Processual**. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2008.

DUTRA, Ludmila Corrêa. Limites e Implicações do Princípio *Nemo Tenetur se Detegere* nas Intervenções Corporais Probatórias. **Revista Pensar Direito**, v.6, n. 2, jul./2015.

ESSI, Larissa Alves; GODOY, Sandro Marcos. **Embriaguez ao Volante**. Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo. ETIC – Encontro de Iniciação Científica. ISSN: 21-76-8498. Presidente Prudente: 2013.

FALCÃO, Valdirene Ribeiro de Souza. **Os Direitos Fundamentais e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana**. Ver. SJRJ, Rio de Janeiro, v.20, n.38, p. 227-239, dez. 2013.

FARIAS, Márcio de Almeida. **Direitos humanos: conceito, caracterização, evolução histórica e eficácia vertical e horizontal**. Jus.Com. 2015. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:CAAtBzihlEcJ:https://jus.com.br/artigos/37044/direitos-humanos-conceito-caracterizacao-evolucao-historica-e-eficacia-vertical-e-horizontal+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

FARIAS NETO, Ariel Alexandre de. **Responsabilização estatal em face à violação dos direitos dos apenados**. Artigo Conclusão de Curso (Bacharel em Direito) Faculdade de Ensino Superior da Paraíba – FESP: Cabedelo: 2016.

FERNANDEZ, José Eduardo Gonzalez. **A nova Lei 12.760/2012 e seus reflexos para a atividade de polícia judiciária**. DireitoNet. 2013. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7778/A-nova-lei-12760-2012-e-seus-reflexos-para-a-atividade-de-policia-judiciaria>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

FERRAJOLI, Luigi. Derechos Fundamentales. In: **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. Madrid: Trotta, 2001.

FERREIRA, Pinto Luís. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1991.

FERREIRA, Marcelo Zago Gomes. **Crimes de embriaguez ao volante: inaplicabilidade do exame visual como meio de prova**. São Paulo: Lexia, 2013.

GADOTTI, Moacir. Educação de Adultos como Direito Humano. **Revista EJA**. Ano 2. N. 02. Florianópolis: 2013.

GARCIA, Marcos Leite. **O Debate Inicial Sobre os Direitos Fundamentais: Aspectos Destacados da Visão Integral do Conceito**. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos. Bauru: v.43, n. 50, p. 129-152, jul./dez.2008.

GAVA, Gabrielle Gasperin. **In A garantia da não autoincriminação frente à bioética e à garantia da não autoincriminação**. Rio Grande do Sul, jun. de 2013. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2014_1/gabrielle_gava.pdf> Acesso em: 25 jun. 2017.

GENEVOIS, Margarida. **Direitos humanos na história**. Enciclopédia Virtual de Direitos Humanos. 2003. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/margarid.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

GOBETH, Fabiano de Oliveira. **O teste do bafômetro e o princípio da não-autoincriminação**. Revista de Ciências Jurídicas, Ponta Grossa, 4(1): 77-82, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/lumiar/article/view/1926/2899>>. Acesso em: 22 nov. 2016

GOMES, Luiz Flávio. **Embriaguez ao volante**. Lei Seca (Lei 11.705/2008). 2010. Disponível em: <http://ww3.lfg.com.br/public_html/article.php?story=20080630161826475&mode=print>. Acesso em: 30 jun. 2017.

_____. Aulas exibidas nos dias 25, 26, 27, 28 e 29 de agosto de 2008- “**Lei Seca: Acertos, equívocos, abusos e impunidade**” disponível em Curso de Direito Penal - Código Nacional de Trânsito Lei Seca, 2008.

_____. **Princípio da não autoincriminação**: significado, conteúdo, base jurídica e âmbito de incidência. 2013. Disponível em:

<<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2066298/principio-da-nao-auto-incriminacao-significado--conteudo-base-juridica-e-ambito-de-incidencia>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Entregar a direção de veículo para pessoa não habilitada. Só “entregar” já é crime? Perigo abstrato presumido?**. JusBrasil. 2016. Disponível em:

<https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/369168717/entregar-a-direcao-de-veiculo-para-pessoa-nao-habilitada-so-entregar-ja-e-crime-perigo-abstrato-presumido?ref=topic_feed>. Acesso em: 29 jun. 2017.

GOMES, Luiz Flávio; BEM, Leonardo Schmitt de. **Nova Lei Seca**: Comentários à Lei n. 12.760, de 20-12-2012. 01. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES FILHO, Antonio Magalhães. Notas sobre a terminologia a prova (reflexos no processo penal brasileiro). In: *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. YARSHELL, Flávio Luiz; MORAES, Maurício Zanoide de (coords.). São Paulo: DPJ, 2005.

GOMES, Magno Federici; FREITAS, Frederico Oliveira. Direitos Fundamentais e Dignidade Humana. **Revista Âmbito Jurídico**. 2010.

GONÇALVES, Tatiana da Rocha. **A prova da embriaguez ao volante**: um inventário de temas polêmicos. Monografia (Bacharel em Direito). Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Brasília: 2014.

HADDAD, Carlos Henrique Borlido. **O interrogatório no processo penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.

_____. **Conteúdo e contornos do princípio contra a autoincriminação**. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: 2003.

HAHN, Carolina. **O agravamento do risco pela embriaguez do segurado**. Monografia (Bacharel em Direito). Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2014.

HERKENHOFF, João Batista. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Acadêmica 1994.

HESSE, Konrad. Significado dos Direitos Fundamentais. In: **Temas Fundamentais do Direito Constitucional**. Trad. Carlos dos Santos Almeida. São Paulo: Saraiva, 2009.

HOFFMANN, Maria Helena; CARBONELL, Enrique; MONTORO, Luis. **Álcool e segurança - epidemiologia e efeitos. Psicologia**: Ciência e profissão. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98931996000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 abr. 2016.

HONORATO, Cássio M. **Álcool, trânsito seguro e proibição do retrocesso social**. RT 935, ano 102, p. 183, set. 2013.

_____. **Meios de prova dos crimes de embriaguez ao volante, após a Lei 12.760/2012, e a necessária orientação do Ministério Público**. XX Congresso Nacional do Ministério Público. 2013.

JESUS, Damásio Evangelista de. Limites à prova da embriaguez ao volante: a questão da obrigatoriedade do teste do bafômetro. **Revista Jus Navigandi**. ano 9, n. 344, Teresina: 16

jun. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5338>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **Direito Penal: Parte Especial**. Vol. 3. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

JORGE, Maria Helena P. de Mello; ADURA, Flavio Emir. **Álcool e direção veicular**. REVISTA USP. São Paulo: n. 96, p. 23-36. dezembro/fevereiro 2012-2013.

KIST, Dario José. **A configuração atual do crime de embriaguez ao volante**: art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro. 2013. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8211/A-configuracao-atual-do-crime-de-embriaguez-ao-volante-art-306-do-Codigo-de-Transito-Brasileiro>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

LARANJEIRA, Ronaldo; ROMANO, Marcos. **Consenso brasileiro sobre políticas públicas do álcool**. Rev. Bras. Psiquiatr. vol. 26. suppl.1. São Paulo: mai. 2004.

LEAL, João José. **Alcoolismo e acidentes de trânsito**. Boletim Jurídico 2011. Disponível em: <<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?=536>>. Acesso: 24 jun. 2017.

LIMA, Vitor Arthur Correa. **A prova do delito de embriaguez ao volante à luz das recentes alterações legislativas**. Monografia (Bacharel em Direito). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2013.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de Processo Penal**. volume único. 2 ed. rev., ampl. e atual. Salvador, BA: JusPODIVM, 2014.

LOPES JR, Aury. **Lei 12.654/2012**: É o fim do direito de não produzir prova contra si mesmo (*nemo tenetur se detegere*)? Boletim IBCCRIM, São Paulo, ano 20, n. 236, p. 5-6, julho 2012.

LOPES, Leonardo S.; DUQUE, Rakel O. **Influência etílica**: Bafômetro não é meio hábil para medir embriaguez, 17 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-mai-17/bafometro-nao-meio-habil-medir-embriaguezvolante>>. Acesso em: 15 jun 2017.

MACHADO, Bernardo Novais da Mata. **Direitos Humanos e Direitos Culturais**. 2007. Disponível em: <<http://www.direitoecultura.com.br/wp-content/uploads/Direitos-Humanos-e-Direitos-Culturais-Bernardo-Novais-da-Mata-Machado.pdf>>. Acesso: 23 jun 2017.

MACHADO, Nara Borgo Cypriano. **O princípio do *nemo tenetur se detegere* e a prova no processo penal**. Faculdade de Direito de Campo. Panóptica, ano 1, n. 6, 2012.

MANZANO, L.F.M. “**Embriaguez ao Volante**: o falacioso direito de não produzir prova contra si mesmo”- Carta Forense- São Paulo – pp. 1-3, dez. 2011.

MARCÃO, Renato. **Embriaguez ao volante, exames de alcoolemia e teste do bafômetro**. Uma análise do novo art. 306, caput, da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Conteúdo Jurídico, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.21351>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

_____. **Crimes de trânsito: (anotações e interpretação jurisprudencial da parte criminal da Lei nº 9503, de 23/09/1997)**. 3ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Nova Lei Seca não pode ser aplicada retroativamente**. 2013. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2.013-jan-23/renato-marcao-lei-seca-nao-aplica-casosanteriores-edicao>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

MARQUES, Beatriz de Oliveira Monteiro. **O direito ao silêncio e o teste do bafômetro**. Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.

MARTINS, João Marcos Brito. **O contrato de seguro comentado conforme as disposições**

do novo código civil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

MASCARENHAS, Paulo. **Manual de Direito Constitucional.** Salvador: 2010. Disponível em:
<<http://www.paulomascarenhas.com.br/ManualdeDireitoConstitucional.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

MATTOS, Alex Bruno Pinto. **A controversa questão probatória da “Lei Seca”, seus conflitos principiológicos e a edição da Lei nº 12.760/2012.** Monografia. Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Brasília: 2013.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2015.

MELO, Caleb. **O bafômetro na Lei Seca e o direito à não autoincriminação.** Grupo Nacional de Membros do Ministério Público. 2013. Disponível em:
<<http://www.gnmp.com.br/publicacao/178/o-bafometro-na-lei-seca-e-o-direito-a-nao-autoincriminacao>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

MILLANI, Márcio Rached. **Direito a não autoincriminação: Limites, conteúdo e aplicação.** Uma visão jurisprudencial. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. São Paulo: 2015.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **APR 10016140037116001 MG.** Apelação criminal - embriaguez ao volante - ausência de exame de sangue e de bafômetro - irrelevância - estado de embriaguez comprovado pelos demais meios de prova - condenação mantida. Relator: Alberto Deodato Neto. 19/06/2015. Disponível em: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/200485194/apelacao-criminal-apr-10016140037116001-mg?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal – Parte Geral.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Processo Penal.** 17. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional: direitos fundamentais.** 3. ed. Coimbra: Coimbra, 2000.

MONTEIRO, Mariana Mayumi. **O princípio da não autoincriminação no Processo Penal Brasileiro.** Dissertação (Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais.** Teoria geral (comentários aos artigos 1º a 5º da Constituição da República Federativa do Brasil – doutrina e jurisprudência. Coleção Temas Jurídicos, v. 3, 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. **Direito constitucional.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Direito constitucional.** São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Direito Constitucional.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Direito Constitucional.** 18. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Direito Constitucional.** São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Direitos Humanos Fundamentais: teoria geral, comentário dos artigos 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, Antônio Ermírio de. **Lei Salva Vidas.** Folha de São Paulo: publicado em

17/08/2008. 2008. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1708200806.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MORAES, Rafael Francisco Marcondes de. **A apuração do crime de “embriaguez ao volante” e a “nova lei seca”**. JusBrasil. 2013. Disponível em:

<<https://ceciliaguimaraesalfieri.jusbrasil.com.br/artigos/121943459/a-apuracao-do-crime-de-embriaguez-ao-volante-e-a-nova-lei-seca>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis; MORAES, Maurício Zanoide de. Direito ao silêncio no interrogatório. **Revista brasileira de ciências criminais**, São Paulo, n. 6, p. 133-147, abr./jun. 1994.

MOURA, Alane Belfort Prata de. **Lei Seca: uma abordagem sobre sua constitucionalidade**. Monografia (Especialista em Direito), Escola de Magistratura do Estado do Ceará. Fortaleza: 2012.

NASCIMENTO, Andrea dos Santos. **A questão da direção automotiva após a ingestão de bebida alcoólica: considerações sobre ações estatais de enfrentamento**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Processo penal e Execução Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Manual de direito penal: parte geral e Parte Especial**. 2. ed. ver. atual e ampl.- São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

_____. **A presunção de inocência e a “Lei Seca”**. Carta Forense, segunda-feira, 4 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.cartaforense.com.br/Materia.aspx?id=2136>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. Código de Processo Penal Comentado. 11. ed. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 2012.

_____. **Leis penais e processuais penais comentadas**. 7. ed. Ver. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NUNES, Victor Manoel de Oliveira. **Exame do bafômetro: a constitucionalidade de sua obrigatoriedade para aferição da embriaguez ao volante**. Revista Juris Rationis, Ano 7, n.2, p.83-102, abr./set.2014.

OLIVEIRA, Aline Manoela de. **Embriaguez ao volante: requisitos para caracterização do delito**. Monografia (Bacharelado em Direito). Universidade Presidente Antônio Carlos - UNIPAC. Barbacena: 2011a.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

_____. **Curso de Processo Penal**. 11. ed. Lúmen Júris. Rio de Janeiro: 2009.

_____. **Breves notas sobre a não autoincriminação**. *Boletim IBCCRIM*. São Paulo: IBCCRIM, ano 19, n. 222, p. 4-5, maio 2011.

_____. **Curso de processo penal**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. **Breves notas sobre a não autoincriminação**. 2016. Disponível em: <<http://eugeniopacelli.com.br/artigos/breves-notas-sobre-ano-auto-incriminacao/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

OMS (2009) “*Global status report on alcohol and health*”. **Relatório: Organização Mundial de Saúde** – Genebra, Suíça, 2009. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2009/9789241563840_eng.pdf>. Acesso: 23 jun. 2017.

OMS (2016) “*Road Safety in the Americas*”. **Relatório: Organização Mundial de Saúde**. Washington, 2016. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/road_safety_status/2015/Road_Safety_PAHO_Englishv2.pdf?ua=1>. Acesso em: 18 jun. 2017.

PEREIRA, Marcelo Ivanir, RIBEIRO, Alexander Lacerda. **Lei Seca: uma análise prática e jurídica da embriaguez ao volante**. II Seminário Científico da FACIG: Sociedade, Ciência e Tecnologia. 17 e 18 de novembro de 2016. Manhauçu: 2016.

PERRENOUD, Homero Bernardo. “**A constitucionalidade do exame obrigatório do bafômetro**”. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 77, jun. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7877>. Acesso em: 17 jun. 2017.

POÇO, Arnaldo Tadeu. **Constatação legal de embriaguez (considerações sobre os meios de prova admitidos na nova lei)**. São Paulo: [s. n.], 2013.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Direito Internacional Público e Privado**. 5. ed. Salvador: Jus Podium, 2013.

QUEIJO, Maria Elizabeth. **O direito de não produzir prova contra si: o princípio *nemo tenetur se detegere* e suas decorrências no Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **O direito de não produzir prova contra si mesmo: princípio *nemo tenetur se detegere* e suas decorrências no processo penal**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RABELO, S. H. M. **Etilômetros: metodologia do controle metrológico e desenvolvimento e implantação da cultura de segurança no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão pela Qualidade Total)- Pós- Graduação em Sistemas de Gestão, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2004.

RACHID, C. I. P. **Comentário sobre a Constitucionalidade da Lei 11.705/2008**” destinado à esta dissertação de mestrado- o autor é Juiz de Direito da Comarca de Juiz de Fora MG- Janeiro de 2012.

RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2006.

REZENDE, Alessandra Gorito. **O princípio da não autoincriminação com fundamento no princípio da dignidade humana: velhos e novos paradigmas**. Artigo apresentando Curso de Pós-Graduação Lato Sensu. Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2016.

RIBEIRO, Fernanda Prata Moreira; SILVA, Marcelo Sarsur Lucas da. **Lei Seca: eficácia amparada na legística**. [s.l.]: Letras Jurídicas, 2014

RIOS, Thiago Meneses. **Crime de embriaguez ao volante: tipo penal, tipicidade, classificação e consequências da nova redação**. 2014. Disponível em:

<<https://jus.com.br/artigos/27033/crime-de-embriaguez-ao-volante-tipo-penal-tipicidade-classificacao-e-consequencias-da-nova-redacao/3>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

RIOS, Polianna Alves Andrade. **Epidemiologia dos acidentes de trânsito: incidência de envolvimento e fatores comportamentais em um estudo de base populacional**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2015.

RIVABEM, Fernanda Schaefer. A dignidade da pessoa humana como valor-fonte do sistema constitucional brasileiro. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**. V. 43. Nº 0. Curitiba: 2005.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **Direito de Todos e para Todos**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Elementos de Direito Processual Civil**. 3. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002.

RONDÔNIA. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. **APL 00033061020138220009**. 2ª Câmara Criminal, Relator Desembargador Miguel Monico Neto, j. 9 mar. 2016, publicado em 13 mar. 2016. Disponível em: <<https://tj-ro.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/321805438/apelacao-apl-33061020138220009-ro-0003306-1020138220009/inteiro-teor-321805449>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

ROSENVALD, Nelson. **Dignidade Humana e Boa Fé no Código Civil**. São Paulo: Saraiva. 2005.

ROZESTRATENN, R. J. A. **Ambiente, trânsito e psicologia**. In: HOFFMANN, M. H.; CRUZ, R. M.; ALCHIERI, J. C. (Orgs.). *Comportamento humano no trânsito*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

RUSSO, Maurício Bastos. **Violência no Trânsito à “Moda Brasileira”**: insegurança, letalidade e impunidade. Tese (doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.

SAMPAIO, José Adércio Leite. **Direitos Fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SANNINI NETO, Francisco; CABETTE, Eduardo Luiz Santos. **Lei nº 12.760/2012**: a nova Lei Seca. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3465, 26 dez. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/23321>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SANTOS, Moacir Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. V. 2. São Paulo: Saraiva, 2000.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 2. ed. rev. e amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2002.

_____. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais. In: LEITE, George Salomão (org). **Dos Princípios Constitucionais - Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais.** Uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10. ed. 3 tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SARMENTO, Daniel. Os Princípios Constitucionais da Liberdade e da Autonomia Privada. *In*: LEITE, George Salomão (Org.). **Dos Princípios Constitucionais: Considerações em torno das normas principiológicas da Constituição.** São Paulo: Malheiros, 2003.

SCHMITZ, Aurinez Rospide. **Características sociodemográficas e da habilitação de motoristas infratores por alcoolemia.** 91 f. Dissertação (Mestrado em Psiquiatria). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SCHMITZ, José Carlos; SCHÖNING, Raquel. **Os direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito brasileiro, sob a ótica da política jurídica.** v. 27, n. 2, jul./dez. 2013.

SILVA, José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo.** 14. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.

SILVA, Artur Dias de Oliveira Conceição. **Bebida alcoólica e direção de veículos automotores: uma combinação perigosa.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Licenciatura em Química). Universidade de Brasília. Brasília: 2014a.

SILVA, Cláudio Alípio da. **Embriaguez ao volante: recusa do teste do bafômetro e provas substitutivas.** Monografia (Bacharel em Direito). Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande: 2014b.

SILVA, Adilson Gonçalves da. **Habilidades sociais e comportamento do motorista entre universitárias usuárias e não usuárias de bebida alcoólica.** Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Marília: 2015.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira; PICCIRILLO, Miguel Belinati. Direitos fundamentais: a evolução histórica dos direitos humanos, um longo caminho. *In*: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XII, n. 61, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.ambito-juridico.com.br>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

STF (1998) Supremo Tribunal Federal. **HC 77704 MC**, Relator(a): Min. Presidente, decisão proferida pelo(a) ministro(a) Celso de Mello, julgado em 31/07/1998, publicado em DJ 19/08/1998 PP-00035. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000050893&base=basePresidencia>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. (2000) Supremo Tribunal Federal. **MS 23452**. Relator: Min. Celso De Mello, Tribunal Pleno, julgado em 16/09/1999, DJ 12-05-2000 PP-00020 EMENT VOL-01990-01 PP-00086. 2000. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000020700&base=baseAcordaos>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

TAIAR, Rogério. **Direito Internacional dos Direitos Humanos:** Uma discussão sobre a possível relativização da soberania face à efetivação da proteção internacional dos Direitos Humanos. 2009. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP. Disponível: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-24112009-133818/pt-br.php>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

TAMMENHAIN, Juliana Cabral De Oliveira. **Alimentos gravídicos à luz do princípio da dignidade da pessoa humana.** Monografia (Bacharel Direito) Faculdades Integradas Santa

Cruz De Curitiba. Curitiba: 2015.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. Imprensa: Salvador, JusPODIVM, 2016.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Código de Processo Penal**. Comentado: arts. 1º a 393. São Paulo: Saraiva, 2007.

TROIS NETO, Paulo Mário Canabarro. **Direito à não autoincriminação e direito ao silêncio**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

UNESCO. *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization*. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Brasília: 1998. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

VASCONCELLOS, E. A. **O que é trânsito**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

VELUDO, Eduardo Jorge Lopes Maia Smedo. **Direito ao Silêncio e o Valor Probatório das Declarações Informais do Arguido**. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. Lisboa: 2014.

WALCHE, Guilherme Gehlen. **A garantia contra a autoincriminação no Direito brasileiro**: breve análise da conformação do princípio *nemo tenetur se detegere* à luz da jurisprudência nacional e estrangeira. Revista de Doutrina, 2013.

WEIS, Carlos. **Os direitos humanos contemporâneos**. Dissertação de mestrado. São Paulo: 1998.